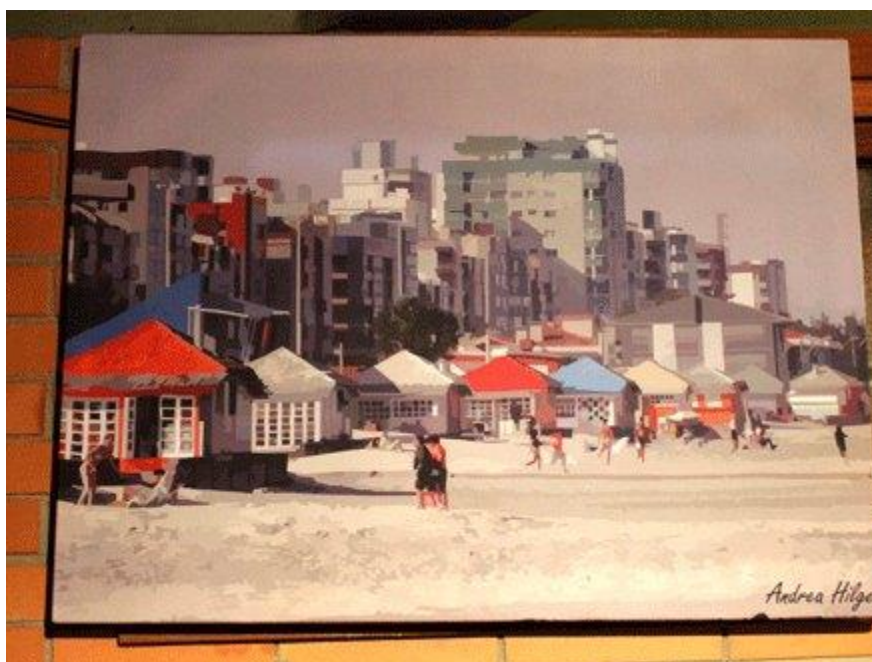




UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Carmen Etel da Silva



**SABERES DE UM GRUPO DE *QUIOSQUEIROS* DE CAPÃO DA CANOA, RS:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL**

Rio Grande, RS

2013

Carmen Etel da Silva

**SABERES DE UM GRUPO DE *QUIOSQUEIROS* DE CAPÃO DA CANOA, RS:
CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Orientadora: Dra. Ivalina Porto

Coorientadora: Dra. Mara Lúcia Figueiredo

Rio Grande, RS

2013

S586s

Silva, Carmen Etel da.

Saberes de um grupo de *quiosqueiros* de Capão da Canoa/RS: contribuições para a Educação Ambiental não formal / Carmen Etel da Silva. – 2013.

105 f.

Inclui apêndices.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental.

Orientadora: Dr^a. Ivalina Porto.

Co-orientadora: Dr^a. Mara Lúcia Figueiredo.

1. Educação Ambiental 2. Quiosqueiros. 3. Saberes.
4. Educação Ambiental não formal I. Porto, Ivalina.
II. Figueiredo, Mara Lúcia. III. Título.

CDU 504:37

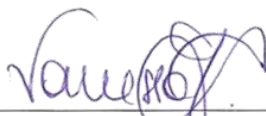
CARMEN ETEL DA SILVA

**SABERES DE UM GRUPO DE QUIOSQUEIROS CAPÃO DA
CANOA/RS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL
NÃO FORMAL**

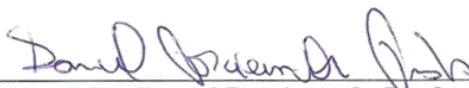
Dissertação aprovada como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.



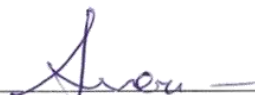
Prof.ª. Dr.ª. Ivalina Porto
(Orientadora - FURG)



Prof.ª. Dr.ª. Vanessa Hernandez Caporlingua
(PPGEA/FURG)



Prof. Dr. Daniel Porciuncula Prado
(FURG)



Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra
(UNIVALI)

Aprovada em: 06 de outubro de 2013.

Aos
meus filhos,
Maurício, Jamile e Taís,
e netos,
Henrique e Matheus,
com afeto.

AGRADECIMENTOS

À minha família terrena, aos meus pais, que me permitiram a vida, aos meus irmãos, que compartilham a caminhada, aos meus filhos, pelos constantes aprendizados, aos meus sobrinhos, pelo carinho que me dedicam, e aos meus netos, pelo desafio que me provocam de olhar em frente e reconhecer a dádiva da vida.

À minha orientadora, Ivalina Porto, e à coorientadora, Mara Lúcia Figueiredo, pelas orientações, pelo apoio e pelas palavras de incentivo.

Aos muitos amigos que, ao passarem pela minha vida, me presentearam, além da amizade, com afeto, acolhida e partilha de saberes.

Aos colegas do PPGA, sempre acolhedores, com quem vivenciei as mais gratificantes experiências acadêmicas.

À amiga Ivete Crauss, moradora de Capão da Canoa, que sempre me recebeu em seu espaço, principalmente durante o tempo desta pesquisa.

Aos Professores participantes da banca de defesa desta dissertação: Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra, Dra. Vanessa Hernandez Caporlingua e Dr. Daniel Porciuncula Prado.

Aos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa que, ao aceitaram o convite para participarem desta pesquisa e ao abrirem seus corações, possibilitaram o meu crescimento e aprendizado no campo da educação ambiental.

Aos muitos atores sociais de Capão da Canoa que contribuíram com acervo, entrevistas, conhecimento e palavras, auxiliando no trabalho de construção desta pesquisa.

À amiga e companheira de moradia, durante o ano de 2011, no Cassino, em Rio Grande, Carina Catiana Foppa, pela adorável presença.

Às colegas e amigas Dayse Vilas Boas e Carolina Cavalcanti do Nascimento, pelos inesquecíveis momentos compartilhados nas horas boas e nas dificuldades.

À minha irmã, Maria Héliida (*in memoriam*), pelo convívio de 38 anos – sua presença foi significativa em minha vida e me anima a seguir em frente em todos os momentos –, eterna gratidão!

RESUMO

Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental: Mestrado, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, apoia-se na linha de pesquisa da Educação Ambiental Não Formal. Tem como objetivo investigar a realidade do grupo social denominado *Quiosqueiros* de Capão da Canoa, conhecer os saberes desse grupo, suas histórias de vida, e, assim, alcançar contribuições para ações de educação ambiental não formal naquela localidade. O trabalho aborda o diagnóstico socioambiental de Capão da Canoa e as questões sobre o impacto ambiental gerado na orla do município, decorrente das atividades comerciais exercidas nos quiosques, principalmente no período do veraneio. A discussão trata dos saberes populares vinculados com a educação popular e a construção da visão de mundo pela perspectiva da educação ambiental, articulando-os com a educação ambiental não formal, considerada como capaz de desenvolver uma práxis voltada para a mudança de atitudes e melhoria/solução das questões socioambientais. Em capítulo específico, é apresentado o contexto sociohistórico e ambiental de Capão da Canoa, que permite a leitura das ações da gestão e da educação ambiental do município, com base nos aspectos da trajetória do balneário, possibilitando a compreensão do cenário local e a emergência dos conflitos socioambientais. Os dados que embasaram esta pesquisa foram coletados por meio de entrevistas e escuta das histórias de vida dos investigados. A análise dos dados foi ancorada na metodologia da análise textual discursiva (ATD) e o *corpus* da análise constituiu-se das entrevistas transcritas pelo investigador e validadas pelos participantes (18). Inicialmente ocorre a desconstrução dos textos – a unitarização –, identificando as unidades de significados e seus respectivos códigos, com a emergência dos argumentos aglutinadores que embasam o processo seguinte – a categorização. Nessa fase, operou-se com categorias *a priori*, que são identificadas como as etapas a serem trabalhadas pelos educadores em uma ação de educação ambiental – sensibilização; conhecimento e habilidades; mobilização e projeção: ação ambiental, participação e multiplicação – e com a categoria emergente no processo da análise, identificada como problematização, que representa a visão prévia dos investigados. O metatexto produzido a partir da análise efetuada articula os saberes com a proposição de uma ação de educação ambiental não formal. Essa proposta está alicerçada na perspectiva de problematizar, sensibilizar, redefinir, mobilizar, estimular conhecimentos e habilidades e participar da realidade dos *Quiosqueiros* a partir dos seus saberes, procurando contribuir para que aconteçam realizações individuais e coletivas e para que a visão do espaço da casa, do trabalho, da rua onde moram, do bairro e da cidade onde vivem seja ampliada. O trabalho é finalizado com a figura da “nuvem de saberes”, que traz a representação dos saberes dos *Quiosqueiros* e das categorias discutidas para a formação de um processo de educação, proposta essa que entendemos ser capaz de preparar para as incertezas socioambientais e de provocar a capacidade de resposta dos atores diante do imprevisível, possibilitando que compreendam as inter-relações que constituem seus mundos de vida.

Palavras-Chaves: *Quiosqueiros*. Saberes. Educação ambiental não formal.

ABSTRACT

This study, which was conducted at the Post-Graduation Program in Environmental Education: Master's degree, at the Federal University of Rio Grande – FURG, relies on the research line of Non-formal Environmental Education. It aims to investigate the reality of the social group denominated *Quiosqueiros* from Capão da Canoa, to identify the knowledge of this group, their life stories, and thus to achieve contributions for the actions in non-formal environmental education in that locality. The study addresses the socio-environmental diagnosis of Capão da Canoa and the issues about the environmental impact generated on the shoreline of the city, arising from commercial activities carried out on kiosks, especially during the summer. The discussion deals with popular knowledge linked with popular education and the construction of a world view from the perspective of the environmental education, articulating them with the non-formal environmental education, which is considered as capable of developing a praxis aimed at changing attitudes and improving/solving socio-environmental issues. In a particular chapter, the socio-historical and environmental context of Capão da Canoa is presented, which allows the reading of the management actions and environmental education in the city, based on the aspects of the history of the resort, enabling the understanding of the local scenery and the emergence of environmental conflicts. The data that supported this research were collected through interviews and audio recording from the life stories of those investigated. Data analysis was anchored in the methodology of discursive textual analysis (DTA) and the corpus of the analysis consisted of the transcribed interviews made by the researcher and validated by the participants (18). First there is the deconstruction of the texts – the unitarization -, identifying units of meaning and their codes, with the emergence of binder arguments that support the following process – the categorization. At that stage, the research was operated with a priori categories, which are identified as the steps to be worked by the educators in an environmental educational action – awareness; knowledge and skills; mobilization and project: environmental action, participation and multiplication – and with the emerging category in the analysis processes identified as problematization, which represents the previous vision of those investigated. The metatext produced from the performed analysis articulated the knowledge with the proposition of a non-formal environmental education action. This proposal is based on the prospect of questioning, raising awareness, redefining, mobilizing, stimulating knowledge and skills, and participating in the reality of *Quiosqueiros* from their knowledge, seeking to contribute for the happening of individual and collective actions, and for the vision of the house space, work, the street, the neighborhood and the city where they live be enlarged. The study ends with the figure of the “cloud of knowledge”, which brings the representation of the knowledge of *Quiosqueiros* and the categories discussed for the creation of an educational process, a proposal which is understood as capable to prepare for the socio-environmental uncertainties and provoke the ability of a response from the actors on the unpredictable, enabling them to understand the interrelationships that constitute their worlds.

Keywords: *Quiosqueiros*. Knowledge. Non-formal environmental education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Litoral Norte no Estado do Rio Grande do Sul, identificando o município de Capão da Canoa (polígono em vermelho).....	15
Figura 2 – Recorte de um espaço à beira mar de Capão da Canoa, em um dia de veraneio.	22
Figura 3 – Visão a partir do interior de um quiosque.	23
Figura 4 – Pequenos abrigos que serviam como vestiários.	49
Figura 5 – Baronda em diferentes épocas - a) construção na década de 1970; b) sendo desfrutado por veranistas e moradores; c) interditado por decisão judicial e d) demolição em 2010.....	50
Figura 6 – Quiosques do Calçadão.	51
Figura 7 – Quiosques da Faixa de Areia.	51
Figura 8 – Lagoa dos Quadros - Vista do entardecer.....	52
Figura 9 – Imagem aérea de Capão da Canoa; no primeiro plano, o mar e, ao fundo, a cidade e a lagoa.	53
Figura 10 – Mapa das áreas de Uso Ambiental, disponibilizado no site oficial da Prefeitura.	55
Figura 11 – Projeto Acessibilidade – ONG 3 C.	58
Figura 12 – <i>Outdoor</i> da Pepsi anunciando a revitalização da orla de Capão da Canoa.	62
Figura 13 – Quiosque da zona de calçadão, com as cores no padrão “Pepsi”.	62
Figura 14 – Nuvem de saberes.	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participantes da pesquisa	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eventos que auxiliaram as propostas de educação ambiental.	37
Quadro 2 – Principais problemas socioambientais de Capão da Canoa	60
Quadro 3 – Unidades de significados (título, código, argumento aglutinador e leitura do pesquisador).....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	– Agentes Econômicos
AGAPAN	– Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AL	– Assembleia Legislativa
APP	– Área de Proteção Permanente
ASCC	– Associação dos Surfistas de Capão da Canoa
ATD	– Análise Textual Discursiva
AVMCC	– Associação de Veranistas e Moradores de Capão da Canoa
CNUMAD	– Confederação das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMDEMA	– Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
EA	– Educação Ambiental
EANF	– Educação Ambiental Não Formal
FEPAM	– Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FURG	– Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LN	– Litoral Norte
MDE	– Modelo de Desenvolvimento Econômico
ME	– Ministério da Educação
METROPLAN	– Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MMA	– Ministério do Meio Ambiente
MPE	– Ministério Público Estadual
MPPA	– Movimento dos Pescadores Artesanais
ONG 3C	– Organização Não Governamental Capão da Canoa Consciente
ONU	– Organização das Nações Unidas
OP	– Orçamento Participativo
PATRAM	– Patrulha Ambiental da Brigada Militar
PD	– Plano Diretor
PGI	– Plano de Gestão Integrada
PNGC	– Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PPGEA	– Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
ProNEA	– Programa Nacional de Educação Ambiental
QUIOSQUE LEGAL	– Associação de <i>Quiosqueiros</i> de Capão da Canoa

RS	– Rio Grande do Sul
SC	– Santa Catarina
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECC	– Secretaria de Educação de Capão da Canoa
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINDUSCON	– Sindicato da Indústria da Construção Civil
SMACC	– Secretaria do Meio Ambiente de Capão da Canoa
SPU	– Secretaria do Patrimônio da União
TCC	– Trabalho de Conclusão de Curso
UNIASSELVI	– Universidade Leonardo da Vinci
UNISC	– Universidade de Santa Cruz do Sul
ZEE	– Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 A caminhada e o envolvimento com Capão da Canoa	13
1.2 Situação problema.....	17
1.3 A questão que impulsiona esta pesquisa.....	22
1.4 Objetivo geral.....	23
1.5 Objetivos específicos	23
1.6 Considerações metodológicas.....	24
1.7 Estruturação do texto da dissertação	27
2 SABER: O CAMINHO DA EDUCAÇÃO	29
2.1 Escuta e saber: a via da educação popular.....	29
2.2 A visão de mundo e a educação ambiental	35
3 O CONTEXTO DE CAPÃO DA CANOA EM RECORTES.....	45
3.1 Capão da Canoa: contexto sociohistórico.....	45
3.2 A questão socioambiental em Capão da Canoa: desafios da educação e da gestão ambiental.....	52
4 O PROCESSO DA ANÁLISE	64
4.1 A origem e desconstrução do <i>corpus</i>.....	64
4.2 O movimento de emergência das categorias.....	68
5 OS SABERES EMERGENTES ARTICULANDO AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	102

1 INTRODUÇÃO

1.1 A caminhada e o envolvimento com Capão da Canoa

No ano de 2007, quando finalmente pude gozar da minha aposentadoria, escolhi residir em Capão da Canoa, cidade localizada na costa norte do Rio Grande do Sul (RS). Desde criança eu visitava essa localidade com os meus familiares no período das férias escolares do verão.

No início dos anos 60, predominavam as construções no estilo de chalés e nós veraneávamos em um, localizado nas proximidades da praia. O modo de vida da época previa que se frequentasse a praia no período da manhã e que se reservasse a tarde e a noite para passeios e diversão, que, naquela época, constituíam-se em caminhar pelas ruas e calçadas, frequentar casas de jogos, como o boliche, e aproveitar o ar fresco da noite para saborear sorvetes. Na ausência dos passeios, ficava-se em casa lendo e jogando baralho com o rádio ligado para acompanhar o noticiário ou ouvir músicas e novelas. Assim os dias passavam de maneira divertida. Quando se chegava à praia logo cedo, caminhar na beira d'água era a ordem primeira e usufruir do banho de mar a segunda. Após este ritual, estava liberada a algazarra, e a correria da criançada iniciava, assim como a prática de comer milho verde cozido, que era preparado e vendido por homens, mulheres e até crianças que se fixavam próximos aos grupos de veranistas e empurravam pequenos carrinhos, onde a panela do milho borbulhava. Quando o veraneio findava, na hora de retornar às nossas cidades de origem, iniciávamos um longo percurso, realizado de carro em alguns trechos e de trem em outros. Fazia parte do roteiro uma parada na capital Porto Alegre (POA), pois o tradicional passeio de bonde não poderia ficar para trás.

Desse modo, fui desenvolvendo uma atração pela região costeira que tinha a marca da alegria e diversão. Esse sabor da infância se transformou no desejo de morar no litoral, e assim o fiz, na busca de novos horizontes pessoais, depois de finda a caminhada profissional. Na mesma época, iniciei a graduação em Tecnólogo em Gestão Ambiental, pela Universidade Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), de Santa Catarina (SC). Aguçava-me o desejo de saber mais acerca da temática ambiental, tão discutida, que me levava a refletir sempre que observava e contemplava o ambiente e as relações sociais à minha volta.

O egresso do curso de Tecnólogo em Gestão Ambiental constitui-se em um profissional qualificado, crítico, criativo e com habilidades em relações humanas, devendo

possuir a capacidade de se adaptar a novas situações e de compreender, tomar decisões e propor soluções sobre problemas socioambientais. Durante essa caminhada, identifiquei-me com a disciplina que tratava sobre Educação Ambiental, que vislumbrei como um instrumento capaz de mobilizar a sociedade, em todos os espaços de educação, tanto formal como informal, por meio de um amplo apelo à mudança de atitudes dos indivíduos em relação às questões socioambientais, e que me conduziu a ser uma Educadora Ambiental.

Posteriormente, em novembro de 2010, iniciei o curso de Especialização em Educação Ambiental, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Movia-me o desejo de aprofundar o conhecimento na área a fim de atuar como uma cidadã com clareza de ideias e não apenas como alguém movido pelo senso comum e “achismo” em relação ao mundo e, assim, despertar a “ecologia profunda” em meu ser. Para o filósofo norueguês Arne Naess, criador desta expressão na década de 1970, na discussão intitulada “Alfabetização Ecológica: O Desafio Para A Educação Do Século 21”, conforme nos indica Capra (2011),isso significa que somos parte inseparável do ambiente, seja na esfera física, psicológica, social ou espiritual.

Tendo como base esse conceito, comecei a me perguntar quais as atitudes, os hábitos e as manias que não são ecologicamente corretas e que eu poderia mudar? Percebi, então, que, para exercer um cuidado com o planeta inteiro, haveria de cuidar da minha natureza mais profunda, do meu corpo, da minha mente, dos meus hábitos e das minhas atitudes. Observava que meu pequeno ambiente já se nutria de algumas atitudes que considero saudáveis desde muito tempo e que eu deveria incorporar outras. Assim, fui iniciando uma caminhada de vida mais conectada com o mundo, fazendo algumas experiências e vivências, adotando práticas de separação de resíduos e redução de consumo de água e energia, por exemplo, no prédio em que residia.

Assim também iniciei ações que pude estender ao meu bairro e fui provocada a afinar meu olhar para observar e identificar vários problemas socioambientais do município de Capão da Canoa, que extrapolavam a minha pequena visão de reciclar e reduzir e se situavam no patamar das políticas públicas e da participação comunitária. Esse problema se iniciou com a ocupação desordenada do território, seguida pelas atividades turísticas desenvolvidas no local e pela ausência de políticas de gestão ambiental urbana que permitissem o avanço da construção civil, vista como um processo impulsionador do desenvolvimento e de empregos na localidade, sem observação dos limites de proteção ambiental.

Entre as cidades do Litoral Norte do RS, o município de Capão da Canoa (Figura 1) tem significativo impacto ambiental, promovido pela trajetória de desenvolvimento e urbanização.

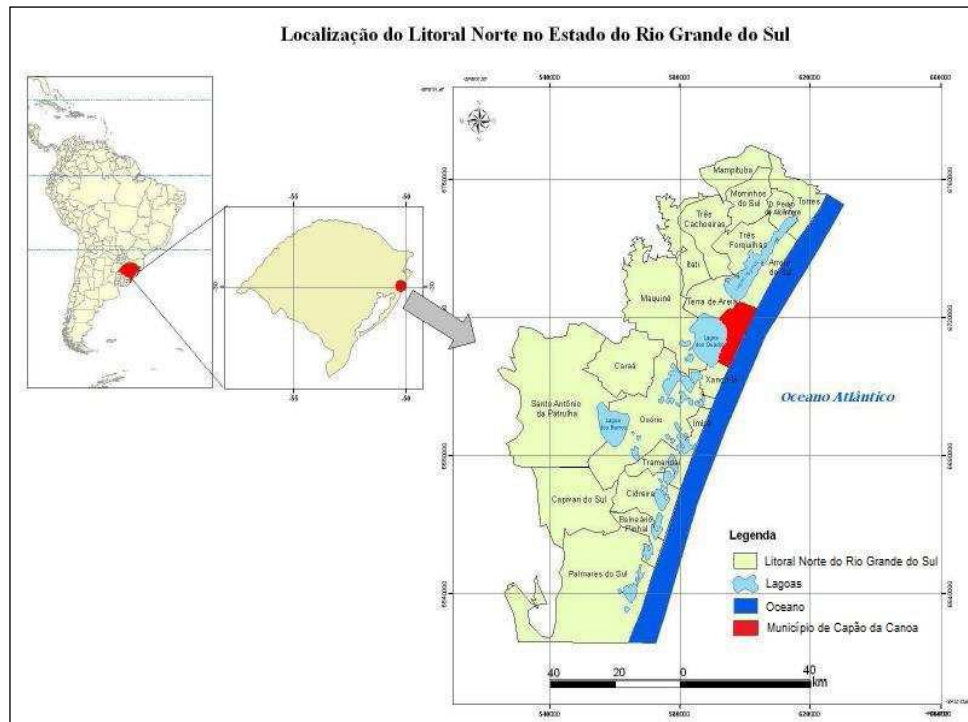


Figura 1 – Localização do Litoral Norte no Estado do Rio Grande do Sul, identificando o município de Capão da Canoa (polígono em vermelho).

Fonte: adaptado de Strohaecker (2007)

Essa realidade é perceptível para a maioria da população de Capão da Canoa, de modo que, mesmo entre os leigos em assuntos socioambientais, é comum escutar, em rodas de conversa com pessoas da comunidade, a referência a lugares que não apresentam mais a mesma estética de outrora: cômodos de areia que desapareceram, árvores frutíferas que não mais existem, como as figueiras que predominavam na paisagem, e até a raridade do tuco-tuco, um pequeno roedor da zona de areia. Com essa percepção se encontram, também, os visitantes, veranistas e admiradores de Capão, como o escritor Moacyr Scliar, que assim se manifestou:

No primeiro dia de 2007, fui a Capão da Canoa, coisa que não fazia há muito tempo. Fiquei impressionado. A pacata praia onde, a cada verão, a nossa família passava alguns dias, mudou por completo. Capão agora é uma cidade, com prédios gigantescos e com todas as características de cidade movimentada: gente em penca, lojas, restaurantes, congestionamento de trânsito, falta de lugar para estacionamento (SCLIAR, 2007, p.5).

Nesse contexto de estudar, observar e refletir sobre a realidade socioambiental de Capão da Canoa, fui membro da Organização Não Governamental Capão da Canoa Consciente (ONG 3C) e do Orçamento Participativo (OP) do Município de Capão da Canoa em 2009/2010. As atividades no OP aproximaram-me de alguns atores sociais que também atuam na ONG 3C e participam da “Associação de *Quiosqueiros* de Capão da Canoa - Quiosque Legal”, mais conhecida como Associação dos *Quiosqueiros*.

Tal relação de trocas e de conhecer novas realidades me estimulou a desenvolver com esse grupo de atores sociais o projeto de Educação Ambiental para meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao SENAC, com o título: “Uma Ação de Educação Ambiental com os *Quiosqueiros* de Capão da Canoa/RS”, que versava sobre o aprendizado da gestão dos resíduos sólidos. O principal objetivo desse trabalho foi estimular a conscientização e o aprendizado coletivo sobre a importância da correta separação e destinação dos resíduos gerados nas atividades comerciais dos quiosques, além de divulgar as ações entre os demais atores que frequentam o local. O diagnóstico socioambiental que embasou o projeto foi realizado através da minha observação direta e das rodas de diálogos estabelecidas com os *Quiosqueiros*. Como o programa de especialização do SENAC se detém em avaliar a estrutura de um projeto de educação ambiental, não houve a aplicação e apuração dos resultados finais da proposta apresentada para obtenção do grau de especialista. Paralelamente, ocorreu o meu ingresso no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), o que impossibilitou desenvolver a ação proposta com aqueles atores.

No ano de 2011, passei a residir em Rio Grande/RS, mais especificamente no Cassino, o que me possibilitou observar semelhanças e diferenças entre os aspectos socioambientais desse município e os de Capão da Canoa. Encantei-me ao observar o casario que ainda permanece em Rio Grande, assim como alguns aspectos da natureza que se mantêm preservados. Foi um momento muito especial da minha caminhada, que me proporcionou conhecer melhor esta região do estado até então desconhecida para mim.

O vínculo com Capão da Canoa se iniciou na infância, foi reforçado quando passei a residir naquele município e ao conhecer os *Quiosqueiros* durante a escuta realizada para o trabalho de especialização, que implicou a convivência com outras realidades e a busca pela compreensão dos significados que aqueles atores estabeleciam para determinadas coisas, situações e processos, o que constituiu minha percepção sobre aquele grupo social. Ao

dialogarmos, compreendi que tinham visões e experiências próprias e, assim, almejei conhecê-los mais, buscando entender o que pensavam sobre determinados aspectos ligados às suas vidas, que, para Sauv  (2005), podem ser categorizados como: natureza, recurso, problema, meio de vida, sistema, biosfera e projeto de vida; e, assim, alcançar suas representa es sociais.

Quando compreendemos o que determinados atores sociais pensam acerca do meio ambiente,   possível conhecer seus valores e suas crenças. A trama do meio ambiente   a trama da própria vida, pois   ali em que se encontram natureza e cultura (SAUVÉ, 2005). Muitos foram os momentos de convivência (conversas em roda, na beira da praia ou debaixo dos quiosques, fosse com chuva, vento e areia ou com um sol muito quente sobre nossas cabeças), que estimularam a minha escuta. Durante os diálogos, fui percebendo os vínculos de cada um com aquele lugar. Em muitas ocasiões, a reflexão conduzia-me   minha própria condi o de estar ali, ouvindo e buscando compreender aquelas falas, compartilhando um espaço que se constitui no meio em que vivem, onde nossas intera es acontecem e que são compartilhadas na “casa de vida” (SAUVÉ, 2005). Sempre gostei de estar junto ao mar e contemplá-lo, o que me fez sentir próxima daquelas pessoas.

O termo “quiosqueiros” usado neste trabalho e reconhecido pelo senso comum não   encontrado em dicionários ou outra fonte de consulta acadêmica.   tomado, aqui, por aqueles sujeitos que trabalham em pequenos quiosques, estabelecidos   beira-mar, e que comercializam alimentos e bebidas. Já a palavra “quiosque” tem origem na palavra francesa *kiosque* e designa pavilhão (HOUAISS, 2013), situado em jardins ou praças, onde habitualmente se vendem jornais, tabaco, bebidas etc.

1.2 Situa o problema

A partir de 2008, surgiram, no cenário municipal de Capão da Canoa, conflitos resultantes das atividades exercidas nos quiosques, apontados como provocadores de impactos socioambientais, embora a questão dos impactos já estivesse sendo denunciada pela sociedade e pelo poder público, ainda que sem a devida problematiza o acerca da realidade e do encaminhamento de solu es. O novo mandat rio do município, empossado naquele ano, ordenou que se recolhessem as chaves de todos os quiosques situados na zona do calçadão da beira-mar, alegando a execu o de serviços de reparos e pintura. O pedido foi atendido pela maioria dos *Quiosqueiros*, que, após alguns dias, foram chamados pelo poder público, que

lhes comunicou o fechamento por prazo indeterminado dos quiosques e a premência de ajustes em contratos e licitações e as denúncias sobre falta de cuidado e mau uso do local.

Alguns estudos já apontam que a ocupação da faixa de praia por bares, restaurantes e quiosques tem ameaçado importantes ecossistemas e, em algumas situações, “privatizando áreas de praia”. Porém, o grande afluxo de veranistas nestes locais valida a presença desses estabelecimentos como alternativa de apoio ao lazer na faixa de praia, tornando a atividade dos quiosques economicamente importante e tradicionalmente aceita, pois constitui fonte de renda para a população local. Esse fato mereceu estudo no VI Simpósio Ítalo Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (2002), com o trabalho intitulado “Usos e Ocupação da Faixa de Praia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – uma experiência de gestão compartilhada”, da autoria de Anele, Silva e Ferraro. Esse estudo corrobora o diagnóstico dos impactos socioambientais como decorrentes das atividades dos quiosques em Capão da Canoa: geração de resíduos sólidos, ausência de ações de tratamento adequado desses resíduos e descarte do óleo de cozinha usado no preparo de alimentos e frituras diretamente na zona de areia, além da alteração da dinâmica do ambiente e da interferência na paisagem.

Por outro lado, os *Quiosqueiros* de Capão da Canoa apontam conflitos com o poder público, decorrentes da distorção nos valores de taxas e licenças cobradas, da ausência de clareza no processo de licitação dos quiosques da faixa de areia e da falta de cumprimento de requisitos básicos de saneamento, higiene e saúde. Além desses, outros conflitos emergem nas relações dos *Quiosqueiros*, como a disputa dos espaços e da clientela e da atividade dos catadores que, ao vasculharem as lixeiras em busca de materiais para reciclagem, provocam desordem e deixam lixo jogado no chão junto aos quiosques. Em relação aos Agentes Econômicos¹ (AE), encarregados da coleta seletiva no município, surgem reclamações sobre a falta de recolhimento sistematizado e em horários de menor fluxo, principalmente nos dias de intenso movimento, como feriados e finais de semana.

A zona costeira é tratada como “patrimônio nacional” pela Constituição Federal de 1988 e, por isso, é uma porção do território brasileiro que merece atenção especial do poder público tanto quanto a sua ocupação e o uso de seus recursos naturais. O Gerenciamento Costeiro no Brasil, instituído pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), orienta a utilização racional dos recursos na zona costeira (MMA, 2013). Hoje, o Gerenciamento Costeiro no Brasil está aprimorado e é um modelo de gestão participativa e

¹ Grupo criado em Capão da Canoa, RS, que, há mais de dez anos, dedica-se a realizar a coleta seletiva. Está instalado em galpões que se localizam junto ao Aterro Sanitário do município e é formado por homens e mulheres que desempenham as funções de coletar, separar, embalar e comercializar o material produzido.

integrada que conta com vários Ministérios, órgãos de fomento, comunidades acadêmicas e científicas e iniciativa privada. A frágil relação dos *Quiosqueiros* de Capão com a zona costeira de que usufruem e a falta de cuidados para com o local ameaça a permanência desses sujeitos na orla e provoca discussões com o poder público na busca de soluções para os impasses e impactos socioambientais causados. Nesse contexto, os *Quiosqueiros* alegam, diante das ameaças do poder público de não mais liberar e/ou renovar licenças, que se sentem marginalizados no processo de cuidado com a zona costeira, pois não são chamados para participarem das discussões e se sentem “invisíveis” aos olhos da sociedade e dos órgãos públicos.

Porém, o estudo de Anele, Silva e Ferraro (2002), supracitado, sobre usos e ocupação da faixa de praia do Litoral Norte do RS, também aborda o aspecto referente às fases que constituíram a articulação entre os poderes para o estabelecimento do Plano Municipal de Uso da Faixa de Praia. Foram envolvidos o poder público municipal, o Ministério Público Estadual (MPE) e a Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) para, de acordo com os critérios estabelecidos pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), definir o referido plano. Segundo os autores em questão, o trabalho para execução desse plano foi o de descrever a situação da ocupação da faixa de praia quanto aos quiosques, bares e restaurantes, no sentido de aprimorar os critérios da FEPAM para o licenciamento ambiental destas atividades. Visava, também, aperfeiçoar as ações licenciadoras e compartilhar a gestão com os municípios, sem se afastar da observância de atuação da Gerência Regional do Patrimônio da União e das avaliações e orientações do PNGC. A metodologia proposta no trabalho visava aumentar a eficiência da gestão, descentralizando ações por meio da participação dos atores locais no processo. Para tanto, foram realizadas audiências públicas em cada município com a participação dos atores envolvidos. Entre os resultados apontados no estudo está a inclusão do termo de compromisso que institui a obrigatoriedade da realização de Audiência Pública para a divulgação dos planos de cada município à sociedade em geral e para que os atores envolvidos discutam e avaliem o seu conteúdo. Anele, Silva e Ferraro (2002) indicam que, nas primeiras audiências, a participação mais representativa foi a dos *Quiosqueiros* sem, contudo, indicar se os planos foram viabilizados e se houve a participação atuante dos municípios e demais envolvidos. Destaco, na leitura deste estudo, embora seja resultante de um processo que se iniciou há mais de 10 anos, as reflexões provocadas sobre essa tal “invisibilidade” que os *Quiosqueiros* argumentam em relação a si e diante das ações do poder público.

Em maio de 2010, foi criada a Associação dos *Quiosqueiros*, uma entidade jurídica legalmente constituída com o propósito de promover o desenvolvimento empresarial dos seus associados, pessoas ligadas ao comércio de bebidas e gêneros alimentícios, atendendo aos aspectos tecnológicos, legais, gerenciais, de recursos humanos, econômicos e financeiros. Havia, ainda, o objetivo de articular e agregar os associados e desenvolver atividades relacionadas a questões sobre planejamento, organização, controle, assessoramento, fomento e execução de ações nas áreas técnica, cultural, turística, ecológica, fiscal e da qualidade. Dos 65 quiosques existentes em Capão da Canoa, em torno de 50 têm seus proprietários participando da Associação dos *Quiosqueiros*. Com a constituição da Associação, os atores almejavam o fortalecimento do grupo e, conseqüentemente, a possibilidade de provocar o poder público para discutir questões como uso e apropriação dos espaços naturais, custos das licenças e instalações dos quiosques e necessidade de estabelecer diálogos para futuras licitações e contratos.

Na contrapartida destas reivindicações, o poder público aproveitou para buscar a melhoria tanto das relações com os atores sociais quanto do aspecto turístico da cidade e apresentou proposituras que considera necessárias para o aperfeiçoamento e a qualidade nos serviços oferecidos ao público, como cuidados com o ambiente e as condições de trabalho. A Prefeitura Municipal de Capão da Canoa estabeleceu parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para realização de cursos e treinamentos ligados ao preparo e à produção de alimentos, ao empreendedorismo, ao fluxo de caixa, a treinamentos na busca de novos conhecimentos e a alternativas para mitigação dos impactos ambientais. A Prefeitura também desenvolve ações com esses atores, por intermédio de assessoria ambiental, que é prestada pela empresa Agroambiental, que tem sido a articuladora, na pessoa do Engenheiro Agrônomo Fernando Campani, do diálogo entre *Quiosqueiros* e poder público. Em 2010, após várias discussões, oposições e resistências ao diálogo, foi formalizado um termo de compromisso ambiental. No documento, cada proprietário de quiosque, tanto do calçadão como da faixa de areia, se comprometia a manter limpo o seu espaço de trabalho e o entorno, tendo sido articulada com os *Quiosqueiros* a contratação de um funcionário da Associação para participar das ações de limpeza e organização dos resíduos junto aos quiosques. Essa parceria não se efetivou, e os *Quiosqueiros* seguiram limpando e conservando o espaço, cada um do seu modo. Não há notícia sobre o acompanhamento desse termo de compromisso firmado.

Capão da Canoa caracteriza-se como uma cidade turística que, nos meses de dezembro a março de cada ano, recebe o quántuplo de sua população fixa, que, conforme os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é de 42.040 habitantes. Isso faz com que a categoria populacional sofra uma implosão neste período, caracterizando, na orla marítima de Capão da Canoa (Figura 2), a ocorrência de um processo produtivo e consumista, em que se configuram comportamentos, valores, saberes e potenciais até então não percebidos. Desde o *quiosqueiro* que comercializa bebidas e alimentos ao vendedor ambulante de lanches, queijo assado, roupas, acessórios e bijuterias, muitos vindos de regiões distantes, como o centro-oeste e nordeste do país, estão envolvidos em trabalho e ganho. Percebe-se, também, a presença dos descendentes indígenas (principalmente de mulheres e crianças) do norte do estado que comercializam cestos, colares, pulseiras e adornos.

Capão da Canoa constitui um palco socioambiental: há condições que impulsionam produtividade e ganhos para todos que ali se inserem, sejam os *Quiosqueiros*, barraqueiros, vendedores, ambulantes, prospectores de negócios ou estrategistas da mídia. É importante ressaltar, também, a presença de um grande número de catadores, que se deslocam para aquela cidade com o propósito específico de colher resíduos e que se estabelecem, muitas vezes, em barracas na beira da praia e ali permanecem por trinta a sessenta dias. A beira-mar configura-se em um ambiente que abriga diferentes realidades, onde se encontram e se manifestam culturas, saberes e valores adquiridos no processo civilizatório da humanidade. Para Henrique Leff (2010), esse ambiente se configura em processos de ordem física e social, que se submetem à racionalidade econômica dominante. Nesse contexto, podem-se observar uma natureza explorada e uma degradação socioambiental, que provoca a perda de diversidade biológica e cultural, associada à pobreza.



Figura 2 – Recorte de um espaço à beira mar de Capão da Canoa, em um dia de veraneio.

Fonte: acervo de Beto Rodrigues

1.3 A questão que impulsiona esta pesquisa

Diante desse contexto, em que há uma diversidade de atores sociais, meu olhar recaiu sobre os *Quiosqueiros*, percebendo-os como a presença mais significativa daquele espaço. Presumo como seriam os processos que ocorrem naquele espaço sem a presença desses atores, tendo em vista a afirmação que a grande maioria deles costuma fazer: “nós fazemos o veraneio acontecer”. Essa afirmação, carregada de confiança, desperta mais ainda meu desejo de conhecer e compreender esse grupo. Qual o saber que emerge neste espaço (Figura 3), marcado por tantas diferenças, e que se relaciona com o saber marginalizado e subjugado pela visão turística promotora de consumo, desenvolvimento econômico e uso e apropriação da natureza? O que eles sabem sobre o ambiente, a natureza, o mar, a fauna, a flora, o trabalho e as relações sociais? E que Educação Ambiental faz parte de suas vidas?



Figura 3 – Visão a partir do interior de um quiosque.

Fonte: acervo de Grasielle Rolim

Pergunto-me quem são estes sujeitos ocultos, que se abrigam no interior dos quiosques, produzem alimentos e os comercializam, juntamente com bebidas e outros petiscos, dialogam e fazem o “veraneio acontecer”? Quais os saberes por eles guardados e que eco são capazes de produzir e assim contribuir com processos e ações de Educação Ambiental Não Formal (EANF) em Capão da Canoa, RS?

1.4 Objetivo geral

Compreender a contribuição dos saberes populares de um grupo de *Quiosqueiros* ao processo de Educação Ambiental Não Formal no município de Capão da Canoa, RS.

1.5 Objetivos específicos

Identificar, nos relatos orais dos pesquisados, como emergem as percepções e concepções sobre o ambiente, o trabalho e as relações sociais que se estabelecem nas suas vidas;

Reconhecer nas falas dos pesquisados sua compreensão acerca do modo como o ambiente pode ser usado e cuidado e das apropriações sobre os bens naturais;

Apreender, com base nas falas de histórias de vida, como estão incorporados e se manifestam os sentimentos advindos do fato de serem *Quiosqueiros* naquele espaço e

possuírem visibilidade socioambiental revelada em um saber que emerge para a construção de ações na Educação Ambiental Não Formal.

1.6 Considerações metodológicas

Este trabalho assume o viés da pesquisa qualitativa em Educação Ambiental. Nele as atividades investigativas se apoiaram na pesquisa de ação participativa, com o intuito de contribuir para que os envolvidos participem de um processo de aprendizado, descobrimento, compreensão e análise da realidade (VIEZZER, 2005) e cooperem para a busca de solução dos seus problemas. O caráter da pesquisa ação evidencia-se pelo desejo investigativo não meramente acadêmico nem burocrático, mas pelo desejo de que as pessoas pesquisadas tenham algo a “dizer” e algo a “fazer”. Assim, o pesquisador desempenha um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (THIOLLENT, 2011, p. 22).

No contexto deste trabalho, o objeto de investigação não são as pessoas, mas a situação social e os problemas de naturezas diversas que permeiam esta situação. Nesse sentido, acredita-se que o objetivo da pesquisa ação consista em esclarecer os problemas da situação observada e em perceber quem sabe resolvê-los. Também não se pretende uma forma de ação de ativismo, mas sim de conhecimento para o pesquisador e de conhecimento ou ampliação da visão de mundo dos investigados. Para Thiollent (2011), entre as qualidades da pesquisa ação, destaca-se a possibilidade de captar informações concebidas pela mobilização do coletivo que produzem ações concretas que não seriam alcançadas por meio da observação passiva.

Esta pesquisa ação participante ocorreu de forma leve e natural, em muitos momentos, tendo se estabelecido o diálogo necessário para introduzir a contextualização do assunto que seria investigado e para que os entrevistados se mostrassem interessados em conhecer opiniões e ideias que manifesto tanto como cidadã e quanto como educadora ambiental. Minhas manifestações sempre se ancoram nos propósitos da educação ambiental baseados na educação crítica, capaz de provocar mudanças nas atitudes e na visão de mundo, sem desconsiderar a coexistência dos seres em um universo sistêmico e a estrutura da comunicação entre os diferentes espaços culturais: meu, de especialista investigadora, e dos investigados.

Percebi que, durante toda pesquisa, ocorreu um movimento de troca, em que a escuta se transformava em aprendizado e as falas provocavam reflexões e questionamentos, sempre

considerando uma postura bilateral e compatível com a percepção de que os atores investigados possuem cultura e educação, dominam vários tipos de raciocínios e têm opiniões. Nesse aspecto, o grande sentido desta pesquisa está em conhecer o saber popular dos investigados, tendo em mente que, quando existem condições para sua expressão, ele é rico, espontâneo e apropriado à situação e ao local (THIOLLENT, 2011).

Para Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, com multiparadigmas de análise e multimétodos de investigação, procurando encontrar o sentido do que se investiga e interpretar os significados que as pessoas dão a eles. O desafio da pesquisa qualitativa consiste em aceitar o fato de que o compromisso de pesquisar é uma prática necessária no traçado da vida social, permitindo aos investigados produzirem eco com suas falas e ao autor da pesquisa o reconhecimento da relevância do “outro”.

A partir do caminho metodológico proposto, este trabalho teve início em um encontro com todos os *Quiosqueiros* vinculados à Associação Quiosque Legal, em abril de 2012. Nessa ocasião, ocorreu minha apresentação formal ao grupo, como Mestranda em EA do PPGEA, e a comunicação do propósito do trabalho e do objetivo da pesquisa. Àqueles que se interessaram pela investigação já foi ajustado um meio de contato, com troca de telefones, e-mails e outras formas de comunicação.

Percebi que alguns já se mostravam motivados para o trabalho e iniciaram a contar suas histórias mesmo naquele momento, apresentando falas que traziam suas memórias na atividade de *Quiosqueiros*. Apoiada em Minayo et al. (2002), estabeleci articulações com os investigados que possibilitaram realizar entrevistas, com roteiro semiestruturado, que foram gravadas em áudio/vídeo; colher apontamentos em diário de campo nos mais variados momentos, até mesmo naqueles informais de visita aos quiosques durante o veraneio; e realizar registros visuais por meio de fotografias.

Por ocasião de cada entrevista, procurei esclarecer o propósito do meu trabalho, isto é: atender a minha formação na área da Educação Ambiental e o desejo de contribuir com a educação no município de Capão da Canoa, já que, como alguns deles diziam, eu era a “mulher” da Educação Ambiental. Aos poucos, foram reconhecendo-me e a grande maioria passou a identificar-me pelo nome. O roteiro semiestruturado, proposto na qualificação desta dissertação, foi sendo ajustado no decorrer do processo, uma vez que a emergência de falas fora do roteiro prévio foi comum e mereceu atenção pelo conteúdo apresentado. Nesse sentido, a postura investigativa foi de respeito pelo entrevistado e compreensão das opiniões

emitidas, com tranquilidade e sem pressa (THOMPSON, 1992). A entrevista baseou-se em escutar a história de vida do *quiosqueiro*, permitindo que este a apresentasse a fim de externalizar suas memórias, o que, para Thompson (1992), é perceptível a partir das experiências vivenciadas, dos lugares conhecidos e dos acontecimentos de que participaram.

Havia um desejo da minha parte de trabalhar com atores-chaves, que são os *Quiosqueiros* mais antigos em atividade e que eu já conhecia, e, também, com a realização da “entrevista piloto” com dois atores sociais, cujo resultado poderia contribuir para o aprimoramento do roteiro. No momento da qualificação do projeto, estas entrevistas haviam sido realizadas, porém não houve tempo hábil para incluí-las naquela discussão.

Já conhecendo alguns atores desta pesquisa pelo diálogo realizado na elaboração do projeto de especialização em EA (SENAC, 2011), a coleta e a preparação dos dados foram realizadas seguindo uma agenda prévia estabelecida com os participantes e ajustada às situações emergentes, de modo que estivesse em sintonia com o trabalho de campo. Muitos foram os momentos em que os entrevistados não atenderam aos telefonemas, desmarcaram horários combinados ou desistiram das entrevistas, o que implicou no fato que, dos 20 a 25 entrevistados, que era a expectativa inicial, restassem apenas 18 que se aventuraram a contar suas histórias. As entrevistas foram realizadas com os atores *Quiosqueiros*, participantes da pesquisa, assim distribuídos (Tabela 1):

Tabela 1 – Participantes da pesquisa

Homens <i>quiosqueiros</i>	2
Mulheres <i>quiosqueiras</i>	3
Casal de <i>quiosqueiros</i> (2)	4
Mãe e Filha <i>quiosqueiras</i>	2
Grupo familiar de <i>quiosqueiros</i> (casal, 3 filhos, nora e primo)	7
Total de participantes	18

Os sujeitos desta investigação, como forma de preservar suas identidades, serão caracterizados com a letra “Q” seguida das letras iniciais do nome do participante e da referência a sua idade e ao tempo de atuação como quiosqueiro.

Posteriormente à coleta dos dados com os investigados, deu-se a etapa de transcrição das entrevistas e da apresentação do documento contendo a descrição aos entrevistados para validação. Nesta etapa, a leitura por parte de alguns investigados daquilo que haviam dito suscitou uma nova relação dialógica, de modo que alguns manifestaram o desejo de acrescentar esclarecimentos às suas falas. Estes esclarecimentos foram considerados na contextualização do trabalho, já que neste momento não estava prevista a gravação em áudio e vídeo. Pode-se considerar que a restituição das informações provocou, no mínimo, reflexões nos investigados e o desejo de novas discussões, o que se caracteriza como aprendizado (THIOLLENT, 2011). Não foi possível realizar um encontro com todos os participantes como proposto inicialmente, pois fora do período do veraneio estes estão envolvidos em outras atividades.

Para trabalhar o material coletado, foi utilizada a metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), de modo que o conjunto de documentos e informes produzidos constituiu o *corpus* da análise, que, para Moraes e Galiuzzi (2007), requer uma seleção e delimitação rigorosa. Essa fase representa o momento de diálogo do pesquisador com os significados que emergiram nos textos é quando o *corpus* é desmontado e emergem o processo de criação, ordenamento, organização e síntese. Segundo, ainda, Moraes e Galiuzzi (2007), neste momento, concebe-se a criação de um quebra-cabeças ou de um mosaico, em que há a necessidade de criatividade e capacidade de jogo com suas peças, cujos conteúdos são definidos a partir dos materiais trabalhados. As categorias identificadas na análise do material coletado contribuem para a construção da figura denominada “nuvem de saberes”, que representa a visibilidade dos saberes, ainda que na forma condensada em etapa anterior à produção do metatexto.

É importante ressaltar, também, que os demais atores de Capão da Canoa entrevistados nesta pesquisa contribuíram para a contextualização da realidade socioambiental da localidade, possibilitando conhecer melhor a história e dinâmica do local. Entre eles, há membros de ONGs, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), de Movimentos, da Empresa de Assessoria e dos Agentes Econômicos, os quais foram identificados com o nome de seus cargos e, alguns, com as suas iniciais.

1.7 Estruturação do texto da dissertação

Este trabalho de dissertação está estruturado em seis capítulos. No segundo discorro sobre os saberes à educação popular. Apresento discussões acerca do modo como a educação é capaz de promover mudanças que possam ser incorporadas à vida dos sujeitos a partir de uma consciência do seu meio e aptidão para agir no mundo. Para isso, investigo alguns elementos da história da educação ambiental com foco nas diretrizes orientadoras dessa área do saber. No capítulo três, apresento o contexto sociohistórico de Capão da Canoa, com base em autores e pesquisas locais sobre o município. Abordo, ainda, os problemas socioambientais do município, com especial atenção às questões da gestão e da educação ambiental. Já no quarto capítulo, apresento a metodologia da ATD que embasou a análise e a compreensão deste estudo. No capítulo cinco, produzo o metatexto, originado a partir dos argumentos aglutinadores apontados na análise e que articulam afirmativas teóricas com o objeto de estudo e delineiam o sentido desta dissertação. Por fim, lanço as considerações finais deste trabalho de pesquisa.

2 SABER: O CAMINHO DA EDUCAÇÃO

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém.

P. Freire (1996)

O processo civilizatório estabeleceu uma dicotomia entre o saber e a ignorância, que se estabelece a partir de uma visão que considera alguns sujeitos incapazes, incluídos na categoria dos que nada sabem, categoria essa que a ciência corrobora e menospreza. Na obra “Política e educação”, Paulo Freire (2001) fala sobre a urgência de desmistificar a ciência e o desprezo que ela produz com relação ao que se sabe no senso comum a fim de valorizar o que nele há de saberes e contribuições para a prática educativa.

2.1 Escuta e saber: a via da educação popular

A escuta apresenta-nos os saberes daqueles que ouvimos e provoca-nos o desejo de escutar mais e, assim, conhecer mais sobre os outros. Trata-se de uma fala espontânea, sem imposições, pois apenas ouvimos o que os sujeitos dizem e, escutando, aprendemos sobre eles e sobre o saber que vem do senso comum. Tal saber, na visão do educador Paulo Freire (1996), é formado no cotidiano, resulta das experiências vividas pelos sujeitos, das ações práticas de suas vidas e das coisas que inventam e reinventam na busca que fazem no mundo, seja para si ou em um processo compartilhado; são os saberes populares. Cabe a nós, educadores, a habilidade para compreender a leitura de mundo dos educandos com os quais nos relacionamos, pois é a partir dos saberes que emergem que buscaremos a superação na conciliação das atividades práticas e teóricas que pretendemos realizar com eles. Como destacam Fischer e Lousada (2010, p. 367),

respeitar os saberes prévios dos educandos, gerados em sua prática social - no diálogo da subjetividade com a objetividade e nas trocas conectivas entre as intersubjetividades dos homens e das mulheres -, não significa a idealização do saber popular, por parte do educador, mas, precisamente, na percepção exigida pelo pensar certo de que não há estado absoluto de ignorância ou de saber. Todo mundo sabe alguma coisa do mesmo modo que ninguém ignora ou domina todo o saber.

No sentido literal, a palavra “saber” possui significados como: ter conhecimento, ser capaz de, ter experiência, ter consciência de ou, ainda, o conjunto de conhecimentos adquiridos, isto é, a experiência do mundo (HOUAISS, 2013). Tudo contribui para

entendermos que cada sujeito é constituído de saberes que o fazem conhecedor de alguma coisa, seja ela referente ao ambiente, ao modo de vida, à cultura ou à forma com que nos relacionamos com outros seres. Quando dialogamos com o saber popular, temos a oportunidade de *problematizar* com os atores sociais possuidores daquele saber e, assim, refletir sobre as experiências de vida de cada um, relacionando-as com aqueles saberes pronunciados nas escolas e na academia.

Brandão (1984), na obra “Educação Popular”, discorre acerca da compreensão do saber popular como antecessor ao saber científico, tecnológico, artístico, religioso, sábio e erudito, tratando-o como o “saber do povo”, a verdade que se estabelece como “popular” e que se torna difusa e não se encontra centralizada nas mãos de especialistas e detentores de poder. Para o autor, o que se vê é a expropriação do saber popular, que vai para as mãos de eruditos e especialistas e, assim, passa a ser incorporado em práticas necessárias ao conhecimento. Como exemplo dessa apropriação no Brasil, temos a luta entre os agentes da medicina oficial e a medicina popular, como também a existência de professores leigos nas comunidades que, após, são incorporados à rede de ensino como os professores sacerdotes e, posteriormente, professores profissionais. Trata-se, assim, de um saber que inicialmente está em uma comunidade e faz parte de suas práticas sociais e posteriormente é transferido entre grupos e pessoas. Para Brandão, esse processo vai dar origem à educação popular do seguinte modo:

Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas - imersas ou não em outras práticas sociais -, através das quais o saber das *classes populares* ou das *comunidades sem classes* é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua *educação popular* (BRANDÃO, 1984, p. 26, grifos do autor).

Assim, o ensino que os jesuítas deram aos filhos dos indígenas no Brasil e às crianças mestiças foram os primeiros passos da educação popular aqui instituída, embora, naquela época, fosse considerada limitada e transitória para o Brasil colônia. Para Brandão (1984), trata-se de uma educação comunitária com práticas em que outros saberes se espalhavam e em que as pequenas oficinas se destinavam a formar artesões, ourives, ferreiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros, pintores, músicos e outros mestres que ensinariam, por sua vez, novos aprendizes.

Por muito tempo, os saberes populares permaneceram com os grupos sociais, sem que a escola os atingisse, relegando a alguns a condição de “eternos aprendizes” de todos os

ofícios, principalmente os menores de idade. Também permaneciam longe das escolas os índios cativos, os negros escravos e os brancos pobres, para os quais o saber era proveniente do trabalho e do que a vida lhes ensinava.

A Educação Popular, conforme Brandão (1984) inicia-se nessas relações de convívio e trabalho, em que o saber circula e em que a convivência estável e a comunicação simbólica são transmitidas intencionalmente para que os saberes possam se perpetuar na vida dos indivíduos e da coletividade. Assim, a prática de transmissão de saberes existiu mergulhada em práticas sociais, sem a intervenção de especialistas e espaços específicos para o ensino. Os mais velhos ensinavam aos mais novos as atividades de pesca, caça, agricultura, pastoreio, artesanato e construção, em um processo de fazer, observar, repetir e aprender. O saber necessário não existia separado da própria vida, pois era o que preparava os jovens para viverem, pois assim sabiam tudo e entre si ensinavam tudo. Com a evolução humana, é possível que grupos sociais, após se estabilizarem, tenham dominado técnicas de produção de bens e, assim, diferenciando-se dos demais grupos, dando origem a separações que levaram à constituição de modos e domínios sociais do trabalho e saber próprios que deixavam de ser comuns.

Desse modo, o homem também começa a dominar a natureza, com a agricultura, o pastoreio e a domesticação de alguns animais, passando a viver em coletividade e a ocupar toda a terra, uma vez que se livrou da dependência da caça e da coleta de alimentos. Os grupos constituem as aldeias e cidades, e o hábito de ensinar transforma-se em educação. Este processo advém da necessidade de estender aos súditos estabelecidos em locais mais distantes, que se encontram sob um mesmo poder de domínio, os ofícios e os profissionais para atenderem simultaneamente ao poder exercido por alguns e ao trabalho produtivo.

Nesse entremeio da produção agrícola é que, nas cidades, surgem as escolas, primeiramente nos templos e depois em lugares separados. Somente no início do século XX ocorreu no Brasil a chegada do ensino escolar oficial e, conseqüentemente, a implantação da escola pública, fortalecendo os interesses de setores urbanos brasileiros e a possibilidade de vantagens para o empresariado que necessitava da força de trabalho capacitada.

Nesse contexto, alguns movimentos começam a surgir para que ocorra a democratização do ensino no Brasil, resultando em mobilização nacional. Assim, no início da República Brasileira as escolas gratuitas foram implantadas, embora com falta de política educacional e comprometimento para a educação de 1º grau nas províncias e nos estados. Na década de 20 do século XX, o país alcança um alto nível de analfabetismo, de modo que,

apenas após a primeira Guerra Mundial, é que acontece a primeira luta por uma Educação Popular, com o surgimento de grupos e políticos com propósitos liberais e que desejavam uma sociedade democrática.

Hoje, alguns historiadores chamam esse movimento de “entusiasmos pela educação” (BRANDÃO, 1984). Naquela época, acreditava-se que, com um ensino popular e democrático, o país poderia melhorar os indicadores de atraso e pobreza que marcavam a situação brasileira. No entanto, poucas mudanças aconteceram: o Brasil chega ao ano de 1970 com a mesma mácula. Foram muitos os fatores que impediram o acesso democrático ao ensino nas escolas, tais como falta de investimento no ensino em algumas regiões, pobreza e moradia no meio rural, desnutrição e outros problemas de condições de saúde e ausência de vontade.

Pesquisas realizadas no ano de 1980 indicam que a entrada no mercado de trabalho de forma antecipada provocava agravamento das condições de vida de muitas crianças que entre os 7 e 14 anos de idade já estavam trabalhando (BRANDÃO, 1984), já que era impossível trabalhar e estudar ao mesmo tempo. No meio rural, isso era mais oneroso pela necessidade de mão de obra para a agricultura. Esse mesmo grupo de jovens que abandonava os estudos ou nem mesmo ingressava mais tarde foi convocado ao estudo *supletivo* e à *educação de adultos*, engrossando as fileiras de analfabetos dos anos de 1960 a 1970.

Em 1960, o educador Paulo Freire realiza a leitura da realidade brasileira e latino-americana e inicia o processo de uma nova pedagogia, baseada em abordagens filosóficas diferentes e em práticas que aconteciam em diversos contextos e situações (PALUDO, 2010). Assim, idealiza a educação popular, afirmando que todo o processo de educação de adultos implica o desenvolvimento crítico da leitura de mundo. Com a obra “Pedagogia do oprimido”, Freire (1982) discute com profundidade a relação entre opressores e oprimidos e destaca a dimensão política da educação, contrariando concepções educativas. O educador apresenta dois enfoques, o da *Educação Bancária*, como sendo aquela domesticadora, escravizadora, alienante e subordinadora, e o da *Educação Problematicadora*, que crê em educadores e educandos humanizados por meio da instituição de uma percepção crítica do sujeito na realidade e de uma consciência reflexiva. Para que o exercício da educação crítica ocorra, é necessário que a teoria e a prática estejam articuladas e mediadas pela análise crítica, que se realiza nas relações entre o sujeito e o mundo (FREIRE, 1982). Para o autor, é por meio das práticas problematizadoras que os sujeitos se tornam capazes e senhores de seus destinos. Os sujeitos apropriam-se da sua realidade e nela atuam participando como cidadãos.

É nessa perspectiva educativa que Paulo Freire produz uma pedagogia própria para a educação de adultos, assentada nos princípios da educação popular. Nesse sentido, a educação é enfocada como um ato político e de conhecimento, que está a serviço das demandas populares e que conta com participação das comunidades, contribuindo para as mudanças ocorridas na sociedade brasileira da década de 60 do século XX. Sua proposta é de uma educação como processo de emancipação humana para promover a transformação social, chamada de “uma educação libertadora”.

Segundo Brandão (1984, p. 66), a educação popular emerge no início dos anos 60 do século passado:

Uma primeira experiência de educação com as classes populares a que se deu sucessivamente o nome de *educação de base* (no MEB, por exemplo), de *educação libertadora*, ou mais tarde de *educação popular* surge no Brasil no começo da década de 60. Surge no interior de grupos e movimentos a sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais, ou da federação. Surge como um *movimento de educadores*, que trazem, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou *cultura popular*, e se considerou como uma base simbólicoideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes (grifos do autor).

O autor enfatiza, ainda, que “O lugar estratégico que funda a educação popular é o dos movimentos e centros de cultura popular: movimentos de cultura popular, centro populares de cultura, movimentos de educação de base, ação popular” (BRANDÃO, 1984, p. 66).

Quanto à educação ambiental, a pedagogia de Paulo Freire contribui em dois sentidos: inicialmente, ao fomentar aprendizados que possibilitem ações participativas e políticas para transformar a realidade e, em um segundo momento, ao permitir que o educando desenvolva suas habilidades de reflexão e de ação e problematize a realidade como sujeito autônomo (DALMORA, 2007). Nessa perspectiva, há uma atuação individual do cidadão que é corresponsável pelo planeta. Quando a educação dissocia o conteúdo da realidade social do sujeito e do mundo em que está inserido, como o do trabalho, há uma perda de interesse do educando, já que não existe identificação com a situação tratada. Portanto, os conteúdos que são trabalhados precisam dar sentido à caminhada do educando.

O educador Moacir Gadotti (2001), em artigo que trata da contribuição de Paulo Freire ao pensamento pedagógico mundial, confere destaque ao conceito de educação problematizadora, capaz de promover a dialogicidade entre o educador e o educando mediada pelo mundo. Para Gadotti (2001), a pedagogia de Paulo Freire, a partir da relação entre

opressor e oprimido, ganha sentido universal, pois revela o que acontece em todo o mundo, de modo que suas ideias e seu método são aplicados em muitos países. Segundo Gadotti (2001), o pensamento humanista de Freire foi influenciado pelo personalismo (Emmanuel Mounier), pelo existencialismo (Martin Buber), pela fenomenologia (Georg Hegel) e pelo marxismo (Antonio Gramsci e Jürgen Habermas). Também apresenta aproximações com o educador francês Celestin Freinet (1896-1996), uma vez que ambos acreditam na capacidade de o aluno organizar sua própria aprendizagem. Da pedagogia de John Dewey (1859-1952) Freire aproveita a ideia de “aprender fazendo”, do trabalho cooperativo, da relação entre teoria e prática e do método de iniciar o trabalho educativo pela fala dos alunos.

Faz-se importante ressaltar que a pedagogia da educação popular, na atualidade, também ganha contribuições do educador Moacir Gadotti (2010) que, com a obra “A Carta da terra na educação”, trouxe importante significado de reflexão para que os educandos pensem sobre seus valores e princípios éticos. Posteriormente, o documento integra discussões locais e, durante o Primeiro Encontro Internacional, organizado pelo Instituto Paulo Freire (2012), pelo Apoio do Conselho da Terra e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Brasil (UNESCO), surge o movimento pela ecopedagogia. Esse movimento tem por finalidade reeducar o olhar das pessoas, desenvolvendo a atitude de evitar agressões ao meio ambiente e aos seres vivos com o objetivo de chegar àquilo que Gadotti chamou de Pedagogia da Terra: um código universal de conduta para as pessoas, para as instituições e para os Estados.

Na ecopedagogia, experiências cotidianas são valorizadas com o intuito de fundamentar as relações dos seres consigo mesmo e com o mundo. Essa corrente surge como uma educação para a cidadania planetária com a finalidade de construir uma cultura de vida e convivência harmônica entre os seres e entre estes e a natureza. A ecopedagogia propõe uma nova forma de governabilidade dos sistemas de ensino, com base em ações comunicativas, na gestão democrática, na autonomia, na participação, na ética e na diversidade cultural. É assim entendida como uma nova pedagogia dos direitos, que associa direitos humanos – econômicos, culturais, políticos e ambientais – e direitos planetários, estimulando o resgate da cultura e da sabedoria popular. Ela amplia o encantamento e a reverência em relação à complexidade do mundo e à vinculação amorosa com a Terra. A ecopedagogia busca redefinir o olhar do indivíduo sobre o mundo e o modo de nele se relacionar, articulando, assim, redes solidárias e criando comunidades de aprendizagem.

Neste chamamento de mudança de visão e das relações dos indivíduos para com outros indivíduos e com o seu espaço é que vimos surgir a necessidade de uma educação capaz de auxiliar a sociedade a superar o “analfabetismo socioambiental”, que se configura no desconhecimento dos problemas e nas ameaças da (in)sustentabilidade dos ecossistemas e da condição de vida da humanidade (DIAS, 2004a, p. 28). A ecopedagogia caracteriza-se como um instrumento de mudança com o qual os educadores buscam alcançar toda a sociedade em todos os espaços educacionais e informacionais, comprometendo crianças, jovens, adultos e idosos, homens e mulheres, ricos e pobres, a agir em prol de uma mudança necessária para todos. Portanto, para a compreensão do processo de redefinição do olhar do indivíduo, é que surge a necessidade da educação ambiental, apresentada no subitem a seguir.

2.2 A visão de mundo e a educação ambiental

Atualmente, em todo o planeta Terra, evidencia-se a disseminação de problemas socioambientais que são tratados como impactos de variada gravidade. A partir de 2000 a destruição ambiental, em destaque internacional, tem atingido muitos países incluindo os círculos de negociações econômicas. São muitos os aspectos da destruição que vem sendo apontados, como o consumo dos recursos naturais para além da capacidade de manutenção e perpetuação das formas de vida nas gerações atuais e futuras e a geração de resíduos, sejam domésticos, urbanos, industriais, comerciais, hospitalares ou espaciais. Tudo isso, somado ao “analfabetismo socioambiental” presente nas relações humanas, em que o ser humano desconhece a complexidade da dinâmica dos ecossistemas, que se estabelece nas inter-relações com os modos de apropriação dos recursos por parte das populações, agrava a situação ambiental.

Desde os primórdios da civilização, estabeleceu-se uma relação do ser humano com o meio ambiente na qual nos tornamos uma sociedade dominante que se utiliza de tudo e todos para atender seus desejos e preferências. A concepção de mundo girava em torno da ideia de progresso, que se move entre dois infinitos: o dos recursos da Terra e o do futuro (BOFF, 2004). O pensamento era de que a terra é inesgotável em seus recursos e que progrediríamos indefinidamente – mera ilusão. Assim, configura-se o modelo de desenvolvimento imposto pelos países mais ricos do mundo, que tornou a situação socioambiental insustentável, conforme foi concluído na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - Rio 92 (DIAS, 2004b).

Esse Modelo de Desenvolvimento Econômico (MDE) se alicerça no lucro a qualquer custo, aliado à lógica do aumento da produção, em que o ambiente é o grande provedor de todas as riquezas e os recursos naturais são utilizados sem critérios. Essa dupla “produção-consumo” gera uma maior pressão sobre os recursos naturais, como água, energia, combustíveis fósseis e florestas, levando a uma degradação ambiental que produz exclusão social, de modo que milhares de pessoas vivem em estado de miséria e fome. Tal modelo é fomentado, também, por um consumismo desenfreado, em que a abundância e o desperdício são os comandantes, o que provoca total perda da qualidade da vida e das experiências humanas.

Apesar disso, esses problemas ainda não são assumidos com a devida seriedade, pois muitos afetam os interesses de crescimento econômico de grandes corporações, fazendo com que os acordos firmados em prol de soluções não sejam cumpridos e que não haja a implantação de políticas socioambientais. Além disso, as responsabilidades, quando atribuídas aos cidadãos, às empresas ou às demais instituições, quanto aos impactos gerados não são capazes de reverter a maioria das situações criadas. Nesse sentido, a Educação Ambiental vem sendo pensada como um meio para auxiliar a sociedade a modificar o desconhecimento ou a ignorância quanto à superação das realidades socioambientais e das ameaças que sujeitam o planeta Terra.

Esse desejo de mudança no mundo se manifestou em eventos ocorridos em vários pontos do planeta e datas diversas que auxiliaram a consolidar propostas de Educação Ambiental. Baseada na cronografia estabelecida por Dias (2004b), destaco alguns desses eventos realizados a partir do ano de 1958 (Quadro 1) (a data escolhida deve-se ao fato de que iniciei minha caminhada neste planeta em 1955).

O QUÊ	COMO	QUANDO
Criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.	Por um grupo de idealistas, tendo em vista o crescente desafio que o uso descontrolado dos recursos naturais lançava.	Em 1958, no Rio de Janeiro.
Lançamento do livro <i>Silent spring</i> (Primavera Silenciosa), da jornalista Rachel Carson.	Forma de denunciar o uso indevido e abusivo do inseticida DDT, desencadeando uma verdadeira revolução em defesa do meio ambiente.	Em 1962, nos Estados Unidos.
A Expressão Educação Ambiental é cunhada pela primeira vez.	Integrante da educação geral e atribuição de todas as disciplinas afins.	Em 1965, na Inglaterra.
A Sociedade para a EA funda-se na Conferência de Educação.	A partir da reflexão de agregação de parceiros provenientes de campos diferenciados do conhecimento.	Em 1968, na Grã-Bretanha.
Inicia-se o uso da expressão <i>environmental education</i> (educação ambiental) na América do Norte.	A EA é implementada através da Lei sobre EA nos EUA, sendo este o primeiro país a promulgar tal aprovação.	Em 1970, nos Estados Unidos.
Criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan).	Instituição voltada a defender uma ética ecológica, que, por meio de manifestações de protesto, procura a conscientização dos cidadãos.	Em 1971, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.
Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.	Primeira tentativa de um acordo internacional sobre as questões ambientais e recomendação de que a EA é essencial para a formação de uma nova consciência planetária.	Em 1972, em Estocolmo, na Suécia.
Publicação do relatório <i>The limits to growth</i> (Os limites do crescimento), por uma equipe de pesquisadores coordenados por Dennis e Donella Meadows.	Um grande alerta sobre os rumos do crescimento econômico nas bases energéticas e de consumo dos recursos naturais.	Em 1972, pelo Clube de Roma, na Itália.
Carta de Belgrado surgida no Workshop em EA, promovido pela UNESCO.	Um documento que define os princípios e as orientações para um programa internacional de EA.	Em 1975, em Belgrado, Sérvia (ex-Iugoslávia).
I Conferência Intergovernamental sobre EA, organizada pela UNESCO/Pnuma.	Instituindo a primeira fase do Programa Internacional de EA. Definidos objetivos, características e estratégias de implementação da EA.	Em 1977, em Tbilisi, na Geórgia.
Seminário Internacional sobre o Caráter Interdisciplinar da EA no ensino de Primeiro e Segundo Grau.	Demonstra que a experiência de transversalização da temática ambiental não contém limites entre a educação formal e não formal, com a escola participando da sociedade e da problematização da realidade.	Em 1980, em Budapeste, na Hungria.
Fórum Global das Organizações Não Governamentais ONGs.	Instituídos acordos internacionais documentados na Agenda 21, na Carta da terra e no Tratado de EA para Sociedades Responsáveis e Responsabilidade Global.	Em 1992, no Rio de Janeiro, no Brasil.

Quadro 1 – Eventos que auxiliaram as propostas de educação ambiental.

Fonte: adaptado de Dias (2004b).

A partir da Rio 92, são definidos os princípios da Educação Ambiental, que podem ser assim sintetizados:

- a) é um **direito** de todos;
- b) tem como base o **pensamento crítico e inovador**, em qualquer tempo e lugar;
- c) é um **ato político** e de transformação social;
- d) sua abordagem é do **conhecimento holístico e sistêmico**, com caráter multi e interdisciplinar;
- e) preconiza valores relativos **à solidariedade, à igualdade e à democracia**;
- f) tem o objetivo de promover **a cultura da paz, da cooperação, do diálogo e da austeridade feliz**;
- g) estimula a **ética do respeito** a todas as formas de vida.

Os pressupostos da EA são consolidados com as contribuições da Carta da Terra, que é a expressão desse novo movimento, em que interagem as diversas áreas do conhecimento. Na Rio 92, formou-se uma secretaria internacional para dar prosseguimento ao projeto de elaboração da Carta da Terra, cuja minuta foi estruturada na Rio +5, em 1997. Constituiu-se em um documento de referência mundial, um código ético planetário, uma declaração com princípios perduráveis a ser compartilhada pelos povos de todas as raças, culturas e religiões, que articula valores universais e faz um chamado para a ação.

No Brasil, a EA recebe a influência da Confederação das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992, no Rio de Janeiro – a Rio 92. A esse respeito Dias (2004b, p. 50) afirma que:

Nessa conferência, reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. O desenvolvimento sustentável é visto como o novo modelo a ser buscado. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo estratégico desse novo modelo de desenvolvimento.

A Conferência Rio 92 foi um marco na busca de soluções ambientais para o planeta, talvez o maior evento até então realizado, e a Agenda 21 surge como um instrumento governamental focado na sustentabilidade. Porém, o grande movimento para que a Educação Ambiental resultasse em um processo de formação dos cidadãos críticos, atuantes e

corresponsáveis pela sustentabilidade planetária ocorreu na Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 e resultou no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Nesse tratado, assinado por signatários de todas as partes do mundo, comprometidos com a vida na Terra, reconhecedores do papel da educação na formação de valores e na ação social, os princípios da Educação Ambiental são validados.

O Brasil avança, então, no processo educativo que trazia desde 1970, o qual estava voltado para a expansão quantitativa da educação, ancorada na proposta política de desenvolvimento econômico e científico/tecnológico (FIGUEIREDO et al., 2009). Havia algumas pessoas, vistas como ambientalistas, que atuavam no meio ambiente para preservá-lo como patrimônio da humanidade e outras, identificadas como da educação popular, que se preocupavam em combater o analfabetismo entre adultos e em conseguir mais escolas para os pobres. Posteriormente, nos anos 90 do século XX, esses dois movimentos se aproximam, dando origem às práticas não formais de Educação Ambiental. Com a expansão dos movimentos sociais a partir de 1980, os professores universitários também passam a se envolver nessa luta e, assim, engajam as universidades na educação popular (FIGUEIREDO et al., 2009). Seminários e congressos são realizados com enfoque na Educação Ambiental, tendo início a produção acadêmica que trata dessa temática.

Hoje, a Educação Ambiental está se consolidando no Brasil por meio de uma matriz conceitual e consensos quanto aos pressupostos teóricos e metodológicos da educação. Foi regulamentada com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente. Em 2004, foi construído, de forma participativa, o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (2005), sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que reafirma a permanência da EA para uma sociedade sustentável e equitativa. Como diretriz orientadora, esse tratado traz a perspectiva da sustentabilidade ambiental, propondo: a transversalidade e interdisciplinaridade; a descentralização espacial e institucional; a sustentabilidade socioambiental, a democracia e participação social; e a integração dos sistemas de ensino, meio ambiente e demais sistemas em interface com a EA.

Nesse contexto, entendo a transversalidade como uma decorrência do engajamento que a sociedade em geral tem para com as questões socioambientais, que normalmente são prementes e graves e afetam todos ou quase todos. Os temas transversais nem sempre se encaixam prontamente nas disciplinas obrigatórias dos currículos escolares, e entre eles pode-se citar a violência, a sexualidade, o racismo e os direitos humanos, por exemplo. Temas

como esses foram incluídos nas orientações curriculares do Ministério da Educação (ME) como aqueles que permeiam toda prática e, portanto, devem ser desenvolvidos na interface das disciplinas escolares, contanto que sejam considerados os aspectos físicos e biológicos do ser humano e suas interações com a natureza, por meio de suas relações sociais, sejam de trabalho, lazer, ciência, arte ou tecnologia. Pelo viés da transversalidade, talvez possamos encontrar formas de compreender determinados conteúdos educativos que não fazem parte das áreas clássicas do saber e da cultura.

Como caminho para se chegar à transversalidade, sem a fragmentação do saber, há a interdisciplinaridade, que rompe com as fronteiras entre as disciplinas e se constitui em uma proposta para a construção de um conhecimento integral e totalizante do mundo. A metodologia interdisciplinar integra conteúdos com o propósito de apresentar o conhecimento como totalidade, de modo que o ensino e a pesquisa se complementem e em que o aprendizado se constitua durante toda a vida do sujeito. A interdisciplinaridade constitui-se nas experiências cotidianas, na vontade dos educadores de compartilharem saberes, significativos e vivenciados na realidade dos indivíduos e faz com que o educador seja desafiado a sair dos seus limites disciplinares.

Preconiza o ProNEA (2005) que, para tal, a EA deve se ancorar em uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os vários aspectos da problemática socioambiental contemporânea, considerando também os diferentes níveis de realidade que organizam visões características de cada cultura e da caminhada individual e coletiva dos sujeitos. Portanto, considero a interdisciplinaridade um grande desafio do educador ambiental, assim como a capacidade de compreensão da complexidade que se lhe apresenta na missão de educar para além das restrições disciplinares e da diversidade de realidades.

Diante dos diferentes níveis e instâncias sociais no Brasil, a descentralização espacial e institucional, citada como uma diretriz do ProNEA, valoriza o envolvimento democrático dos sujeitos e das instituições na edificação e consolidação das políticas e programas de EA. Portanto, este é o mecanismo que permite a participação da sociedade para que a EA se fortaleça como um instrumento da gestão ambiental para os municípios e territórios. Tal descentralização vem contribuir com a reflexão da sociedade para participação na elaboração e implementação de políticas públicas que visem solucionar questões solidificadas e para busca da sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, são bem-vindas as propostas educacionais que articulam educadores e técnicos ambientais em programas de formação.

Sobre a sustentabilidade socioambiental, discorrerei mais adiante, pois considero uma diretriz complexa e conceitualmente conflitante.

A democracia e a participação social interpõem-se às ações que visam ao empoderamento dos grupos sociais, já que, por intermédio das informações, buscam garantir a participação social em discussões, formulações, implementação e fiscalização das políticas ambientais, que garantam a qualidade do ambiente e a justiça social. A metodologia participativa garante ao grupo social o seu crescimento e a possibilidade de participação na busca de soluções e capacidades para socialização dos aprendizados.

E a sustentabilidade socioambiental?

Conforme citado no ProNEA (2005), o programa tem como ponto principal a perspectiva da sustentabilidade socioambiental na construção de um país de todos. Perspectiva, no meu entendimento, que soa como: contar com, esperar e ter como provável, isto é, acreditar que a edificação do país de todos se dará ancorada na sustentabilidade socioambiental. A sustentabilidade socioambiental foi e é palco de muitos debates, tanto no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2011, nas diversas disciplinas cursadas, como também em seminários e encontros da EA dos quais participei. Destaco a oportunidade em que estive acompanhando os professores Antonio Fernando Guerra e Mara Lucia Figueiredo, em seu momento de Pós-Doutorado na FURG, juntamente com os quais participei do projeto de pesquisa “Educação para a sustentabilidade: proposta de inovação pedagógica na ambientalização curricular nos cursos de licenciatura da FURG”. Meu desejo aqui não é o de tecer comentários sobre o projeto e seus resultados, mas sim destacar o rico material sobre as dimensões da sustentabilidade com que pude estar em contato e que me foi disponibilizado. Minha reflexão e compreensão sobre esta temática se aprofundou e se transformou desde o entendimento conceitual adquirido na formação em tecnólogo e na especialização em educador ambiental.

Percebo que a evolução do conceito de sustentabilidade esteve associada aos diferentes interesses que envolvem a questão socioambiental. Desde a expressão inicial, que atrelava o adjetivo sustentável ao termo desenvolvimento, que estes significados são discutidos por serem utilizados indistintamente tanto em retóricas ambientais como em documentos oficiais e no senso comum (GUERRA; FIGUEIREDO; PEREIRA, 2010). A partir do estudo da etimologia dos termos desenvolvimento e sustentabilidade, o pesquisador Freitas (apud GUERRA; FIGUEIREDO; PEREIRA, 2010) esclarece que desenvolvimento é um termo com sentido muito abrangente e polissêmico, podendo estar preso a adjetivos de

interesse particular. Compreendo que, particularmente, pode-se tratar de “desenvolvimento justo”, “desenvolvimento pessoal” e “desenvolvimento desigual”, por exemplo, e, assim, representar uma forma de apropriar-se de uma expressão que é construída para representar uma visão que atende a um interesse pessoal ou de um grupo específico, adquirindo o sentido que aquele grupo lhe deseja. Neste contexto, surgem as críticas e retaliações ao uso desses termos, fazendo com que o seu autor passe a expressar declarações com a intenção de esclarecer o que quis dizer e originado algo como: “o que eu quis dizer com tal coisa...”.

Já quanto ao sentido do termo sustentabilidade, observo um infindável cabedal de divergências e polêmicas nos diálogos ambientais. Após leituras e participação em estudos e discussões sobre a temática, tenho me perguntado: *sustentabilidade socioambiental para quem?* Buscando minhas próprias respostas, eu diria, mergulhada em um ideal altruísta: *para todas as formas de vida!* E complementar, dialogando com Boff (2004), considerando que a vida resulta das potencialidades do próprio universo e é aquela que se mantém em um equilíbrio entre a ordem e desordem. Na criação do universo, tudo ocorreu de forma balanceada, fornecendo as condições favoráveis para a emergência da biosfera e da antroposfera. No universo, a Terra atua como um macro-organismo vivo, em que há um imenso equilíbrio entre os sistemas e uma espantosa dosagem de elementos que beneficiam a vida, o que não acontece na atmosfera de outros planetas como demonstraram as investigações encomendadas pela NASA (BOFF, 2004).

Assim, penso a sustentabilidade socioambiental como uma forma de manter a vida em equilíbrio no planeta. Para James Lovelock (2006), esse organismo vivo, que é Gaia, é um sistema fisiológico, porque parece dotado de objetivo inconsciente de regular o clima e a química em um estado confortável para a vida, sendo capaz de ajustar o meio ambiente atual às formas de vida que mantém. Para o autor, é um sistema complexo de partes animadas e inanimadas, que se autorregula em favor da vida. Quanto ao significado de vida, também se faz oportuna a reflexão de Lovelock: “Por existir simultaneamente nos domínios separados da física, química e biologia não em uma definição decente [...] A vida pode ser observada, dissecada e analisada, mas é um fenômeno emergente e talvez nunca seja passível de explicação racional” (2006. p. 156). Concluo, então, que a sustentabilidade, por estar tão imbricada com a vida, talvez também não seja passível uma explicação tão racional.

Compreender essa visão da Terra baseada na teoria de Gaia, como um sistema autorregulador constituído da totalidade dos organismos, rochas de superfície, oceano e atmosfera estreitamente unidos, é um desafio para o ser humano observador. Para Boff

(2004), o mundo ganha forma no instante em que é observado, e, por meio do diálogo com o observador, ele constitui a realidade. Essa observação é possível a partir da nossa consciência, que é essencialmente relação por todos os lados e em todas as direções. Através da interação com o meio, a consciência recolhe informações que realiza potencialidades nos seres vivos conscientes. Somos feitos do mesmo material e fruto da mesma dinâmica cosmogênica que atravessa todo o universo; assim, o ser humano encaixa-se no sistema geral das coisas e é capaz de saber de si e dos outros, de senti-los e de amá-los (BOFF, 2004).

No campo da educação, alguns educadores ambientais defendem que a consciência ecológica, essa que é capaz de proporcionar o saber de si e dos outros, surge nas redes de cooperação solidária e nas comunidades de aprendizagem e da articulação dos saberes populares com os saberes da Educação Ambiental e é capaz de criar um cenário de educação e transformação das realidades de alguns indivíduos, principalmente daqueles atingidos por problemas socioambientais. Nessa discussão, Figueiredo et al. (2009) apresentam-nos as contribuições da interface entre a Educação Popular e a Educação Ambiental, afirmando que não podemos ser ingênuos e pensar que a educação ambiental crítica é uma abordagem que considera os saberes populares e que o diálogo com estes saberes constitui o eixo para a proposição de projetos ambientais condizentes e sustentáveis. Portanto, segundo o mesmo autor, para que a Educação Ambiental se efetive, não podemos prescindir da proposta dialógica de Paulo Freire e de uma educação ambiental popular tendo em vista a dimensão política da educação, uma vez que esta atua como canal da voz dos oprimidos.

Ainda para Figueiredo et al. (2009), a área dos movimentos sociais é importante para divulgação e consolidação de políticas potencializadoras de transformações sociais na figura do “autor social”, detentor de saber e da sua história, como também possuidor de desejos e significações e, portanto, conhecedor das diferenças e das potencialidades que movem os grupos sociais. Para Dias (2004b), não se pode compreender uma questão ambiental sem considerar as suas dimensões políticas, econômicas e sociais. É a EA que fomenta processos de participação que interferem no processo político, sendo necessário levar a EA a todas as pessoas, possibilitando-lhes o conhecimento para tratar de suas realidades por meio de informações sobre legislação, participação comunitária, direitos e deveres constitucionais dos cidadãos e condições de vida.

Assim, a educação ambiental, desde a sua proposição, visa constituir uma nova consciência planetária, auxiliando os indivíduos e grupos sociais a identificarem e perceberem a sua realidade local, ambiental e social em um processo pedagógico denominado

sensibilização. Ancorados em base teórico-conceitual, os educandos diagnosticam e reconhecem as questões socioambientais do seu contexto e suas consequências, assim como os modos de apropriação social dos espaços e os resultados na dinâmica dos ecossistemas onde *conhecimentos e habilidades* são desenvolvidos, provocando a redefinição da problemática identificada. Os educandos sensibilizados e conhecedores do assunto são capazes de *mobilização e projeção* e, assim, de construir estratégias de organização comunitária que se direcionam às ações socioambientais de sustentação grupal.

Nasce, dessa forma, um projeto comunitário com os atores organizados por meio de *ação ambiental, participação efetiva e multiplicação*, causando o desenvolvimento da criatividade e de habilidades para articulação política. Não são etapas que se sobrepõem uma à outra nem que são vistas como momentos separados; não possuem hierarquia, já que caminham juntas. É preciso destacar que a ação ocorre com uma educação para a autonomia, com a formação de sujeitos criativos, capazes de conhecer, aptos para a transformação social e motivados pelo sentimento de afetividade planetária.

3 O CONTEXTO DE CAPÃO DA CANOA EM RECORTES

É curioso que o mar, do qual a vida se originou, seja agora ameaçado por atividades de uma espécie de ser vivo. Mas o mar, embora sinistramente alterado, continuará a existir: em vez dele, o que está sob ameaça é a própria vida.

R. Carson (1961)

Neste capítulo, apresento o contexto sociohistórico do município de Capão da Canoa, com base em alguns estudos, eventos, autores e pesquisadores locais. Após, apresento a minha percepção acerca do tema, embora tenha encontrado dificuldade para localizar material mais amplo sobre Capão da Canoa. Nomeio de “recortes” o que apurei sobre os problemas socioambientais do município e as contextualizações para essa investigação.

3.1 Capão da Canoa: contexto sócio-histórico

A região costeira é regulamentada pela orientação normativa que disciplina a demarcação de terrenos de marinha, confere atribuições à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e, em seu histórico, traz a seguinte descrição: Aviso de 18 de novembro de 1818: “que 15 braças da linha d’água do mar, e pela sua borda são conservadas para servidão pública; e tudo o que toca a água do mar e cresce sobre ela é da nação”. Na publicação feita pela Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, intitulada - Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas, identifica-se a Lei de 15 de novembro de 1831 (sem número), que em seu título IV e em capítulo único decretou no artigo 51 a seguinte alteração, na 14ª alínea:

Serão postos à disposição das Câmaras Municipais, os terrenos de Marinha que estas reclamarem do Ministro da fazenda, ou dos Presidentes das Províncias, para logradouros públicos, e o mesmo Ministro da Corte, e nas Províncias os Presidentes, em Conselho, poderão aforar a particulares àqueles de tais terreno [sic] que julgarem convenientes, e segundo o maior interesse da Fazenda, estipulando, também, segundo for justo, o foro daqueles dos mesmos terrenos, onde já se tenha edificado sem concessão, ou que, tendo já sido concedidos condicionalmente, são obrigados a eles desde a época da concessão, no que se procederá a arrecadação. O ministro da Fazenda no seu relatório da sessão de 1832 mencionará tudo o que ocorrer sobre este objeto (BRASIL, 2002).

Posteriormente, a Constituição de 1988 referendou a respectiva demarcação.

Em maio de 2004, o município de Capão da Canoa realizou o encontro “Raízes de Capão da Canoa”, com o propósito de mobilizar a comunidade para evocar suas lembranças, revirar seus baús, revisar documentos e apresentá-los aos participantes do evento, na maioria convidados dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha, RS. A obra resultante desse encontro, que leva o mesmo título do evento, apresenta um material elaborado por pesquisadores, historiadores e colaboradores que se dedicaram à promoção do encontro e foi escrita com base no que foi dito, ouvido, aplaudido e aprendido. Posteriormente, a historiadora Mariza Simon dos Santos (2005) publicou o livro “Origens de Capão da Canoa 1920 – 1950”, relatando a trajetória do município desde a década de 20 até a década de 50 do século XX, aproximadamente.

Com essas obras, aprendi que, hoje, Capão está compreendido pela sede Capão da Canoa e pelos distritos de Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim e que uma grande parte de seu território já foi perdida com a emancipação de municípios vizinhos. O município possui 11 balneários, com 19,1 km de extensão norte-sul. Banhado a leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pela Lagoa dos Quadros, limita-se ao sul por Xangri-Lá e ao noroeste por Terra de Areia e Maquiné. Pelos dados do último censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a densidade demográfica é de 432,96 hab/km².

Segundo Santos (2005), a história de Capão está ligada a sua ocupação, inicialmente habitada por tribos indígenas nativas, depois por luso-brasileiros que se aventuraram no sul do Brasil em busca do gado, mulas e cavalos e, após, por açorianos refugiados devido às más condições climáticas no Arquipélago dos Açores e, conseqüentemente, à falta de alimentos, motivo pelo qual inauguraram no sul do Brasil um regime econômico diverso. Para a autora, a ocupação e o desenvolvimento do Litoral Norte foram retardados pela dificuldade de acesso e de contato com regiões mais desenvolvidas, pelos fortes ventos que sacudiam a costa e pela larga plataforma arenosa do Oceano Atlântico. Além disso, as áreas junto ao mar possuíam enormes cômodos de areia, eram inóspitas e impróprias para a agricultura. Portanto, historicamente o efetivo povoamento aconteceu após disputa e lutas entre Espanha e Portugal, quando os portugueses (1737) e os açorianos (1752) se estabeleceram.

Esta região de praias, devido a sua excepcional posição geográfica junto ao Oceano Atlântico, encontrou sua vocação turístico-econômica no mar. [...] Capão da Canoa organizou-se em torno das primeiras choupanas de pescadores, moradores da região. A vinda de mascates, caixeiros-viajantes, viajantes levaram à descoberta desta área litorânea, atrativa pelo extenso gramado junto a um arroio piscoso (SANTOS, 2005, p. 132).

Inicialmente, Capão era nomeado de Arroio da Pescaria, por se localizar próximo a um riacho de água limpas, próprio para a pesca, com imensas figueiras e extenso gramado. O nome de Arroio da Pescaria só começou a desaparecer na década de 40, sendo substituído pela denominação Capão da Canoa. No início, quem dava apoio aos visitantes eram os proprietários de uma fazenda, com o nome Capão da Canoa, que existia no interior, na extensão da praia de Xangri-Lá (hoje município de Xangri-Lá) com fundos para a Lagoa das Malvas. Capão da Canoa passou também a ser o ponto de descanso da viagem entre Tramandaí e Torres, o que cada vez mais incrementava a construção de hotéis na região.

À medida que os anos se passaram surgiram loteamentos que cativavam os veranistas, principalmente a partir de 1940, os quais foram atraídos a terem suas casas de veraneio, que se expandiram a partir da década de 70 do século XX, com a construção de condomínios e com a construção de estradas, como a BR 101. Nessa época, os gaúchos acreditavam que tomar banhos de mar durante os meses quentes do verão, aproveitando os benefícios do sal e do iodo da água marinha, trazia ganhos para a saúde. Os banhos de mar aconteciam às 5 horas da manhã, de forma rápida, e os banhistas permaneciam com a água salgada no corpo durante todo o dia.

A história do município tem raízes e laços com os municípios que o rodeiam e com os primeiros habitantes luso-brasileiros e os banhistas de origem alemã, italiana e judaica, que além de veranearem em Capão, também participaram da construção de hotéis e hospedarias.

Nessa região, também são encontrados *sambaquis*² no meio de capões abandonados sem proteção. Após a ocupação dos habitantes dos *sambaquis*, há evidências de ocupação pelos ceramistas, e suas passagens pelo litoral ligam-se às tradições Taquara e Guarani. Estes precursores faziam visitas sazonais ao litoral, eram provenientes da Serra e vinham em busca de complemento alimentar, como a pesca.

Relatos há de que a Rua Tupinambá, localizada no centro da cidade, era um lençol d'água, o conhecido Arroio da Pescaria, e de que, ao seu redor, a vegetação era abundante e as frondosas figueiras abrigaram os primeiros banhistas. A origem do nome Capão da Canoa ainda é incerta, porém o pesquisador Emiliano Limberger (2004), investigando pelo método analítico e considerando a realidade geográfica e histórica, indica que os “topônimos” da região procedem do idioma Guarani. O termo guaranítico “capô” tem o sentido de “ilha

² A palavra *sambaqui* deriva de tamba (mariscos) e ki (amontoamento), em Tupi. Arqueologia - Depósito de materiais orgânicos e calcários que sofreram fossilização química, de origem humana pré-histórica, acumulação artificial de conchas de moluscos e vestígios de alimentação de grupos humanos. Geologia – Depósito natural de cascas de ostras e outras conchas (HOUAISS, 2013).

verde” ou “oásis de mato”, onde os capões em meio à planície e ao pampa constituem-se em ilhas de mata em tom verde escuro. O termo “Canoa” era originário do aruaque e foi assimilado pelos guaranis, significando barco feito de um tronco só.

Algumas ruas possuem nome de origem indígena, que, segundo o Jacy Waldir Fischer (2004), teriam sido escolhidos por engenheiros e donos de empreiteiras na década de 1950 sem que houvesse nenhum ato oficializando esses nomes, mas apenas um consentimento, o que evidencia a instabilidade da memória do município. A iluminação pública e nas residências surgiu no ano de 1947, com a Cooperativa de Eletricidade de Capão da Canoa, para atender os moradores e veranistas que começavam a se estabelecer no lugar.

As ideias emancipatórias dos moradores de Capão da Canoa ficaram suspensas desde 1965, período da ditadura militar no Brasil, que proibia os desejos de autonomia municipal. O grande argumento do distrito de Capão era a população presente no verão; a existência de hospitais, escolas e supermercados; e o planejamento de transformar os lagos e rios existentes no limite oeste em zona turística, com a implantação de um parque.

A emancipação caponense aconteceu em 12 de abril de 1982, com a Lei 7.638, quando se desmembrou de Osório. O primeiro prefeito foi empossado em 31 de janeiro de 1983. Assim, iniciou o processo de urbanização crescente de Capão, tendo alcançado o auge nos anos 90, concomitante ao período em que o debate sobre as questões ambientais se intensificava a partir da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também chamada de Eco 92 ou Rio 92. Com relação ao processo de urbanização, Neves (2004) afirma que:

No primeiro momento, a urbanização foi absolutamente pioneira e inovadora no uso do mar como recurso a saúde. Agora, é um desafio. Evoluiu de uso para melhoria da qualidade de vida, transformando-se em *símbolo de status social* e, hoje é parte da *sociedade espetáculo*, [...] cuja característica é a alienação em relação à natureza, no plano estético e a história (p. 60).

Atualmente, região central da cidade, com alguns prédios considerados símbolos, pela peculiaridade do estilo de construção e tempo de existência, vem sendo alterada pela construção de novos conjuntos residenciais, modificando a paisagem e provocando uma descaracterização dos espaços históricos. Nesse contexto, a pesquisa relacionada à memória histórica e cultural de Capão da Canoa é um grande desafio, já que alguns registros se encontram com as famílias e com poucos dedicados estudiosos e pesquisadores.

E a história dos quiosques?

Segundo os historiadores Florentino e Florentino (2004), a prática de pequenos abrigos (Figura 4) à beira-mar do RS provém dos anos 30 e 40 do século XX, quando estes locais serviam aos salva-vidas, à venda de bebidas e à guarda dos pertences dos veranistas. Em documentários fotográficos de acervos particulares, encontram-se registros de pequenos abrigos que serviam de vestiários aos veranistas.



Figura 4 – Pequenos abrigos que serviam como vestiários.

Fonte: acervo de Clarisse Silva

À medida que o balneário de Capão se desenvolveu, por meio da ocupação humana e urbanização, os cômodos de areia foram sendo removidos e surgiram edificações na extensão da orla marítima, tanto residenciais como de lazer. Essas obras eram erguidas com licenças e permissões fornecidas pela Prefeitura de Osório, responsável pela praia de Capão até o ano de 1982, quando ocorreu a emancipação do município.

Uma das construções mais conhecida naquela Área de Proteção Permanente (APP) e edificada pela iniciativa privada no início da década de 70 do século passado foi o Baronda (Figura 5), espécie de bar e restaurante, que surgiu da ideia de colocar um bar sobre as ondas, por estar muito próximo ao mar. Durante mais de duas décadas, foi ponto de festas, reuniões e encontro de veranistas. Em 2010, ocorreu a sua demolição, depois de ter se tornado um espaço de prostituição e de uso e venda de drogas da cidade de Capão da Canoa e de uma longa ação de restituição da área de uso comum.



Figura 5 – Baronda em diferentes épocas - a) construção na década de 1970; b) sendo desfrutado por veranistas e moradores; c) interditado por decisão judicial e d) demolição em 2010.

Fonte: a) e b) acervo de Clarisse Silva; c) acervo pessoal da autora e d) acervo de Beto Rodrigues.

Posteriormente a 1982, com a emancipação do município e por iniciativa do poder público, foi construída, nas proximidades do Baronda, uma zona de calçada, conhecida como calçadão. Sobre esta, foram edificados pequenos espaços fechados, em alvenaria, destinados ao funcionamento de *barzinhos*, conhecidos como “quiosques” (Figura 6), cuja permissão para uso e exploração foi fornecida pela Prefeitura Municipal de Capão da Canoa. Pequenos comerciantes que até então circulavam para venda de alimentos e bebidas se instalaram nesses espaços comerciais (alguns permanecem até os dias atuais, enquanto outros repassaram suas concessões) e hoje são responsáveis por aproximadamente 30 estabelecimentos. São homens e mulheres e/ou grupos familiares que, durante o veraneio, encontram na atividade de *quiosqueiro* o ganho para subsistência familiar, em alguns casos, para o ano todo.



Figura 6 – Quiosques do Calçadão.

Fonte: acervo pessoal da autora

Com o crescente movimento do veraneio e do turismo, esses espaços se tornaram insuficientes para o atendimento da clientela, que, no período sazonal de dezembro a março, ocupa toda a extensão de 19 quilômetros da orla de Capão da Canoa. Surgiram, então, os quiosques da “faixa de areia” (Figura 7), cujo processo de instalação ocorre por meio de licitação. A maioria dos proprietários são aqueles descendentes dos cidadãos que outrora vendiam o milho cozido em pequenos carrinhos.



Figura 7 – Quiosques da Faixa de Areia.

Fonte: acervo pessoal da autora

A cada gestão municipal que se renova no município, algumas mudanças e ajustes são efetuados nos processos de uso e ocupação das zonas de praia, por força de leis ambientais que são aprovadas e demandas governamentais estaduais e ou federais que devem ser cumpridas pelos municípios.

3.2 A questão socioambiental em Capão da Canoa: desafios da educação e da gestão ambiental

No município de Capão da Canoa, surgiu, em 2006, uma mobilização popular, identificada como Movimento Popular em defesa da Lagoa dos Quadros³ (Figuras 8 e 9), organizada por cidadãos caponenses para pressionar o poder público à desapropriação de gleba localizada à margem da Lagoa, de significado histórico-cultural, ambiental e social, a qual passaria do domínio público para o privado. Esse movimento articulado com a sociedade civil tem promovido ações, como palestras e oficinas, em escolas da localidade com o propósito de divulgar o movimento e reforçar a importância da temática sobre o recurso “água”. O idealizador e coordenador do movimento, que colabora com esta pesquisa, contou-me sobre algumas ações desenvolvidas, enfatizando o grande foco do movimento, que é a restituição de áreas ocupadas na orla da Lagoa para empreendimentos de condomínios horizontais, que cerceiam o acesso público. Segundo ele, o Movimento e a Associação dos *Quiosqueiros* ainda não se articulam para ações e proposições junto à comunidade.



Figura 8 – Lagoa dos Quadros - Vista do entardecer.

Acervo: Beto Rodrigues

³ A Lagoa dos Quadros faz parte do estuário de lagoas da costa do Rio Grande do Sul e está localizada entre os municípios de Capão da Canoa, Xangri-Lá, Terra de Areia e Maquiné (SECRETARIA DO TURISMO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).



Figura 9 – Imagem aérea de Capão da Canoa; no primeiro plano, o mar e, ao fundo, a cidade e a lagoa.

Acervo: Beto Rodrigues

Na busca de dados para contextualizar os aspectos acerca da gestão e da educação ambiental neste trabalho de dissertação, procurei identificar e conhecer as ações de EA tanto formal como não formal desenvolvidas pelo poder público no município. Para tanto, em várias ocasiões procurei entrevistar prepostos das Secretarias de Educação e do Meio Ambiente de Capão da Canoa, o que não foi possível. Na Secretaria da Educação, fui orientada a conversar com o secretário do meio ambiente; este me orientou a conversar com a bióloga responsável pelo funcionamento do aterro sanitário e da coleta seletiva no município. Assim, tomei conhecimento da forma como se estruturou e funciona a coleta seletiva no município, cabendo destacar que se trata de um programa instituído há mais de 10 anos, que se iniciou com a formação de uma cooperativa formada por atores que atuavam informalmente na coleta de resíduos. Os questionamentos direcionados para conhecer e compreender as ações de EA receberam respostas ligadas à questão dos resíduos e do aterro sanitário, sem uma abordagem metodológica mais específica. Percebi, durante esta entrevista, que as ações de educação ambiental, se existentes, não são tratadas nesse departamento.

O que ocorre são ações de sensibilização com os servidores e pessoas da comunidade, feitas através da visita ao aterro sanitário. Nessa mesma ocasião, fui convidada a participar de uma visita ao aterro, acompanhando um grupo de servidores. A maioria deles ainda não conhecia o lugar e o funcionamento da coleta seletiva, e eu, mais uma vez, senti dificuldade

em conhecer e reconhecer ações de EA que tenham sido realizadas por aquela secretaria. Na ocasião da visita ao aterro sanitário, estavam presentes alguns secretários e representantes de secretarias. Observei, na fala do representante da secretaria de ação social e cidadania, a ausência de envolvimento dessa secretaria com questões socioambientais, tais como o direito ao acesso da população carente ao lazer e à convivência em áreas verdes com guias e educadores ambientais. Também foi perceptível, ao transitar pelo município, a falta de acesso à água potável, ao saneamento básico e, até mesmo, à coleta seletiva, às populações carentes. Em Capão da Canoa, o acesso às áreas verdes é restrito e envolve a discussão sobre a questão da Lagoa dos Quadros, como citado anteriormente.

Neste aspecto, o encontro possibilitou-se refletir sobre os entraves para ecologizar a administração pública (RIBEIRO, 2000). Segundo esse autor, falta um processo de internalização de ações que reduzam impactos ambientais de atividades em todos os setores e fomentem desenvolvimento harmonizado com o ambiente e as políticas cooperativas, respeitando a não agressão, a responsabilidade e o comprometimento em relação ao meio.

Acredito que são inúmeros esses entraves para o processo de ecologizar a administração pública em Capão da Canoa, pois se trata de levar esclarecimento aos órgãos públicos sobre a sua responsabilidade socioambiental. Para muitos, há o entendimento de que as prerrogativas ambientais são opostas ao crescimento e à expansão e, por isso, impedem os negócios. O fato de que Capão da Canoa se expande por meio da construção civil, por si só, já determina a “não ecologização” dos órgãos públicos no município e a ausência de políticas de educação ambiental com o propósito de promover a transformação cultural na administração pública como forma de beneficiar a qualidade socioambiental.

Mesmo assim, o município tem adequado sua legislação, buscando fortalecer os órgãos ambientais, instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PD) pela Lei Complementar n. 003, de 16 de outubro de 2004, que, em Capão da Canoa, dispõe de orientações e controle do desenvolvimento territorial do município. Fazem parte da referida Lei os documentos que tratam de: mapas de zoneamento de usos e classes de dispositivos de controle urbanístico; grupos de atividades; quadro de usos por zonas; quadro de dispositivos de controle urbanístico por classes; mapa de área de uso ambiental; quadro de usos por área ambiental e atividades sujeitas a estudo de viabilidade urbanístico obrigatório (EVU).

Esse plano está divulgado na página oficial do município, na internet, e seu conteúdo é insatisfatório quanto à qualidade e quantidade, se comparado à cartilha do plano diretor divulgada pelo SEBRAE (2006), que tem como objetivo subsidiar os municípios para a

elaboração de seus planos em relação ao nível contemplado. Consta na referida cartilha que o Plano Diretor deve ser construído por meio de um processo que promova um pacto em torno de propostas que representem os anseios da sociedade. Na busca de identificar o processo no qual o PD de Capão foi construído, entrevistei alguns servidores municipais e membros da comunidade no município, que manifestaram, em suas falas, o sentimento de que são ínfimas as discussões em Capão que contribuam para o processo de elaboração e gestão deste instrumento. No que se refere às áreas de uso ambiental (Figura 10), para fins de planejamento e controle, o território municipal divide-se em áreas de: urbanização intensiva 1; urbanização intensiva 2; uso especial; uso ambiental 1, 2, 3; preservação ambiental; praia; corredor da estrada do mar; e acessos e áreas especiais. Com o objetivo de preservar ecossistemas da planície costeira e propiciar a interligação dos ambientes marinho e lacustre, o Plano Diretor estabelece a área de uso especial, não urbanizável.

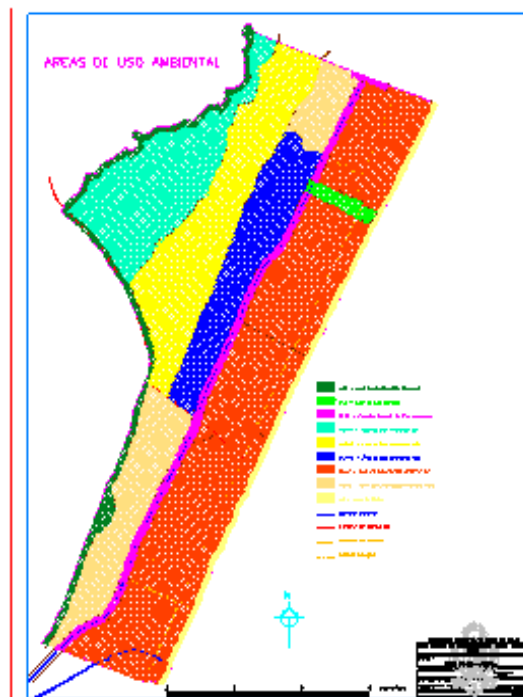


Figura 10 – Mapa das áreas de Uso Ambiental, disponibilizado no site oficial da Prefeitura.

Fonte: Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, RS

O Mapa que é disponibilizado no site, conforme a figura 10, não apresenta clareza na legenda que o identifica. Através de contatos e busca de esclarecimentos para melhor compreensão da ilustração, fui informada que as cores representam do verde ao amarelo da legenda, respectivamente: urbanização intensiva 1; urbanização intensiva 2; área de uso

especial; área de uso ambiental 1, 2, 3; área de preservação ambiental; área de praia; corredor da estrada do mar e acessos e áreas especiais. Identifico, também, no município de Capão, a ausência da Agenda 21, a qual, quando utilizada, constitui-se em um importante espaço de debate e participação da sociedade nas decisões da comunidade, incluindo o uso dos recursos naturais.

Outro diálogo realizado para contextualização da realidade da EA no município ocorreu com a Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), recentemente empossada. Seu relato aponta que, neste momento, as ações do órgão estão focadas em contribuir com o município para organização da legislação ambiental. Pude avaliar, através da leitura das atas das reuniões dos membros do COMDEMA, que me foram disponibilizadas, que até então não aconteceu parceria entre o poder público e o conselho para a realização de ações de EA. Ocorrem eventos específicos com relação ao Dia do Meio Ambiente e ao Dia da Árvore e, em algumas ocasiões, são realizadas ações por meio de distribuição de panfletos, *banners* e cartazes em alguns locais da cidade, com alusão à coleta seletiva, às ações comunitárias, às campanhas e aos benefícios sociais. Muitas pessoas da localidade, ao serem interrogadas sobre programas de EA, prontamente informam que realizam a separação de resíduos para a coleta seletiva, sem indicarem porque o fazem nem como foram sensibilizados para essa atitude.

A empresa Agroambiental, selecionada por edital público para assessoria ambiental ao município de Capão, na pessoa do responsável técnico, atendeu ao meu pedido de participação desta pesquisa e, contribuindo para a contextualização deste trabalho, relatou-me que o município de Capão, não diferente de muitos outros, ainda engatinha nas questões ambientais, principalmente na sua incumbência de incentivo às ações de Educação Ambiental Não Formal, que estão previstas no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA, 2005), com a participação da sociedade, dos meios de comunicação, das universidades, da iniciativa privada e das organizações não governamentais. A situação é praticamente a mesma no que se refere às ações na educação ambiental formal, ainda são incipientes, propostas em algumas comunidades escolares do município, mas pouco transformadoras da realidade local, uma vez que não se expandem para a comunidade.

A legislação ambiental prevê meios para garantir a continuidade da EA ao cidadão que não frequenta a escola. Nesse sentido, os meios de comunicação, o poder público, os grupos, as associações, as cooperativas e as ONGs são incumbidos de promover a participação do

cidadão nos programas de gestão ambiental. Para tal, foram criados espaços de debate, como Orçamento Participativo (OP), a Agenda 21 e o Estatuto das Cidades.

Com relação às instituições de ensino superior, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e a Universidade Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), atuantes em Capão da Canoa, ainda não se verificam articulações com o governo municipal e a comunidade para apoiarem e desenvolverem ações conjuntas de EA. No caso específico deste trabalho, que tem como foco as ações da educação ambiental não formal, ressalto que é possível verificar algumas participações de prepostos da UNISC no COMDEMA, em debates nos meios de comunicação (programas de rádio), em feiras/eventos e durante o veraneio, ocorre a instalação de um posto de divulgação e apoio à internet junto à beira-mar. Como educadora, defendo que a escola se abre para a sociedade quando a EA consiste em um projeto transversal, trazendo questões da realidade do educando e da comunidade, o que não é perceptível nas escolas de Capão da Canoa. Uma ação de inserção da escola na comunidade articula um sujeito que reflete sobre a realidade e participa do debate público.

Alguns grupos organizados se manifestam em Capão, como a Associação dos Surfistas de Capão da Canoa (ASCC) e o Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA). As reivindicações da ASCC pautam-se em pedidos de mudanças na sinalização das áreas de Surf e Pesca e de criação de áreas de exclusão, onde não sejam colocadas redes e cabos para a pesca, já que muitos surfistas morrem na atividade por ficarem presos em redes ou cabos de pesca. Essa associação atua diretamente junto ao Governo do Estado e na tribuna da Assembleia Legislativa (AL) do RS e, em alguns momentos, realizam atividades de limpeza da praia, utilizando-se de redes sociais e meios midiáticos para divulgação e apelo a participação das pessoas. Já os pescadores articulam-se em movimentos diretamente com as prefeituras do Litoral Norte e com as Secretarias do Governo do Estado para angariarem fundos através de parcerias e receberem recursos para o beneficiamento da pesca e comercialização direta com o consumidor. Atuam na pesca artesanal marítima e nas lagoas adjacentes, participando de alguns debates na mídia local.

Além desses movimentos, percebem-se em Capão grupos de moradores que participam de Associações de Bairros, Associação de Veranistas e Moradores, ONGs e Clubes de Serviços. Cabe ressaltar, no entanto, que durante a realização deste trabalho, não percebi articulações entre os diversos grupos atuantes no município. É como se houvesse uma fragmentação e cada qual cuidasse dos seus interesses, sem que haja uma confluência para atitudes que contribuam para o coletivo.

Contrariando essa percepção, no veraneio de 2011, por exemplo, presidente e vice-presidente da ONG – 3 C, moradores e ativistas de Capão apresentaram ao município o projeto de acessibilidade à praia (Figura 11), que possibilitava aos portadores de necessidades especiais e cadeirantes irem até a beira do mar, utilizando-se, para isso, de uma esteira. Esse projeto foi aprovado e no ano de 2012 foi novamente executado em uma parceria da ONG com a Prefeitura e a comunidade, tendo recebido um retorno positivo dos veranistas, turistas e banhistas e tendo sido matéria noticiada na página da internet do Jornal Zero Hora (ZH, 07/01/2012).



Figura 11 – Projeto Acessibilidade – ONG 3 C.

Fonte: Jornal Zero Hora

Destaco, nesse contexto, a presença marcante em Capão de grupos de construtoras, incorporadoras e loteamentos da construção civil, como também de profissionais autônomos ligados a esses grupos e a corretoras, incluindo a existência de um escritório regional no Litoral Norte do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON-RS), situado em Capão da Canoa. Através da divulgação na mídia e internet, o referido escritório promove encontros, treinamentos e assessorias e apresenta, em sua página virtual na internet, informações sobre temas como sustentabilidade na construção civil, notícias de atividades ligadas à segurança e saúde no trabalho e divulgação de seminários sobre resíduos na construção civil (SINDUSCON, 2013).

Em agosto de 2012, visitei a Promotoria de Justiça de Capão da Canoa com o intuito de dialogar e conhecer mais sobre as ações daquele órgão relacionadas às questões socioambientais do município. No que foi possível averiguar, pelo material disponibilizado, tais ações se referem à celebração de termo de compromisso de ajustamento de conduta (TAC), totalizando treze termos firmados nos últimos dois anos. Dentre esses, oito referem-se a ocorrências de Xangri-Lá e apenas cinco eram relativos à Capão da Canoa e tratavam de ajustes decorrentes da captação irregular de água, de água servida em via pública, de efluente de esgoto líquido em via pública e da coleta e do transporte irregular de efluentes provenientes de fossas sépticas. Sobre as notícias de práticas ilegais na pesca realizada na Lagoa, nada foi possível verificar.

Alguns estudos realizados sobre Capão da Canoa e/ou Litoral Norte apontam que os principais problemas socioambientais são decorrentes da ação antrópica e de suas demandas, como pode ser visto no quadro 2, transcrito a seguir.

- Aterramento de banhados com calça proveniente da indústria da construção civil;
- Ocupação das áreas de banhados por moradias irregulares;
- Ocupação próxima às margens da Lagoa dos Quadros por parques aquáticos privados, loteamentos e condomínios horizontais, dificultando o acesso ao patrimônio público;
- Inexistência de sistema de esgoto cloacal nos balneários e na maioria dos setores residenciais de uso permanente na sede urbana;
- Impermeabilização crescente do solo urbano, causando inundação nas áreas mais baixas;
- Assoreamento do Arroio Pescaria, provocando inundações periódicas;
- Inexistência de rede de esgoto pluvial;
- Rompimento dos cordões de dunas frontais no pós-praia, em parte por causa antrópica, decorrente da intensificação do escoamento superficial devido à impermeabilização do solo;
- Sombreamento no turno da tarde de setores da praia devido à verticalização adjacente à orla;
- Alterações no microclima urbano com a intensificação das correntes de ar represadas pelos grandes edifícios adjacentes à orla, formando bolsões de calor nas quadras mais internas;
- Poluição sonora e visual nos setores residenciais e comerciais;
- Agressão antrópica às dunas, principalmente pela população sazonal;
- Conflitos de uso na antepraia (pesca banho, surfe, esportes aquáticos em geral);
- Conflitos de uso na face de praia (*solarium*, comércio ambulante, esportes em geral);
- Coleta seletiva do lixo urbano com picos de demanda no verão, atraindo catadores não cadastrados na Prefeitura;
- Sangradouros e canais de drenagem com vazão excessiva no verão (chuvas torrenciais de pequena duração) carreando sedimentos, detritos e águas servidas para a faixa de praia, comprometendo a balneabilidade das águas e a qualidade sanitária das áreas de *solarium*;
- Intensificação dos efeitos das marés meteorológicas (ressacas de inverno) na praia, no pós-praia, nas áreas de calçadão e na primeira via paralela à linha de praia devido à

urbanização.

Quadro 2 – Principais problemas socioambientais de Capão da Canoa

Fonte: adaptado de Strohaecker (2007)

Com relação ao quadro 2, a maioria dos problemas resulta de atividades econômicas de exercício permanente e alguns problemas estão relacionados a atividades econômicas sazonais e ao período de veraneio, que ocorre de dezembro a março, não apresentando ligação com a falta de bases legais.

A delimitação para a ocupação e a conservação do ambiente costeiro já está estabelecida com a criação de instrumentos como Plano de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Projeto Orla, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o Plano de Manejo de Dunas e as Cartas de Sensibilidade ao Derrame de Óleo. Com isso, os gestores municipais possuem as ferramentas para o planejamento de suas ações. Para Portz, Manzolli e Corrêa (2011), no âmbito do estado do RS, a implementação desses instrumentos avança lentamente, uma vez que o foco do órgão ambiental responsável pelo PNGC e ZEE está na recuperação e reabilitação das áreas degradadas, deixando de observar o ordenamento das atividades em algumas regiões. Já os municípios ainda não conseguem colocar em prática os instrumentos de gestão por falta de recursos para desapropriar áreas de interesse ecológico, para desenvolver projetos de preservação e recuperação e para contratar fiscais para o controle das atividades.

O Projeto Orla, conforme informa o site da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) no Estado do Rio Grande do Sul, tem o objetivo de implementar uma política de gestão integrada da orla, compartilhada com a federação e a sociedade civil. Esse projeto é uma ação inovadora que articula, de forma harmoniosa, as práticas patrimoniais e ambientais, planejando o uso e a ocupação do espaço da orla marítima e enfatizando que cabe aos municípios o conhecimento das demandas locais e a administração das ações urbanas no litoral (SPU/RS, 2013).

A 1ª e única Oficina de Capacitação do Projeto Orla sobre a qual se tem notícia ocorreu em 2003 e foi desenvolvida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e pela Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), contando com a participação de representantes de entidades nacionais, estaduais, municipais e da sociedade civil, como membros dos setores hoteleiro e comercial, associações de moradores, clubes e ONGs. Segundo o site da SPU, o evento foi o marco para o início das ações do

Projeto Orla, tendo sido desenvolvidos nessa ocasião os Planos de Gestão Integrada (PGIs) de Capão da Canoa, Arroio do Sal, Rio Grande e Torres para 2004 e 2005. Já entre 2005 e 2009, coube aos municípios desenvolverem ações individuais de gestão urbana e ambiental. As experiências relatadas na 1ª Oficina Estadual de Mobilização do Projeto Orla no Estado, ocorrida em outubro de 2009 com o objetivo de retomar as ações do Projeto, demonstram que, apesar dos resultados positivos apontados para o evento, foi identificada presença tímida das prefeituras. Segundo Portz, Manzolli e Corrêa (2011), nenhum município do RS assinou convênio com a SPU e o MMA. Dizem os autores: “É possível observar que o poder público municipal está se eximindo de sua fundamental responsabilidade de definir regras e interferir no tecido urbano, seja pela falta de profissionais qualificados no seu quadro de funcionários, seja pela falta de estímulos, inclusive financeiros” (PORTZ; MANZOLLI; CORRÊA 2011, p. 464). O estudo em que tais resultados foram observados, denominado “Ferramentas de Gestão Ambiental Aplicadas na Zona Costeira do RS”, conclui que, embora as leis estejam definidas e o projeto preveja perspectivas descentralizadas e participativas, o que se observa é a falta de normas claras para o ordenamento territorial e o controle e a fiscalização ambiental, bem como a falta de maior envolvimento e responsabilidade dos municípios nos processos da gestão integrada da zona Costeira. Finalizam os autores afirmando: “presenciamos uma teoria bem formulada, porém sem esforços para que entre em fase de implementação” (PORTZ; MANZOLLI; CORRÊA, 2011, p. 468).

Com relação ao Projeto Orla, em Capão da Canoa, no veraneio 2011/2012, a fabricante do refrigerante Pepsi – a companhia PepsiCo –, formada em 1965, nos Estados Unidos, firmou parceria com a Prefeitura daquele município, com o propósito de obter exclusividade na venda de seus produtos nos quiosques do calçadão e, para tanto, assumiu compromisso com a revitalização da orla, promoveu a pintura dos quiosques com as cores padrão da fabricante e forneceu mesas, cadeiras e guarda-sóis para uso nos quiosques. Além disso, instalou *outdoors* (Figura 12) na beira da praia, anunciando suas ações, motivos pelos quais os quiosques ficaram conhecidos como “padrão Pepsi” (Figura 13).



Figura 12 – Outdoor da Pepsi anunciando a revitalização da orla de Capão da Canoa.

Fonte: acervo pessoal da autora



Figura 13 – Quiosque da zona de calçadão, com as cores no padrão “Pepsi”.

Fonte: acervo pessoal da autora

No tocante às principais demandas socioambientais para o município de Capão, os estudos consultados apontam para: saneamento urbano, Educação Ambiental formal e informal, regularização fundiária, habitação social, fiscalização das atividades econômicas permanentes e sazonais e manutenção e ampliação das áreas verdes urbanas.

Em Capão, é possível observar como ocorre a dinâmica dos grupos sociais e o espaço que ocupam, muitos associados à atuação dos agentes fundiários, imobiliários e turísticos, bem como as relações que estes estabelecem com o poder público.

É voz unânime na localidade a existência de um marco segregador de espaço, de modo que a população permanente se estabelece do lado esquerdo da Av. Paraguassu⁴, em direção à serra, e a população sazonal (veranistas e turistas) fica em locais privilegiados, junto à orla. A população local está em zonas mais interiores, onde há falta de infraestrutura, tanto para atendimento de serviços públicos como de comércio. Os lugares impróprios, como banhados, proximidades a estações de tratamento de esgoto e locais com depósito de entulhos domésticos e da construção civil, são ocupados por uma parcela da população caracterizada pela exclusão social, que habita casebres e regiões desprovidas de saneamento básico. As incorporadoras da construção civil são apontadas por muitos como as responsáveis pelos entulhos de resíduos sólidos depositados em terrenos impróprios, provocando comprometimento ambiental nestes locais.

⁴ Nome da principal Avenida que corta o município, considerada como interpraias. Acredita-se que a denominação ocorreu em uma mesma ocasião e com um mesmo objetivo, havendo apenas relatos de história oral (FISCHER, 2004).

4 O PROCESSO DA ANÁLISE

Considerando o que foi tratado nos capítulos 2 e 3 acerca dos saberes, da educação ambiental e do contexto socioambiental de Capão da Canoa, proponho, neste capítulo, lançar mão das falas externalizadas pelos atores sociais investigados, ancorada na metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD).

A ATD, proposta por Moraes e Galiazzi (2007), oportuniza ao investigador mergulhado na pesquisa qualitativa analisar dados e informações que possibilitam a criação de novos significados sobre os fenômenos investigados. É a etapa da investigação em que o pesquisador dialoga com os significados que emergem dos textos e com os significantes que emergem a partir de seus estudos, das teorias e dos pontos de vista incorporados em sua análise.

Assim, a ATD convida o investigador a trabalhar o *corpus* de sua pesquisa através de três **focos**, para então compreender e reconstruir conhecimentos sobre a temática pesquisada. As **etapas** do processo são identificadas como: **unitarização, categorização e construção do metatexto**. Independente da metodologia de coleta de dados, o texto reunido na pesquisa, neste caso a transcrição das entrevistas, constitui-se no *corpus* da análise.

4.1 A origem e desconstrução do *corpus*

O material desta pesquisa é constituído de entrevistas transcritas e validadas, realizadas com 18 participantes, conforme demonstrado na Tabela 1, de modo que o conjunto de documentos gerados forma o *corpus* desta investigação.

As entrevistas foram produzidas seguindo um roteiro de entrevista (Apêndice A) previamente elaborado, que permaneceu como fio condutor do diálogo, permitindo que o entrevistado ficasse à vontade para manifestar sua fala, sem ser interrompido, mesmo que se embrenhasse em narrar outros fatos e histórias não contemplados na pergunta. O roteiro de entrevistas e escuta das histórias de vida baseou-se na obra de Paul Thompson: “A voz do passado – história oral”, tendo auxiliado a instrumentalizar a prática e sido usado como uma fonte para a (re)construção da história e memória mais democrática do passado, uma vez que tais relatos são trazidos por sujeitos que vivenciaram experiências, conhecem lugares, participaram de acontecimentos e, assim, mantêm viva a sua cultura e identidade.

Thompson (1992) discorre sobre a habilidade para o sucesso da entrevista, motivo pelo qual procurei desenvolver as entrevistas, de forma amigável e informal, conferindo interesse e respeito pelo entrevistado e docilidade nas reações para com ele, lembrando-me de demonstrar compreensão e simpatia pelas opiniões emitidas. Assim, mantive-me tranquila durante as entrevistas, permitindo ao informante o tempo necessário para ir e vir em qualquer direção. Fidelizando o objetivo do trabalho, as perguntas foram elaboradas com o propósito de conhecer o entrevistado e sua caminhada como *Quiosqueiro*, ouvindo, para isso, suas histórias de vida. Considerando o viés da pesquisa ação participativa, a entrevista ocorreu de forma dialógica e procurou identificar, nos relatos, como emergem as representações sobre o ambiente, o trabalho e as relações sociais que se estabelecem na vida do *quiosqueiro*, bem como sua relação com o uso e as apropriações do espaço. Também buscou absorver das falas de histórias de vida o modo como estão incorporados os sentimentos de pertencimento ao lugar e de visibilidade socioambiental e como manifestam esses sentimentos que contribuem com um saber para a construção de ações na educação ambiental não formal.

Para Moraes e Galiazzi (2007), a produção textual é o material que compõe o *corpus* da análise, o qual se origina em um determinado tempo e contexto, expressando discursos sobre diversos fenômenos. A partir da leitura do investigador, esse material passa a ser interpretado e relacionado a novos sentidos a serem construídos.

Portanto, a opção para realizar a análise com base neste *corpus* se mostrou como a mais original, uma vez que colocava o entrevistado à vontade para falar e ser ouvido. Inicia-se a análise em um ciclo que propõe a desmontagem dos textos (unitarização), o estabelecimento de relações construídas entre unidades de base para produção dos sistemas de categorias e a emergência de uma compreensão renovada do todo. Essa fase exige atenção e capacidade do pesquisador de captar *insights* auto-organizados e neles investir.

No processo de unitarização, há o recorte e a fragmentação de textos que resultam em múltiplas unidades de análise, as quais, conforme os objetivos da investigação, poderão ter amplitude variada, que dependerá do valor de sentidos atribuído à unidade pelos pesquisados. Esta sem dúvida é a proposta mais encantadora da ATD, isto é, a de proporcionar o novo emergente.

Segundo Moraes e Galiazzi (2007), unitarizar um texto é desmembrá-lo, transformando-o em unidades elementares, que correspondem a elementos discriminantes de sentidos, denominados de unidades de sentido ou de significado. Uma importante ação a ser

adotada é de codificação das unidades de significado, processo realizado com base em critérios estabelecidos pelo pesquisador.

A unitarização provoca o olhar adiante, mais longe, do investigador, pois as unidades discriminantes serão categorizadas na etapa seguinte até constituírem a estrutura do metatexto. Para isso, o pesquisador deve manter-se fiel às ideias dos sujeitos da pesquisa, a fim de realizar uma análise de respeito ao outro e de permitir a manifestação do fenômeno. Outro fator importante na unitarização é o contexto, motivo pelo qual é preciso cuidado para que a fragmentação excessiva não provoque a descontextualização. Cousin (2010) destaca que é necessário construir um conjunto de códigos para identificar os textos originais, facilitando, assim, a retomada do texto original e, após, a leitura das unidades e atribuição de títulos a estas, permitindo a construção das unidades de significado, identificadas pelos referidos códigos.

Para Moraes e Galiuzzi (2007), o primeiro elemento do ciclo de análise é a desmontagem dos textos: fazemos a leitura inicial observando os diversos sentidos que esta permite construir sobre um mesmo texto. Ocorre, então, o movimento para o primeiro elemento da análise, que é a desconstrução e unitarização dos textos do *corpus*, momento em que o investigador trabalha com os significados construídos no conjunto dos textos, atribuindo-lhes sentidos.

No quadro a seguir (Quadro 3), procuro traçar um esboço do modo como ocorreu o movimento de unitarização feito a partir da leitura das entrevistas, seguindo a orientação de atribuir um título e um código à unidade gerada e identificar o argumento aglutinador. Para Moraes e Galiuzzi (2007), o argumento aglutinador poderá ser utilizado para a estruturação do metatexto, permitindo formar um conjunto organizado em torno do argumento geral.

Unidades de Significados	Código	Argumento Aglutinador	Leitura do investigador
<p>Ser quiosqueiro é estar à beira-mar para trabalhar, poder contar a história dessa caminhada, reunir habilidades para atender bem, acolher o veranista/turista e preparar o que vai oferecer.</p> <p>Possibilidade de melhoria da renda familiar, um complemento. É a minha vida e representa tudo, orgulho de ser útil, possibilidade de conhecer pessoas e fazer amigos, com muito envolvimento e convívio, e sentir-se importante, temos história para contar desde o início das atividades. É uma atividade igual à outra qualquer e exige compromisso e</p>	Q-3	<ul style="list-style-type: none"> - experiência de vida - convivência - percepção de como cada um ou cada família estabelece suas relações 	<ul style="list-style-type: none"> - conhecer para problematizar - consciência para debater a realidade - geração de elementos básicos para educação ambiental

responsabilidade em atender bem, saber preparar e estar atualizado realizando novos aprendizados. E também conhecer os problemas que temos.			
<p>Somos permissionários em um espaço onde muitas mudanças já ocorreram, provocadas por comportamentos de muitos sujeitos, precisamos aprender a cuidar, preservar e divulgar as ações.</p> <p>Sabemos da importância da separação dos resíduos, da necessidade de cuidar do entorno, e da responsabilidade de divulgar as ações com os demais usuários, porém não participamos dos processos de tomada de decisão para as ações de gestão. O poder público e os patrocinadores é que decidem. Vendo as fotos do local eu percebo como mudou.</p>	Q-5	<ul style="list-style-type: none"> - momentos da realidade - reflexão em relação ao tempo - observação com fotos e documentos - significado do mar 	<ul style="list-style-type: none"> - sentir para entender - sensibilizar para construir alternativas para problemas identificados
<p>É preciso diminuir o impacto, difícil saber como se faz isso, conscientizar deve ser algo como compreender o problema e os benefícios que viriam com as soluções.</p> <p>Este lugar deve continuar sendo o nosso local de trabalho e também o espaço de lazer e diversão dos veranistas e turistas. Precisa do cuidado de todos. Aqui somos os ouvidores do município, onde se manifestam as reclamações e os elogios, sobre tudo (banheiros, resíduos, ruas, iluminação, calçadas, esgotos, trânsito), enfim sobre tudo. Poderíamos ser mais ouvidos.</p>	Q-7	<ul style="list-style-type: none"> - re(significar) - ancorar outros significados para o local 	<ul style="list-style-type: none"> - perceber para redefinir o espaço como fonte de vida e trabalho
<p>Constituímos uma Associação (em 2010) que nos representa e realizamos cursos e treinamentos para melhoria das nossas condições de trabalho, fazemos reuniões e discutimos o que queremos.</p> <p>Nos falta ainda mais união, parcerias, criarmos mais estratégias e aplicar o nosso conhecimento. Sabemos identificar até o aceno do nosso cliente, mas não aprendemos ainda a dialogar com o poder público para um processo de gestão com a participação de todos e busca de soluções. Ainda somos vistos por alguns como os vilões no cuidado da beira-mar, não nos olham como membros da comunidade. No entanto, somos os anfitriões no veraneio.</p>	Q-9	<ul style="list-style-type: none"> - resgate do sentido de responsável 	<ul style="list-style-type: none"> - construção de estratégias comunitárias - motivação para mobilizar-se e projetar intervenções e soluções
<p>Precisamos fazer com que cada um tenha um papel na comunidade quiosqueira, pois muitos estão acomodados contando que alguém vai fazer a mudança necessária, esperando até pelo poder público.</p> <p>Individualmente, não chegamos a lugar nenhum. Não somos vistos como grupo, somos fragmentados pelo uso da areia e do calçadão, as regras são diferentes, precisamos mudar o processo licitatório e de permissão, discutindo as leis, somos fracos em representação junto ao poder público. Os veranistas e turistas também poderiam estar envolvidos, os moradores da orla, enfim a comunidade, aqui poderia ser um espaço de educação sobre o ambiente, para todos de forma permanente e o lazer dos cidadãos</p>	Q-11	<ul style="list-style-type: none"> - resgate dos saberes para compreensão dos limites socioeconômicos do local - direção para a ação. 	<ul style="list-style-type: none"> - envolvimento para que ocorram mudanças e as alternativas sejam assumidas com propriedade

estaria garantido. Pois aqui também fazemos arte, onde compomos, cantamos e tocamos instrumentos musicais, abrimos espaços para grupos e atividades.			
--	--	--	--

Quadro 3 – Unidades de significados (título, código, argumento aglutinador e leitura do pesquisador).

Fonte: criado e adaptado pela autora

Ao unitarizar, realizei um processo de recorte e desconstrução dos textos transcritos com base nas entrevistas, que me possibilitou perceber a emergência de significados das etapas que movimentam ações de educação ambiental e que são importantes para o trabalho do educador.

4.2 O movimento de emergência das categorias

Seguindo a metodologia proposta por Moraes e Galiazzi (2007), após a unitarização, parti para a etapa seguinte prevista na ATD – a categorização. Segundo os autores, a categorização pode ser construída a partir de dois processos: um objetivo e dedutivo – categorias *a priori* – e o outro indutivo e mais subjetivo – categorias emergentes. A categorização leva à produção de metatexto com as descrições e interpretações dos materiais analisados. Nesse processo, o pesquisador é desafiado a criar as categorias que permitem apreender e comunicar os fenômenos investigados.

A categorização dá-se por um encadeamento sequenciado de passos analíticos, possibilitando um aperfeiçoamento gradativo dos agrupamentos ou classes. Constitui um processo reiterativo dos elementos em construção, possibilitando uma reconstrução permanente, não só dos produtos da análise, mas também do processo analítico de classificação (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 76).

Esse é o processo mais longo e exigente da ATD, pois exige a eliminação do excesso de dados/informações e a sintetização e o ordenamento do fenômeno investigado. Permite a emergência de deduções e intuições, que são valorizadas por terem ancoragem na indução analítica e uma correspondência com processos construtivos e emergentes. Nessa etapa, há uma sequência de procedimentos integrados, como reiteradas leituras dos materiais, que convergem para construção de categorias que conservam uma lógica em sua elaboração. Moraes e Galiazzi (2007) sintetizam a categorização como:

um processo de criação, ordenamento, organização e síntese. Constitui ao mesmo tempo, processo de construção e compreensão dos fenômenos investigados, aliada a comunicação dessa compreensão por meio de uma estrutura de categorias. Pode-se concebê-lo como construção de um quebra-cabeças em que o objeto do jogo e suas peças são criadas e ajustadas à proporção que a pesquisa avança. Numa perspectiva mais radicalmente qualitativa, talvez uma metáfora melhor seja a criação de um mosaico, entendendo-se que o mesmo conjunto de unidades de sentido pode dar origem a uma diversidade de modos de organização do produto final (p. 78).

Os autores destacam, ainda, que a criação do quebra-cabeças deve pautar-se na evolução de um jogo em que as peças serão definidas gradualmente, sem apresentarem-se prontas. Da mesma forma que em um mosaico, tal criação apresenta-se como uma produção artística em que o autor desconhece a arte final.

Nesta análise, as categorias foram previamente estabelecidas, uma vez que a proposta da investigação é a de encontrar saberes que contribuam para ações de educação ambiental e estas não podem prescindir de etapas a serem trabalhadas pelo educador, sugeridas por Dias (2004b) como: sensibilização; conhecimento e habilidades; mobilização, projeção e ação ambiental; e participação e multiplicação. A categoria que se fez emergente na análise é a problematização, manifestada na fala dos entrevistados quando estes discorrem a partir da realidade dos *Quiosqueiros*, reconhecendo problemas concretos naquela comunidade, e das relações nos locais de trabalho.

Na minha percepção, o movimento dos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa constitui-se em um chamado que clama por ações políticas e de justiça ambiental, o que fica evidente nas falas dos sujeitos entrevistados. Os atores manifestam o sentimento do desejo de mudança e, ao mesmo tempo, reconhecem estarem inaptos para a ação, seja pela falta de conhecimento, de vontade de cooperação ou, ainda, da criticidade necessária para agir no mundo. O processo de educação implica o desenvolvimento da percepção e a formação de habilidades e interesses de participação do cidadão na prevenção e solução de problemas socioambientais, bem como uma abordagem que trate da complexidade da dinâmica dos ecossistemas que se estabelece nas inter-relações e no modo de apropriação dos espaços e recursos por parte das populações.

Ancorada na visão de que seguir estas etapas, categorizadas *a priori*, constitui-se no caminho para desenvolver a educação com autonomia, passo à construção dos sentidos que, como pesquisadora, dou às leituras dos textos constituídos a partir das entrevistas. Busco validar as categorias apontadas, propondo um modo de pensar sistêmico, capaz de compreender a complexidade manifesta na intersubjetividade que constrói as visões de mundo de cada ator e que me faz refletir sobre uma realidade que não conheço tal como é: imprevisível, instável e complexa.

Percebo, nesse processo, a impossibilidade de ver o mundo objetivamente, embora, com categorias *a priori*, a análise seja subjetiva, fruto da relação íntima do pesquisador com seu objeto pesquisado (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 122), o que não me exime de permanecer com a incerteza da qualidade, da originalidade e do domínio da produção, porém me alivia por saber que é ilusório pensar na obrigação que o pesquisador tem de captar o significado que os sujeitos da pesquisa atribuíram às suas falas. Assim, com a organização da unitarização, identifiquei os argumentos aglutinadores que caracterizam as categorias da análise e podem guiar a construção do metatexto. Sobre o conjunto de argumentos aglutinadores, cabe destacar que, segundo Moraes e Galiazzi (2007), estes poderão ser utilizados para construir a consistência do metatexto resultante da análise, sempre considerando que os argumentos são organizados em torno do argumento geral.

Sobre as categorias da análise – sensibilização; conhecimento e habilidades; mobilização e projeção e ação ambiental; e participação e multiplicação – justifico-as como importantes etapas a serem trabalhadas pelos educadores ambientais nas propostas de ações de educação para a autonomia. São caminhos que contribuem para o despontar da criticidade, permitindo que sujeitos se tornem capazes de promover mudanças em seu meio. Vislumbro o metatexto como o percurso do meu pensamento; o desenho da minha leitura:

Não se pode confundir o escrever com a escrita, a ação com a obra finalizada. O ato de escrever é ato inaugural, cujo maior desafio é começá-lo, no todo e em suas partes. Depois, assunto puxa assunto, conversa puxa conversa, escrever puxa assuntos que puxam o reescrever. Não se pensa ou se lê livros para escrever: isto seria copiar. Escreve-se para pensar e saber o que ler (MARQUES, 2006, p. 2).

A escrita que se inicia desde cedo e atravessa o processo de análise é o modo de construção da compreensão sobre o fenômeno investigado. Com o metatexto, pretendo expressar as principais ideias surgidas na análise dos elementos investigados e comunicar a outros as novas compreensões obtidas. Nesta etapa, o pesquisador, ainda solitário, estabelece diálogos com seus pares, outros autores, com as teorias em que se ancora, com os investigados e com as manifestações empíricas da pesquisa e está muito à vontade com seu estado de solidão (que aqui significa estar só sem sentir solidão).

5 OS SABERES EMERGENTES ARTICULANDO AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo, espero delinear contribuições para ações de educação ambiental não formal que contemplem as demandas da zona costeira de Capão da Canoa, apropriando-me dos resultados apontados na análise textual discursiva. Acredito em um processo de educação que, baseado na realidade local, promova as mudanças que possam ser incorporadas à vida dos sujeitos a partir de uma consciência do seu meio e aptidão para agir no mundo.

A legislação vigente a partir da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que neste ano de 2013 completa 25 anos, determina, em seu artigo 20, que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos. Já nos artigos 205 e 225, a legislação prevê que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Portanto, partindo do viés constitucional, é sabido que, o espaço de ocupação dos quiosques, do calçadão e da zona de areia na orla de Capão da Canoa, de propriedade da marinha, hoje se verifica como um ponto de conflito entre os *Quiosqueiros* e o poder público. Esse espaço já se firma como zona de invasão consolidada, e as situações de uso e ocupação têm se configurado em intermináveis discussões de cunho ético, acionando, inclusive, o envolvimento da Secretaria do Patrimônio da União (SPU/RS). O embate travado identifica-se como um “conflito socioambiental” e pede propostas ancoradas na “justiça ambiental”. Para Acselrad (2004), a ideia de justiça deve remeter a uma distribuição equânime de partes, sem esquecer que a interatividade e o inter-relacionamento entre os diferentes elementos do ambiente não significam indivisão:

Por justiça ambiental, passou-se a entender, desde as primeiras lutas que evocaram tal noção no início dos anos 80, o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo. Complementarmente, entende-se por injustiça ambiental a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania (ACSELRAD, 2004, p. 9-10).

O movimento dos *Quiosqueiros* de Capão constitui-se em um chamado que clama por ações políticas que possam desconfigurar os arranjos de poder que se instituem para o uso do espaço comum e limitam o grupo para atuar no seu local de trabalho e participar em processos

decisórios ligados àquele local. Essa limitação tem provocado segregação entre os *Quiosqueiros* de Calçadão e os *Quiosqueiros* de Areia. Para Gould (2004), as políticas de justiça ambiental são um resultado normal do funcionamento da economia capitalista para a distribuição de distintas locações espaciais do poder público. O resultado dessas políticas é visível: criam comunidades com capacidade limitada para controlar o seu desenvolvimento econômico e as suas trajetórias ambientalistas.

O aumento da urbanização e a intensificação do crescimento da sociedade industrial contribuem para que a crise ambiental perpassse ainda mais as comunidades, provocando aumento de necessidades de consumo e pressão sobre os recursos naturais, que deflagram os conflitos socioambientais. Nesse contexto, a busca por caminhos para o enfrentamento da crise atual não pode ser concebida como circunstancial e passageira. Pede pela conformação de novos saberes, deveres e responsabilidades a serem gradativamente internalizados nos indivíduos e na sociedade como um todo.

No entanto, continuam com intensidade os processos de destruição ambiental, e a sociedade se distancia do caminho da autolimitação e responsabilidade para uma nova existência do cidadão. As intervenções normativas, geralmente adotadas por instrumentos não negociados entre os envolvidos, também não têm promovido a desaceleração da crise, uma vez que não possuem o poder de transformação. Este só pode ser construído em espaços democráticos que permitem a participação do cidadão nos processos decisórios. A participação de uma comunidade é fundamental na resolução de conflitos e problemas de gestão dos recursos naturais; e só há uma ação capaz, que empodera sujeitos para o desenvolvimento da visão crítica e reflexiva e da busca de mudanças, por meio das ações de educação.

Quando uma comunidade percebe os problemas socioambientais que estão presentes em suas vidas e permanece apática para a busca de soluções, cabe ao educador ambiental o estímulo para que a capacidade de agir no mundo e de transformar a realidade se manifeste nos sujeitos (SILVA, 2011). Nesse sentido, a potência de ação que move o educador ambiental e uma comunidade na busca de soluções para problemas socioambientais se manifesta na práxis de Educação Ambiental (EA), aqui entendida com uma ação-reflexão estabelecida com e entre os atores sociais. Para Reigota (1994), a EA não tem limite de idade para seus estudantes, caracterizando-se como educação permanente, em que o que varia é o conteúdo e a metodologia, que se adequam às faixas etárias a que se destinam.

Para tanto, é preciso alcançar a compreensão e o despertar de uma nova visão de mundo:

É preciso situar a Educação Ambiental dentro de uma matriz que considere as relações sociais e ambientais sob o primado da política. Isto significa considerar o meio ambiente como um espaço físico e simbólico em disputa, habitado pelos atores que estão envolvidos no uso e na gestão dos recursos e atravessado pelas relações de força que configuram as diferentes situações de acesso ou inaccessão aos recursos (CARVALHO, 2008, p. 256).

Vislumbro a Educação Ambiental Não Formal (EANF) como uma prática que permite a articulação dos atores sociais na busca da interação entre a sociedade e natureza, levando à construção da cidadania. Nas ações de EA com a visão de educação não bancária, o educador é provocado a adotar uma postura de diálogo e interação com os educandos, percebendo a relação entre os sujeitos e os saberes para que ocorra a participação dos atores sociais envolvidos no aprendizado.

Pensar na EANF em espaços não escolarizados, envolvendo todas as faixas etárias da comunidade ou de determinado grupo social, é um desafio que se apresenta ao educador e requer a adoção de práticas que contemplem as necessidades específicas do grupo. Nesse caso, um programa de Educação Ambiental pensado no contexto da realidade dos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa requer ações capazes de envolvimento comunitário suficiente para que cada um compreenda como se estabelecem as relações cotidianas com o meio ambiente. Assim emergem os elementos básicos que geram os conteúdos de EA, que são as características do trabalho do grupo na orla de Capão da Canoa e as formas como se as pessoas apropriam desse espaço.

Problematizar a realidade dos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa requer a participação total do grupo para a definição dos problemas existentes. Os dados levantados e apontados devem ser analisados pelo grupo em interação com o educador e demais atores que se envolvam no processo, sejam de órgãos públicos ou de instituições de ensino engajadas. É necessário conduzir o grupo para que alcance clareza para compreender como os aspectos econômicos, sociais e culturais interferem no modo de uso e apropriação dos recursos naturais. Nesse sentido, a observação deve ser ampla e aguçada, pois os gestos e o modo de expressão e problematização da relação com o meio ambiente precisa ser considerada.

As falas dos sujeitos da pesquisa refletem as experiências vividas e seus significados. Para a educadora Isabel Carvalho (2005), a compreensão dessa linguagem se faz a partir do olhar do educador ambiental como um intérprete daquele contexto, ao mesmo tempo em que

um sujeito é interpretado. Para a autora, o ato de educar e compreender torna-se uma aventura em que o sujeito e os sentidos do mundo vivido estão se comunicando mutuamente na lógica da compreensão/interpretação.

Eu passo o ano todo aqui na beira da praia. Hoje é um dia de primavera, tem um temporal se aproximando. O vento sacode tudo aqui... Já fiz a minha cruz com sal, para afastar esse temporal. Acho que precisamos cuidar mais deste lugar (Q M, 53 anos, *quiosqueira* há 30 anos).

Se for pela regra que se vê, por certo deveria ser evacuada toda essa área. Mas funciona o inverso, se fosse possível estariam fazendo construções em alto mar. Teria que limpar isso tudo, acho impossível, a não ser que o “papai de todos” faça uma limpeza a moda dele (Q C, 33 anos, *quiosqueiro* há 7 anos).

Como pesquisadora e ouvinte, sinto nas falas recém transcritas as angústias que os *Quiosqueiros* vivenciam quando reconhecem que o ambiente tem suas fragilidades e que suas ações não se voltam à solução de problemas (suas crenças se mesclam com as possíveis soluções). Eis a primeira tarefa do educador: compreender o universo vocabular do contexto do educando, podendo, assim, aproximar os conteúdos de ensino ao mundo vivido pelo educando. O ponto de partida é o estudo da realidade do educando, como ele a percebe e a sente, o que se constitui em um processo de problematização da realidade, englobando as dimensões política, econômica, social, cultural e ecológica. Ao conhecermos a realidade pelo viés de uma visão não fragmentada, as questões ambientais podem ser identificadas sem serem simplificadas. Quando se dissocia o conteúdo da realidade social e do mundo do trabalho, o aprender perde o sentido para as classes populares, que apresentam muitas necessidades imediatas a serem satisfeitas.

Nesse viés, percebo a EANF, no contexto desta pesquisa, como uma ação capaz de tratar das relações entre a comunidade e o meio natural e das relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades. Assim, a EA deve considerar o meio ambiente a partir das interações sociedade/natureza e apontar para uma ação de educação socioambiental, requerendo uma prática que prioriza a abordagem dos aspectos socioculturais e político-econômicos e promovendo uma consciência ecológica crítica, comprometida com a realidade vivida.

Para Henrique Leff (2011), o saber ambiental emerge no espaço de exclusão e transborda as ciências ambientais, sendo, para o educador ambiental, a leitura de um contexto em que o indivíduo diz o que acontece como um sujeito que interpreta aquela realidade. Nas falas mencionadas a seguir, os sujeitos referem-se aos seus espaços de exclusão: a areia da praia, a beira da praia, o espaço na areia, o calçadão, as dunas, o manejo e, por fim, os

resíduos e a separação. É possível observar um crescente nas falas a partir do *livro da natureza* até uma visão de EA e, assim, confirmar a existência de um saber ambiental para além das ciências ambientais, emergente do espaço de aprendizagem. Eis o que dizem alguns atores:

Estamos questionando a prefeitura para que ela normatize e regularize a divisão física para atendimento aos veranistas. Assim como considere os problemas que os quiosques têm com os valos de água perene que correm o ano todo e compromete a areia (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

Alguns colegas não respeitam os 200 metros de área para sua atuação. Já falamos com o secretário do turismo que efetuou proibições enquanto poderia ter dialogado com a Associação. É preciso criar projetos ambientais para adequar o uso da beira da praia (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

Aqui não tem canalização, não tem esgoto, não adianta tirar os quiosqueiros da beira da praia, Quando acontece a chuva tudo desce em direção ao mar, águas e tudo mais... De que adianta juntarmos da beira da praia a latinha, o sabugo de milho, a palha, o copo plástico e tudo mais? Temos o compromisso e juntamos. Será que é só lá? Uma fiscalização deveria estar atuando em todos os lugares, verificando com todos (Q M, 58 anos, *quiosqueiro* há 7 anos).

Agora nossa praia tá encolhendo, cada ano tem menos espaço na areia. Havia dunas, que deram lugar aos prédios, lembro que os carrinhos circulavam no espaço que hoje é o calçadão. Ali tudo eram dunas (Q JB, 47 anos, *quiosqueiro* há 12 anos).

A preservação das dunas exige muito... É estranho acho que falta manejo, não se pode mexer, mas e daí? Deixa assim? A coleta dos resíduos recicláveis é falha e os veranistas não ligam para a separação, misturam tudo. No final do dia temos que reorganizar e mexer naqueles toneis (Q C, 38 anos, *quiosqueira* há 28 anos).

A linguagem expressa nas falas manifesta a compreensão do ambiente, em que o sujeito e o mundo se encontram, e, assim, revela as ideias e as leituras socioambientais. Os diagnósticos do pesquisador fornecem elementos que tornam a compreensão mais acurada e indicam as relações predatórias, podendo apontar para inúmeras causas que implicam soluções possivelmente complexas. Quanto a isso, Carvalho (2005) ressalta que:

O educador ambiental é um intérprete dos nexos que produzem os diferentes sentidos do ambiental em nossa sociedade. Ou ainda, em outras palavras, um *intérprete das interpretações* socialmente construídas. Assim, a Educação Ambiental enquanto uma prática interpretativa que desvela e produz sentidos, estaria contribuindo para a constituição de um horizonte compreensivo das relações sociedade-natureza (p. 181, grifos do autor).

Tal postura requer uma avaliação constante da ação de educar, buscando compreender quais os sentidos que são produzidos nas atividades realizadas com o propósito de educação ambiental e como a experiência social e ambiental que emerge dessas atividades se vincula à vida desse grupo de *Quiosqueiros* atuante naquela comunidade.

O modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade atual reflete uma profunda crise que aponta para a desigualdade na distribuição do poder sobre a vida social, a desproporção no uso e na apropriação dos recursos naturais que estão pressionados e as consequências ambientais deste modelo que destina às populações mais vulneráveis o ônus dos danos ambientais. Pode-se dizer que a poluição gerada por alguns atinge a todos e que os impactos diretos são profundamente desiguais, recaindo, principalmente, sobre trabalhadores e, em algumas situações, sobre suas famílias, dependendo do local onde vivem. Supõe-se que a situação piorará cada vez mais, gerando um quadro dramático e denso, já que os países ricos se limitam a administrar os problemas ambientais, pois entendem que possam ser rentáveis e benéficos.

Quando algum ator expressa o seu saber ambiental, dizendo que estão sendo feitos questionamentos ao poder público para que se efetivem regularizações e normatizações para a solução de problemas ambientais na orla de Capão da Canoa, percebe-se a movimentação democrática dos sujeitos, que buscam com sua participação se defender de uma injustiça ambiental vinculada ao processo em que estão envolvidos. Para Acselrad (2004), o movimento dos atores sociais possui poder para influenciar o debate político, pois traz à tona a discussão sobre um bem público e sobre a lógica social que se estabelece em um local onde a dinâmica do capital está associada à distribuição discriminatória dos riscos ambientais.

Segundo Leff (2010), trata-se de uma *crise de civilização*, que tem sido explicada por uma diversidade de ideologias e, ao mesmo tempo, questiona os paradigmas do conhecimento, clamando por novas técnicas que possam reorientar o saber para uma análise integrada da realidade. Podemos pensar em um novo marco conceitual e político que permita justiça social e crie cidadania para todos.

Os seres humanos são os únicos capazes de reflexão, mesmo diante das situações de complexidade, e de agir diante da realidade que o cerca. Nem sempre as ações propostas revelam a melhor prática para com o ambiente e os demais seres, pois se mostram vagas e descomprometidas. Assim, surge a necessidade de uma prática consciente, com intenção e capacidade de transformar a realidade, o que ocorre pela reflexão e pelo conhecimento sobre o meio socioambiental.

Portanto, para refletir sobre a realidade presente, passada e futura, faz-se necessário o processo de sensibilização dos educandos, que pode ser realizado com a participação em oficinas, as quais podem se basear em diversas metodologias com o objetivo de construir no coletivo as possíveis alternativas para os problemas diagnosticados. As fotos do local

analisado, por exemplo, podem auxiliar a retratar diferentes momentos da realidade, permitindo que os educandos comparem situações e percebam as mudanças ocorridas. Dessa forma, o problema das relações atuais da sociedade com o uso dos recursos permite uma autocrítica dos cidadãos, e um compromisso coletivo quanto às novas formas de uso e a participação na tomada das decisões pode ser estabelecido. Os *quiosqueiros* percebem atitudes e saberes dos demais atores e como os turistas e visitantes lidam com o espaço da praia. Questionam sobre a participação em ações de gestão e revitalização para as quais não são chamados e demonstram uma postura crítica quando se referem a “não ouvir”. Eis o que alguns manifestam:

[...] às vezes tenho a sensação de que o veranista não está nem aí. Acho complicado, pois não observam sobre a separação dos resíduos. Vem da educação de cada um. Quem sabe uma mobilização na beira da praia, os quiosqueiros, dialogando com os veranistas? (Q A, 19 anos, *quiosqueira* há 7 anos).

A prefeitura fez um acordo com a Pepsi, não participamos de nada. Vieram aqui pintaram os quiosques, do calçadão, tudo igual, colocaram cadeiras, guarda-sóis e mesas. Dizem que se trata da revitalização da orla. Nem a Associação foi chamada. Também levamos quase 30 anos para ter uma associação, talvez ainda não estejamos preparados para agir. Precisamos nos unir, ganhar forças, saber que somos um grupo forte. Leva tempo (Q M, 53 anos, *quiosqueira* há 30 anos).

Foi um acordo entre a Prefeitura e a empresa patrocinadora de mudanças. Uns gostaram, bateram palmas, outros vaiaram. Tudo veio de cima para baixo. Poderíamos ter conversado com a patrocinadora, teríamos dito para eles sobre alguns problemas que eles estão enfrentando sobre as questões do vento na colocação dos guarda-sóis. Uma padronização vinda do nordeste será que vai funcionar aqui no sul? Aqui tem vento... É simples, para nós. Talvez ouvir seja difícil. Entraram em rota de colisão com o veranista, impondo seus produtos, não deu certo. Nós ouvimos o veranista e sabemos o que eles querem (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

O grande desafio que se apresenta para o educador ambiental, ao promover as ações de reflexão para a consciência crítica, é despertar nos atores sociais a percepção de que seus atos podem ter grande repercussão na qualidade ambiental e qualidade de vida das comunidades. Para Carvalho (2005), uma Educação Ambiental compreensiva em ação não se limita a ditar uma receita do que fazer, mas se propõe a formar uma escuta, uma postura e um olhar que vão conduzir o fazer para uma experiência de diálogo e compreensão. O movimento dos *Quiosqueiros* manifesta-se nesse sentido quando questiona a postura do veranista, os acordos feitos entre o poder público e as empresas privadas e as ações que são realizadas e desprezam a participação do grupo e o diálogo que poderia se estabelecer entre os envolvidos.

O educador Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), explica que ensinar exige disponibilidade para o diálogo. Para Freire, não há razão para se envergonhar por desconhecer algo. A disponibilidade curiosa à vida e aos seus desafios são os saberes de que necessitamos para a prática educativa. Portanto, não me causa insegurança o fato de que, como educadora, desconheço tudo o que foi tratado entre o poder público e a Pepsi e entre os *Quiosqueiros* e o poder público. O que importa é a abertura que o diálogo proposto ao quiosqueiro nesta pesquisa permitiu para uma reflexão sobre o problema e aquilo possível de ser feito na busca de soluções. Nas falas dos entrevistados é perceptível o desejo do diálogo.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 136), “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História”. No contexto das histórias dos *Quiosqueiros*, os entrevistados mostram-se orgulhosos de sua trajetória de vida, ressaltam a história da sua caminhada nessa profissão e deixam entrever seus manifestos, mesmo que implícitos. Os *Quiosqueiros* comunicam algo, em sua defesa ou em defesa de um ideal, ou até mesmo contra alguém, mesmo que não claramente definido. Para Freire (1996), são as manifestações da postura crítica e desperta nos momentos necessários que não pode faltar.

Eu gosto muito de ser *quiosqueira* e do que faço, foi um aprendizado muito grande... Tenho orgulho de ter começado tão pequena, acompanhei o crescimento e desenvolvimento de muitas pessoas. Sou tagarela e gosto de ouvir, quero sempre estar junto do público [...] Iniciei com 10 anos de idade, naquela época o carrinho tinha um toldo, parecia uma barraca e chamávamos de casinha. Eu era tão miúda que precisava subir em um banquinho para atender a clientela. Andávamos todo o dia, arrastando a casinha na areia (Q C, 38 anos, *quiosqueira* há 28 anos).

Ser *quiosqueira* representa a minha vida, criei minhas filhas trabalhando no quiosque. Elas cresceram ali, estão formadas e também já tem o seu quiosque (Q ML, 51 anos, *quiosqueira* há 16 anos).

É em Paulo Freire (1996) que encontramos alusão à reciprocidade do respeito aos saberes dos educandos, sobretudo os das classes populares, que foram socialmente construídos na prática comunitária, e à importância de discutir com os educandos a razão de ser de alguns desses saberes em relação a sua realidade. Saberes esses que identificamos na fala de duas *quiosqueiras* reproduzidas a seguir.

Naquela época não existia uniforme para os trabalhadores, eu fui a primeira a instituir padrões de higiene e cuidado, como cabelo preso e uso de touca, unhas

cortadas, conhecia as normas, eu era merendeira escolar e utilizei a experiência adquirida no meu trabalho. (Q ML 51 anos, *quiosqueira* há 16 anos).

Eu gosto do que faço, muito. Agradeço pela oportunidade de falar sobre minha profissão. Sinto-me importante, alguém nos viu e se importa com nossa história, com a nossa vida (Q B, 50 anos, *quiosqueira* há 26 anos).

Para Carvalho (2008), são as propostas educativas que contribuem para a formação de sujeitos capazes de leitura do mundo e de agir nele, com crítica. Uma EA pode ser pensada para contribuir com a formação de sujeitos capazes de compreenderem e interpretar as relações, os conflitos e os problemas presentes.

De acordo com Quintas (2007), a Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade⁵, deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias. Sendo assim, grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais, podem intervir com ações qualificadas tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído. Quando se adquire uma diversidade de experiências, ampliam-se as compreensões sobre o meio socioambiental e seus problemas. Nesse sentido, os conhecimentos e as habilidades adquiridos podem ser expandidos para a comunidade por meio de interações que se interligam, e o exercício da reflexão temporal recoloca o problema da atual relação da sociedade e do uso dos espaços naturais.

Paulo Freire (1996, p. 145) entende que esta percepção do homem e da mulher como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, para conhecer e para intervir é que o faz perceber a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos.

De quando comecei até agora houve uma mudança grande, comigo, por parte do poder público e dos cidadãos, bem ou mal estão fazendo alguma coisa... Houve uma conscientização de que precisamos cuidar da beira da praia, da limpeza, da organização do quiosque (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

Precisamos crescer mais e ficar mais conscientes. Aqui somos um para-raios aonde chegam diversas culturas... O exemplo de cuidado cabe a nós (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

O artigo 225 da Constituição Federal, ao estabelecer o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade

⁵ Conforme definida na Constituição Federal, na Lei n. 9.795/99 e em seu Decreto regulamentar n. 4.281/02 (BRASIL, 2013).

de vida”, também atribui ao “Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Nesse sentido, é preciso entender meio ambiente como algo além da natureza, da biodiversidade e dos ecossistemas, refletindo sobre as relações sociais que se estabelecem para disputar o uso dos recursos naturais que nos são oferecidos.

A conscientização eu não sei como poderia acontecer, acho que precisa ser algo que mostre a compreensão do problema e os benefícios que viriam com as soluções. Precisamos de ações que cheguem às pessoas. [...] a educação para as pessoas que não frequentam a escola deveria vir do poder público (Q JB, 49 anos, *quiosqueiro* há 12 anos).

Portanto, torna-se quase impossível uma visão de “meio ambiente” em que não se identifiquem os atores socioambientais que convivem nos diversos espaços e disputam os recursos, seja questionando os padrões de apropriação ou discutindo a forma de distribuição desses recursos. Assim, esses vários atores se engajam em articulações que resultam em lutas contra desigualdades sociais e formas de desenvolvimento econômico. Com relação à responsabilidade de promover ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente, o trabalho de Guerra (2008) apresenta O Panorama Da Inserção Da Educação Ambiental Na Região Sul e aponta, entre outros quesitos, para a necessidade de: promover mais articulação interinstitucional visando a Educação e a gestão ambiental como um instrumento de gestão territorial; e promover um maior diálogo, articulação e parceria efetiva com as universidades, entidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), redes de Educação Ambiental e outras instâncias na discussão das políticas públicas e encaminhamento dos programas de formação e atividades do Órgão Gestor da Política e do Programa Nacional de EA em andamento no país.

Considerando essas falas e o estado da pesquisa em Educação Ambiental, percebemos os saberes emergentes dos atores *Quiosqueiros* traduzindo a realidade vivida e as expectativas daquele grupo em relação a melhorias e soluções para os problemas existentes.

Quando as manifestações se relacionam às questões ambientais, os atores vislumbram um futuro mais sustentável, que se vincula às ações que já são efetuadas pelo grupo e que minimizam os impactos e problemas existentes, ancorados nas mudanças que já aconteceram e crentes que outras possam acontecer.

Sobre as questões ambientais eu considero que as pessoas respeitam tanto os cômodos, e as tocas de corujas, de certa forma todos cuidam. O óleo é entregue para reciclagem, o lixo é separado e direcionado para coleta seletiva, no entorno dos quiosques fazemos limpeza diária na primeira hora da manhã. As amizades são um vínculo que criamos no veraneio, recebo visita dos veranistas durante o ano (Q B, 50 anos, *quiosqueira* há 26 anos).

Eu acho que não existem problemas, desde que cada um faça a sua parte (Q A, idade 54 anos, *quiosqueiro* há 16 anos).

Para tudo devemos pedir autorização para União. Embora eles [União] alegam que são leis municipais. Isso é muito confuso, cada um diz que a responsabilidade é do outro. Estamos tentando uma reunião com a União sobre a gestão do calçadão (Q MO, 53 anos, *quiosqueira* há 30 anos).

Tá tudo muito jogado, gostaríamos de cuidar de uma maneira mais organizada, canteiros, uma praça, e deixar tudo mais bonito e florido e também deixar a fauna ali (Q C, 38 anos, *quiosqueira* há 28 anos).

Para alguns, as mudanças são pouco perceptíveis, muito embora suas falas sejam voltadas para as questões do ambiente e da paisagem, considerando também os eventos climáticos como questões ambientais. Vale lembrar que, para o educador Paulo Freire (1996), o ato de ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, que foram construídos na prática comunitária, e que os atores são indivíduos com experiências sociais. Assim se estabelece uma “intimidade” entre os saberes.

Desde que eu estou aqui a paisagem é a mesma, o que mudou foram os cômodos de areia que aumentaram, aqui era uma passagem de carros e coloquei umas taquarinhas e um muro e foi levantado mais os cômodos, plantei onze horas que segurou a areia, foi mais para proteger o quiosque pois com o nordestão a areia invade tudo (Q V, 43 anos, *quiosqueiro* há 21 anos).

Em 2009 perdi o meu quiosque. Passava da meia noite quando o serviço de vigilância me chamou, avisando que o mar estava levando o meu quiosque devido à maré alta. Saiu inteirinho do lugar e parou na boca da rua. Eu chorava muito, não sabia o que fazer. Quando terminamos de retirar as coisas de dentro, veio uma onda que entrou pela janela e arrebentou tudo, ficou esvaçalhado e destruído (Q MC 35 anos, *quiosqueira* há 8 anos).

A localização dele não é muito boa, fica na corrente do vento e quando chove a água corre por baixo. No ano seguinte, comprei outro quiosque e recomecei de novo. A Prefeitura não auxilia em nada nem autoriza a trocarmos de lugar, licita sempre o mesmo ponto. Tenho que continuar ali, com os mesmos riscos (Q MC 35 anos, *quiosqueira* há 8 anos).

As experiências vivenciadas pelos atores, segundo Freire (1996), podem ser aproveitadas para discutir a razão de ser de alguns saberes em relação às realidades

apresentadas. A partir dessas experiências, os conhecimentos e as habilidades podem ser rediscutidos, e ações com o poder público podem ser entabuladas a partir de realidades concretas.

Era tudo muito diferente, tinha macegas, vassourinhas, cômodos com muita vegetação. Passávamos muito trabalho para chegar até a praia. Qualquer pessoa que tivesse um carrinho poderia ir até a beira da praia vender milho e bebidas, isso tudo antes da emancipação, não havia nenhum tipo de licença (Q P, 81 anos, *quiosqueira* durante 50 anos).

Nossas pernas ficavam muito queimadas... eu fazia um avental para usarmos e assim chamar atenção do veranista. Fiz muitas amizades que até hoje me visitam. Atendi a Yeda (ex-governadora) desde mocinha. Havia disputa entre os donos de carrinho pelo melhor lugar para ficar perto dos veranistas (Q P, 81 anos, *quiosqueira* durante 50 anos).

Hoje tenho 5 filhos na beira da praia, três mulheres em quiosques e dois homens em barracas e as netas que estão começando (Q P, 81 anos, *quiosqueira* durante 50 anos).

Tenho uma relação muito boa com os construtores, sempre fui contra os prédios de muitos andares. Nosso lençol freático é muito superficial. Temo pela má qualidade da água para os meus netos e bisnetos (Q A, 54 anos, *quiosqueiro* há 11 anos).

O significado da beira-mar, na percepção dos *Quiosqueiros*, decorre da própria história de vida e de trabalho daqueles sujeitos naquele espaço. As descaracterizações que ocorreram e as pressões no ambiente são percebidas pelos atores; embora possam ter desejos de minimizar os impactos, não têm alcance para solucionar os problemas, que não deixam de serem reconhecidos. Assim, o lugar aprazível de trabalho e das relações sociais passa a ser sinônimo de problemas. Nesse contexto, a educação ambiental implica a redefinição do problema identificado, que passa a ser (re)significado, por caminhos que podem permear a recuperação, revitalização, minimização e profundas ações de reflexão. Para tanto, resgatar o espaço como fonte de vida e de trabalho implica a corresponsabilidade de cada *quiosqueiro* para a resolução dos problemas ambientais, cujas causas estão nos modos de apropriação dos recursos naturais e no estilo de vida e desenvolvimento da sociedade, ligado fortemente ao consumo de bens e serviços. Nesse sentido, ações de gestão participativa contribuem com ecotécnicas que concorrem, também, para a redefinição dos valores de consumo e para a ancoragem de outros significados para o local. Os atores socioambientais definem-se e aprendem com o encaminhamento de práticas sociais proativas, com alternativas viáveis, somando forças como atores. Aprendem a reconhecer o espaço, o ambiente e os atores envolvidos.

O autor Aloisio Ruscheinsky (2007), quando discute processos sociais e atores socioambientais, provoca uma reflexão sobre as dimensões de mudança permanente em um local onde tudo está em movimento e mutação, revelando-nos a ideia do ator com capacidade criadora e do reestabelecimento de bases de diálogo, negociação e discussão dos conflitos.

A prefeitura poderia nos ouvir mais. [...] na beira da praia, ali se ouve todas as reclamações do veranista, sobre banheiros, sobre resíduos, sobre ruas, sobre iluminação, sobre o trânsito. Sobre tudo (Q A, 19 anos, *quiosqueira* há 7 anos).

Nossas habilidades vão além do que se faz nos quiosques, passa até por conhecer o aceno do cliente sentado na beira da praia. Temos que estar atentos. Se sairmos da beira da praia, eles irão sentir nossa falta (Q M, 58 anos, *quiosqueiro* há 7 anos).

Os atores socioambientais se orientam em relação a um futuro sustentável em base a sua própria mudança e a emergência de um novo paradigma, que podem ser definidos pelas modificações constantes do sistema de decisões e da influência de diversos atores sociais. [...] Hoje se pode visualizar um contorno mais nítido no desenho do chamado campo ambiental, cuja complexidade é admitida de imediato, especialmente porque surgem experiências e propostas que tentam somar emancipação e ordenamento social envolvendo questões ambientais (RUSCHEINSKY, 2007, p. 29).

Tratar de um novo paradigma da ciência contemporânea faz pensar nas transformações da simplicidade, adotada no paradigma científico-tradicional que se baseou na crença da análise a partir da separação das partes para uma visão de complexidade, capaz de compreender as inter-relações existentes nos fenômenos. Da estabilidade, ligada a um mundo ordenado, previsível, determinado e controlado, passou-se a uma visão de instabilidade, compreendendo que o mundo está em processo e que alguns fenômenos são imprevisíveis e incontroláveis. É necessário pensar, também, que a objetividade adotada no paradigma tradicional da ciência, com a crença de que conhecemos o mundo tal como é na realidade, sem a presença da subjetividade humana, leva-nos a refletir sobre o pressuposto da intersubjetividade na construção da nossa visão de mundo. Esteves de Vasconcellos (2002, p. 147) descreve o novo paradigma emergente, dizendo que: “pensar sistematicamente é pensar a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade; ou porque os pressupostos da complexidade, da instabilidade e da intersubjetividade constituem em conjunto uma visão de mundo sistêmica”.

Nesse sentido, esta investigação com um grupo de *Quiosqueiros* me faz perceber que as histórias de vida que ouvi não são relatos de situações estáticas, mas manifestações no momento presente sobre algo que está em processo. Assim, o foco de observação amplia-se, ao mesmo tempo em que se torna complexo com cada fala, com cada expressão e com cada

desejo manifestado. As situações encontradas emergem, pois estão acontecendo não como algo predeterminado. Diante disso, sou desafiada a aceitar outras descrições que me colocam em situação de inclusão no sistema que distingi nesta investigação e me fazem atuar no espaço que permeia a intersubjetividade. Para Esteves Vasconcellos (2002), trata-se de reconhecer a impossibilidade de ver e aprender o mundo de forma objetiva. Uma nova compreensão de mundo, que valoriza cada cultura e o ser de cada pessoa e que desentranha saberes do âmago de cada sujeito, surge, então.

Leff (2011, p. 421), presta-nos auxílio para compreensão da fala do ator, que pede por uma outra roupagem, em que o conhecimento vem do saber pessoal e conclama ao diálogo:

Neste saber do mundo - sobre o ser e as coisas, sobre sua essência e atributos, sobre suas leis e sua existência -, em toda essa tematização ontológica e epistemológica estão subjacentes noções que deram fundamento ao conhecimento, que se arraigaram nos saberes culturais dos povos e deram sentido aos saberes pessoais do povo.

Entendo que os quiosques do calçadão merecem outra roupagem. Querem fechar os quiosques enquanto a população aumenta. Acho que existe um jogo de interesses, pessoas relacionadas aos restaurantes se queixam dos quiosques e donos de quiosques se queixam dos restaurantes. Estas pessoas nunca se falaram, só se queixam umas das outras. Um projeto turístico, urbanístico, ambiental, enfim, faria bem para todos. Acredito que existem recursos e formas de fazer (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

O abandono da simplicidade para a compreensão da complexidade recomenda-nos a refletir sobre o mundo real e simbólico onde se entrelaçam o físico, o biológico e o cultural. Além de conhecer o mundo, passamos a intervir nele, até chegarmos à tecnologização e à economização (LEFF, 2011). O real e a sua complexidade sempre existiram, embora a ciência simplificadora tenha insistido em descaracterizá-lo e negado a capacidade da natureza, aplicando o conhecimento fracionado e uma tecnologia essencialmente produtivista, que foi suficiente para acelerar a degradação do planeta Terra. Também aponta-nos Leff (2011) que a complexidade emerge no cenário da ciência contemporânea como estratégia para aprimorar nossa compreensão do mundo e como um contraveneno à divisão do conhecimento.

A manifestação dessa combinação engenhosa para compreensão da realidade vivida pelos *Quiosqueiros* se manifesta no desejo de união como grupo e de estarem ligados por um movimento que os identifica. Percebem a importância da não fragmentação e da não individualização e buscam somar forças; é a manifestação de uma visão ampliada na forma de olhar para o mundo, para o conjunto dos *Quiosqueiros* e para a realidade daquele grupo.

Quando os sujeitos se veem capazes de gestão e de aprendizado e reconhecem o significado do vínculo com o lugar, eles estão perceptivos ao seu mundo real e complexo.

Hoje temos uma associação que nos representa, estamos tentando melhorar, acho importante estarmos unidos. Poderíamos abraçar o cuidado do calçadão, desde a manutenção até a limpeza. O calçadão é o cartão de visitas de Capão. Ainda não falamos com a Prefeitura sobre isto, muito pouco nos ouvem. Agora tem um novo prefeito, quem sabe ele tenha um tempo para nós e se não tiver? Por que não escutamos uns aos outros e assim fazemos acontecer? Eu estou aqui o ano todo, verão e inverno, faça chuva ou faça sol, estou o tempo todo (Q M, 53 aos, *quiosqueira* há 30 anos).

Precisamos ser mais reconhecidos neste lugar. Melhorou um pouco nossa relação com o poder público, através da associação. Precisamos crescer mais, conhecer a legislação sobre a beira da praia, e da permissão de uso e do local em que trabalhamos. Precisamos de união para lutar juntos. Os clientes são nossos maiores parceiros. [Eles] nos querem bem, quando voltam para seus lugares, ligam falando da saudade, da comida e do lugar. Quando empurrávamos carrinhos, éramos muito mais invisíveis (Q JB Q M, casal *quiosqueiro* há 12 anos).

Nesse contexto, buscamos dialogar com Edgar Morin, que nos auxilia a compreender que a abordagem sistêmica permite romper com visões de especialistas, que tendem a compartimentalizar e simplificar a complexidade da realidade. Segundo Morin (1977), a perspectiva sistêmica busca identificar todos os componentes da realidade, compreender as interações, retroações, emergências e imposições que ocorrem entre os elementos. É a forma de compreender questões que não se vinculam a uma área específica do conhecimento, pois são fenômenos naturais ou sociais que resultam da interação de campos biológicos, econômicos, religiosos e outros.

Para Morin (2010, p. 88-89), existe a necessidade de um pensamento:

- que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;
 - que reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;
 - que reconheça e trate as realidades, que são concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);
 - que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade.
- É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto.

Comprendemos, então, que as partes e o todo interdependem e que os *Quiosqueiros* são uma parte desse todo maior, que é o próprio município de Capão da Canoa e do processo

que ocorre na beira-mar. Os atores são os reconhecedores da realidade que os orienta, das diferenças que permeiam os diversos sujeitos que atuam no local e aqueles do entorno. Os *Quiosqueiros* não podem ser tratados isoladamente, pois estão inseridos em um contexto e fazem parte de uma realidade da qual não se isola uma perspectiva de tecer junto e caminhar junto. Assim, a categoria mobilização e projeção, identificada nesta pesquisa, encontra apoio na obra de Brandão (2005), quando este trata da construção de estratégias comunitárias que permitam o resgate do sentido de corresponsabilidade de cada cidadão e, assim, projetem o que podem fazer para tornar o lugar onde vivem um lugar de vida e aprendizado do qual participam e interagem. A estratégia construída auxilia-os a refletir sobre como transformar passo a passo esse lugar de moradia. Inicialmente, é preciso compreender que são homens, mulheres, idosos, jovens e crianças que habitam esse lugar e fazem parte de uma população composta de uma maioria de imigrantes, que escolhem a cidade como opção de uma segunda moradia e depois a elegem para moradia definitiva e integram a vida da localidade. Não muito diferente, no grupo de investigados, constatei que apenas uma quiosqueira é nascida em Capão, sendo os demais oriundos de municípios limítrofes e até mais distantes.

Partindo dessa realidade, Brandão (2005) destaca sobre a importância de compreendermos que se trata de diferentes experiências de vida, diferentes formações e diferentes visões de mundo. Quando indagados sobre pertencerem à comunidade de Capão, a maioria diz ser caponense e que seus planos incluem a permanência naquele lugar. Assim, é importante reconhecer o significado do lugar para a EA.

Não me vejo saindo daqui, gosto desse lugar e minhas oportunidades estão aqui. Por isso me preocupo com a cidade e com o que pode melhorar. Aprendo muito no convívio com as pessoas e lá na beira da praia converso muito com os clientes. Tenho vontade de conhecer mais sobre as questões ambientais, gostei muito de participar dessa pesquisa (Q C, 33 anos, *quiosqueiro* há 7 anos).

Pelo tempo que estou aqui, sou caponense. Colaboro com a Associação dos Quiosqueiros, cedo espaço para reuniões e articulo a comunicação com os demais quiosqueiros. Fico no quiosque durante todo o ano e faço deste espaço um lugar de encontro e discussão de ideias (Q V, 43 anos, *quiosqueiro* há 11 anos).

Precisamos sentir-nos em algum lugar (GRÜN, 2008) para termos práticas mais ecologicamente orientadas. Isso é um modo de pertencer ao mundo e percebermos nossas interconexões com ele.

Digo que sou caponense, quando criança vinha veranear e convenci meus pais a se mudarem para cá. Pensava que a vida aqui era a mesma que acontecia no verão.

Aqui as pessoas são mais calorosas. Luto por esse lugar. Penso que moramos no paraíso (Q G, 34 anos, *quiosqueira* há 5 anos).

Daqui não pretendemos sair. Gostamos do mar, da praia, da lagoa, quando estamos no quiosque é como se estivéssemos em nossa casa (Q A e Q ML casal *quiosqueiro* há 16 anos).

Neste cenário de vida, Brandão (2005) destaca a ocorrência da realidade natural e social dos sujeitos, o cotidiano de suas vidas, onde se movimentam da manhã à noite, vivem os seus dias, realizam o seu trabalho, convivem com outros sujeitos e participam da vida de uma comunidade. Um grupo de educandos motiva-se para uma ação a partir do seu envolvimento comunitário, contribuindo com a geração de alternativas e com o conhecimento de outras experiências e a troca de saberes com outros grupos. As técnicas de ensino-aprendizagem a serem utilizadas alcançam êxito quando envolvem a dimensão do conhecimento e da mudança de atitudes. Também é importante o resgate do conhecimento ecológico tradicional e dos limites socioeconômicos dos *Quiosqueiros*, que podem contribuir para a geração de alternativas aos problemas diagnosticados. Para tanto, é fundamental a participação dos atores sociais em todo o processo educacional, a fim de que possam assumir propriedade para as alternativas que serão construídas e criar possibilidades para a continuação da ação. Portanto, propõe-se uma abordagem em que o educando é o verdadeiro agente na construção da aprendizagem, em uma relação direta do conteúdo de aprendizagem com o trabalho e as fontes de produção e em uma pedagogia centrada na formação e no desenvolvimento dos sujeitos, considerando o ecossistema corpo humano-meio, abarcando o processo emocional, cognitivo e existencial do indivíduo, da cultura e do planeta Terra.

Especial habilidade deve ser empregada pelo educador na busca dos temas a serem trabalhados com o grupo e do uso de uma metodologia que contribua para a descoberta de elementos da linguagem local que mereçam ser destacados no contexto da identificação dos problemas. Deve-se centrar na vivência que evoca a imaginação de alunos e educadores, ativada por técnicas que incluem a música, a poesia, a literatura, a dramatização, os passeios, as dinâmicas, as experimentações, as observações e as convivências com o foco de construir coletivamente as alternativas para os problemas diagnosticados.

Aqui no meu quiosque eu faço muito mais, toco violão, faço poema e interpreto canções. Vou lhe apresentar esta que eu defendi no I Canto Nativista da Lagoa, em setembro de 2012, em Maquiné.

O vento canta na vela / Enquanto a garça revoa
O céu azul se reflete / Na imensidão da lagoa

O céu azul se reflete / Na imensidão da lagoa
 Desde a margem até a serra / Na paisagem que se alarga
 Neste pedaço de terra / Se estende um lençol de água
 Neste pedaço de terra / Se estende um lençol de água
 Entre a prata e o verde / Com serração ou garoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa
 Ente a prata e o verde / Com serração ou garoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa
 Quem já viveu os ocasos / Dessas auroras na proa
 Sofre a dor do descaso / Dos que profanam a lagoa
 Sofre a dor do descaso / Dos que profanam a lagoa
 Entre a prata e o verde / Com serração ou garoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa
 Entre a prata e o verde / Com serração ou garoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa
 Os olhos matam a sede / Na imensidão da lagoa

A canção se chama “Imensidão da Lagoa” e os autores são Heleno Gimenez e Cezar Filho (Q G, 54 anos, *quiosqueiro* há 8 anos).

Sou músico e compositor, a família é de violeiros. M toca violão e guitarra, aprendeu sozinho, no meio do mato. P também toca violão e eu sou baterista. Já tive banda e viajei pelo sul. Todos nós cantamos também (Q C, 33 anos, *quiosqueiro* há 7 anos).

Eu não posso parar. No inverno faço cestas de Páscoa, no dia das mães faço caixas trabalhadas, com chocolate. No inverno eu vendo lanche rápido, nos finais de semana, afinal o quiosque está aqui no pátio da minha casa (Q MC 35 anos, *quiosqueira* há 8 anos).

Ainda que, como educadora ambiental, eu perceba a orla de Capão da Canoa como um local de práticas não adequadas ao uso do espaço, não possuo a receita para a resolução dos problemas. Porém, acredito na pesquisa participativa, na pesquisa-ação e em metodologias não autoritárias de intervenção e interação com a realidade. Nessa interação, emerge a troca de saberes que aponta para a busca conjunta de alternativas para a solução da problemática apresentada. É a EANF que poderá contribuir com o empoderamento do grupo *Quiosqueiros* de Capão da Canoa, considerando os seus saberes, as suas visões de mundo e as perspectivas de um cuidado compartilhado na zona costeira de Capão da Canoa, que articule ação, participação e multiplicação, envolvendo os *Quiosqueiros*, o poder público e a sociedade. Nesse processo, manifesta-se a complexidade da realidade dos *Quiosqueiros* de Capão, expressa por meio de suas falas, que, nesta pesquisa, está condensada na figura 14 (“nuvem de saberes”), em uma representação das categorias identificadas na Análise Textual Discursiva (ATD), correspondentes aos saberes falados, manifestados e dialogados.

Ao observar a “nuvem de saberes”, uma compreensão renovada e inesperada do todo pode ser vislumbrada quanto à realidade dos *Quiosqueiros*. Naquele local se constroem

saberes coletivos a partir de seres particulares; há um encontro infinito de seres diversos que dialogam a partir de suas realidades e diferenças.

A nuvem remete-me à dimensão do pensar, que se torna possível partindo daquilo que foi pensado. Foi provocando os *Quiosqueiros* a pensarem sobre o seu mundo que as falas foram manifestadas e que este trabalho foi sendo compilado. A partir da reapropriação que aqueles sujeitos fazem do mundo, foi-me possível pensar e refletir sobre a complexidade socioambiental e perceber que ela se sustenta em um saber que vem do saber configurado na identidade diferenciada de cada sujeito ator deste processo. Assim, idealizar e pensar a nuvem como uma simples manifestação figurativa do trabalho e que resume os saberes que se intercalam para ancorarem uma possível ação de educação ambiental não formal com os *Quiosqueiros* de Capão da Canoa me traz uma sensação de paz, tal qual a que sinto ao contemplar uma nuvem qualquer no espaço e, assim, reconhecer que a “nuvem de saberes” representa um caminho que foi pensado, que é infinito e se inscreve em um mundo de complexidade.



Figura 14 – Nuvem de saberes.

Fonte: criado e adaptado pela autora

Dessa forma, o município de Capão da Canoa, a comunidade e os *Quiosqueiros* recebem a proposta para uma ação pedagógica em EANF como um processo que contagia todas as etapas de formação dos cidadãos em locais não escolarizados e pode se fazer permanente.

Para Leff (2010), a Educação Ambiental é um processo em que todos somos aprendizes e professores, pois trata-se de um processo de transmissão de saberes que ocorre no âmbito de relações com aqueles que detêm um saber e de relações de autoridade para a apropriação do saber codificado. Assim, toda aprendizagem é apreensão e transformação do conhecimento a partir do saber que constitui os seres. A complexidade socioambiental não é só aprendido de novos fatos, mas também um saber que desconstrói alguns princípios

epistemológicos para fundar uma nova pedagogia, por meio de uma reapropriação do conhecimento a partir do ser do e no mundo, a partir do saber e da identidade que estão incorporados ao ser de cada indivíduo e de cada cultura.

Que a “nuvem de saberes” possa significar, neste trabalho, além da representação dos saberes dos *Quiosqueiros*, o desejo de um processo de educação capaz de preparar para as incertezas socioambientais e de provocar a capacidade de resposta dos atores diante do imprevisível e a compreensão das inter-relações que constituem seus mundos de vida. Quer-se uma educação que permita aos atores socioambientais *Quiosqueiros* a construção de uma nova realidade para uma cultura de emancipação, que possibilite o surgimento de novas formas de reapropriação do mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caminhada para esta pesquisa se iniciou de forma quase imperceptível. Os primeiros contatos com o grupo de atores sociais foi informal e limitava-se a discutir questões da localidade de Capão da Canoa, quando participávamos em organizações não governamentais e buscávamos democraticamente melhorias para a comunidade. Com a titulação de tecnóloga em gestão ambiental, fui vista pelos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa como uma pessoa que poderia auxiliá-los na solução de questões socioambientais que enfrentavam naquele ano de 2010. Ao cursar especialização em educação ambiental, ensaiamos um projeto de educação ambiental que não chegou a se consolidar pela falta de tempo para sua execução, o que não nos impediu de realizar muitos encontros com diálogos e debates acerca da realidade. Assim, fui conhecendo o grupo, entabulando falas e ouvindo questionamentos.

Com o ingresso no mestrado em 2011, no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), era quase que impossível desvincular os *Quiosqueiros* do meu tema de investigação. Foi um caminho árduo até definir a questão de pesquisa e delinear o objetivo geral do projeto, o que não foi diferente em relação aos objetivos específicos. Alguns fatores dificultavam mais ainda a caminhada, como a minha mudança para Rio Grande e o distanciamento das discussões em Capão da Canoa. Em 2012, após a qualificação do projeto e com as contribuições da banca para a melhoria desta pesquisa, consegui arregaçar as mangas e aterrissar em Capão da Canoa para, enfim, entabularmos o que havia se delineado. Aos poucos, fui mergulhando mais e mais na vida dos *Quiosqueiros* que aceitaram participar da investigação. No período em que as entrevistas se realizaram, os encontros, na maioria, ocorreram na casa dos entrevistados, pois poucos são os que permanecem na beira-mar no período fora de veraneio. Esses momentos foram regados de muitas conversas, chimarrão e, vez que outra, um cafezinho para afastar o frio acirrado pelo nordestão que insistia em soprar.

Em muitas ocasiões, o meu desejo era de estender a escuta, por horas e horas, para além do que estava previsto do roteiro de entrevistas. As histórias absorviam-me e o desejo de investigar mais não me deixava, o que contribuiu para a gravação de muitas horas de falas e, conseqüentemente, de transcrições, originando uma centena de folhas de papel contendo as histórias. Com isso tudo em mãos, o grande desafio era tratar de todo o material, o que exigiu muitas horas de leituras e releituras para melhoria da compreensão de tantas e diversificadas histórias.

À medida que a pesquisa acontecia, minha reflexão aumentava. Em alguns momentos, chegava a pensar que não conseguiria finalizar, pois muitas ideias confusas se apropriavam do meu entendimento. Mesmo assim, cada vez mais eu percebia o quanto já conhecia o grupo, os seus anseios, as suas dificuldades e as suas indiferenças e principalmente os seus saberes e suas visões socioambientais.

A investigação realizada com o propósito de contextualizar o trabalho colocou-me em contato com muitas outras realidades de Capão da Canoa, desde atores de grupos formais e informais até instâncias do poder público, o que cada vez mais provocava um novo olhar sobre o mundo, remetendo-me para as questões da solidariedade planetária. Percebi que *Quiosqueiros*, surfistas e pescadores, além de outros atores, estão inseridos em uma mesma comunidade e podem, juntos, com suas percepções, habilidades e interesses, ser cidadãos atuantes e participantes na busca de soluções socioambientais para Capão da Canoa.

Trabalhar o *corpus* da pesquisa, a partir da leitura da ATD, sem a possibilidade de cursar a disciplina, foi outro desafio, quase desanimador. Por pouco, eu não recuei. Foram necessárias muitas leituras e compreensão de outros trabalhos, que se valeram da mesma metodologia, para ampliar o meu entendimento e dissipar a minha insegurança. Quando finalmente consegui desconstruir o *corpus*, tudo se condensou em uma grande nuvem, porém eu já me sentia confiante de que estava no caminho para perceber o movimento de emergências das categorias que haviam sido definidas *a priori*. Este momento do trabalho foi muito prazeroso, pois me desafiou a explorar as falas e a articulá-las com os autores que haviam sido convidados para o diálogo.

A identificação dos saberes dos *Quiosqueiros* de Capão da Canoa e o (re)conhecimento da riqueza dos conteúdos emergentes, para um esboço de ação de educação socioambiental, mostram-me o potencial local capaz de encaminhar ações para uma gestão conjunta. Percebo que, assim, uma ação de educação ambiental não formal poderá ser o convite para que o poder público, os agentes de organizações não governamentais e a esfera privada assumam o compromisso de gerar conhecimentos significativos, capazes de promoverem discussões sobre alternativas e soluções para Capão da Canoa. Conhecimentos esses que devem estar alicerçados em uma ação ancorada na metodologia participativa, que incorpora os elementos da vida cotidiana, da percepção e das representações sociais para uma construção dinâmica que dê significado ao processo de aprendizagem.

Durante a etapa das entrevistas, os *Quiosqueiros* apresentaram-me algumas fotos que marcavam os seus relatos, faziam referência a algum período de suas vidas e se mostravam

orgulhosos em possuírem esses registros. Nesse sentido, pude perceber que a fotografia, além de trazer as lembranças, apresenta o mundo de referência do pesquisado, que naquele momento está sendo reconstruído. Com isso, também é possível aprofundar a investigação e, assim, perceber a emergência de ocorrências registradas no mundo daquele sujeito, aflorando, inclusive, emoções e lágrimas com as lembranças. Tais fatos me provocaram reflexões no sentido de lançar mão daquelas fotos a fim de produzir uma “fagulha de visibilidade” para aquele grupo. Para tanto, elaborei um prospecto de cardápio que, no anverso, contém imagem aérea de Capão da Canoa com fundo para a oferta de petiscos, bebidas e outros produtos servidos pelos quiosques. No verso do cardápio, foram colocadas fotos dos *Quiosqueiros* participantes desta pesquisa, com alusão a algumas falas produzidas no trabalho investigativo (Apêndices C e D), que disponibilizo para uso dos *Quiosqueiros*.

Embora eu não resida mais em Capão da Canoa, o resultado deste trabalho de pesquisa será encaminhado para aquela comunidade, com o propósito de contribuir com ações de educação ambiental. Os saberes que foram resgatados neste processo pelas histórias de vida corroboram a necessidade de reaver o espaço da beira-mar como fonte de vida e trabalho e realização de acordos para gerenciamento dos conflitos e da resolução dos problemas socioambientais.

Concluindo, foi um grande desafio organizar e realizar esta pesquisa. O momento vivido em Capão, mesmo que marcado por conflitos socioambientais, contribuiu fortemente para encaminhar esse processo, pois com uma abordagem participativa os sujeitos se sentiram à vontade para poder dizer e pensar o que fazer. Manifestaram seus saberes, seus lamentos, suas alegrias e seus desejos de cidadãos contribuintes, que poderão ser participantes.

Produzir o metatexto trabalhando em torno dos argumentos aglutinadores teve um grande significado, pois, durante as entrevistas e os diálogos realizados, percebi que aqueles sujeitos, viventes em espaços não escolarizados e, portanto, em um local não formal de educação, possuem saberes que merecem serem valorizados.

Considero que esta pesquisa apresenta a emergência dos saberes dos *Quiosqueiros* e aponta as contribuições desses saberes para o contexto dessa comunidade em um programa de educação ambiental não formal. A proposta de uma ação de educação ambiental não formal está, assim, concebida e, talvez, requer ser maturada em um processo conjunto e participativo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ANELE, L. P.; SILVA, M. L. B. C.; FERRARO, L. M. W. **Usos e Ocupação da Faixa de Praia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul** – uma experiência de gestão compartilhada. 2002. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/sibesa6/ccxliv.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

_____. **Educação Popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1984.

BRASIL. Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União, Legislação imobiliária da União: anotações e comentários às leis básicas. Brasília, MP, 2002. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Legislacao/orientacao_normativa/ON_GEADE_02_terrenos_marinha.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

_____. Lei n. 9.795/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 22 maio 2013.

_____. Lei n. 7661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

_____. Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, MMA, 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

CAPÃO DA CANOA – RS. Lei Complementar n. 003, de 16 de outubro de 2004. Dispõe de orientações e controle do desenvolvimento territorial do município. Disponível em: <<http://www.capaodacanoa.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

CAPRA, F. **Alfabetização Ecológica: O Desafio Para a Educação do Século 21**. 2011. Disponível em: <<http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/FormacaoContinuada/EducacaoAmbiental/ALFABETIZACAO/ECOLOGICA.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2013.

CARSON, R. **O mar que nos cerca**. 1. ed. São Paulo: Gaia, 1961.

CARVALHO, I. C. Hermenêutica e Educação Ambiental: o educador como intérprete. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2005, p. 177-187.

CARVALHO, I. C. In: SENAC. **Vertentes contemporâneas em Educação Ambiental**. A proposta socioambiental. Rio de Janeiro: SENAC/DN, 2008.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, ano 16, n. 002, 2003, p. 221-236.

COUSIN, C. S. **Pertencer ao navegar, agir e narrar: a formação de educadores ambientais**. Rio Grande, 2010. 207 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

DALMORA, E. **Educação Ambiental**. Cadernos de Estudos, Associação Educacional Leonardo da Vinci (ASSELVI). Indaial: Ed. ASSELVI, 2007.

DIAS, G. F. **Ecopercepção**. Um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004a.

_____. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004b.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em:
<<http://www.dicio.com.br/houaiss/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

FIGUEIREDO, J. B. A. et. Al. Espaços Educativos impulsionadores da educação ambiental. **Cadernos Cedes**, v. 29, n. 77, p. 29-47, jan./abr. 2009. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

FISCHER, N. B.; LOUSADA, V. L. Saber (Erudito/saber popular/saber de experiência). In: **Dicionário Paulo Freire**. STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 367-368.

FISCHER, J. W. Memória Indígena das ruas de Capão da Canoa. In: ESPINDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 45-40.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 42ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FLORENTINO, I. B.; FLORENTINO, R. F. Baronda três décadas de diversão à beira mar. In: ESPINDOLA, L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 130-132.

GADOTTI, M. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

_____. **Contribuição de Paulo Freire ao pensamento pedagógico mundial**. Costa Rica: Universidade Nacional da Costa/Rica/Cátedra Paulo Freire, 2001a. Disponível em:
<http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugueses>. Acesso em: 10 set. 2007.

_____. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001b.

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004, p. 69-80.

GRÜN, M. A importância dos lugares na Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. especial, p.1-11, dez. 2008.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.; PEREIRA, Y. C. C. Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável? Da ambiguidade dos conceitos à prática pedagógica em educação ambiental. In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L.(Orgs.). **As sustentabilidades em diálogos**. 1. ed. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2010, p.191-209.

GUERRA, A. F.S. Um panorama da inserção da educação ambiental na Região Sul. In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISADORES DA REGIÃO SUL – ANPED SUL. 7, Itajaí. **Anais...** Itajaí - SC: Univali, 2008, v.1. p. 1-18.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** – Primeiros Resultados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

INSTITUTO Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>. Acesso em: 03 out. 2012.

LEFF, H. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMBERGER, E. J. K. Capão da Canoa & MU. In: ESPINDOLA L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 38-43.

LOVELOCK, J. **A vingança de Gaia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 5 ed. rev. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MINAYO, M. C. S. et.al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

_____. **Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces**. **Ciência e Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-126, 2006.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O método I – A natureza da natureza**. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1977.

NEVES, G. R. Capão da Canoa: explosão demográfica? In: ESPINDOLA L. A.; FLORENTINO, R. F.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Capão da Canoa**. Porto Alegre: EST, 2004, p. 60-69.

PALUDO, C. Educação Popular. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.) **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 139-141.

PORTZ, L.; MANZOLLI, R. P.; CORRÊA, I. C. S. Ferramentas de Gestão Ambiental Aplicadas na Zona Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 4, p. 459-470, 2011. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci/rgci278.html>>. Acesso em: 23 maio 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA/RS. Disponível em: <<http://www.capaodacanoa.rs.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

QUINTAS, J. S. Educação na gestão Ambiental Pública. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 131-142.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. Belo Horizonte: Rona, 2000.

RUSCHEINSKY, A. Atores Socioambientais. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007, p. 21-34.

SANTOS, M. S. **Origens de Capão da Canoa (1920-1950)**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2005.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental**: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n.2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SCLIAR, M. **Nostalgia Praiana**. Carta Maior. 2007. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=13311>. Acesso em: 26 mai. 2013.

SECRETARIA do turismo do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=atrativo&id=321&bd=&fg=2>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

SILVA, C. E. **Uma Ação de Educação Ambiental com os Quiosqueiros de Capão da Canoa/RS, para o Aprendizado da Gestão dos Resíduos Sólidos**. Porto Alegre, 2011. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Ambiental) - SENAC EAD/RS, Porto Alegre, 2011.

SILVA JÚNIOR, J. R., PASSOS, L.A. **O negócio é participar: a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal**. Brasília DF: CNM, SEBRAE, 2006.

SINDICATO da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (SINDUSCON/RS). Disponível em:
<<http://www.sinduscon-rs.com.br/site>>. Acesso em: 27 maio 2013.

SUPERINTENDÊNCIA do Patrimônio da União (SPU/RS). Disponível em:
<<http://patrimoniode todos.gov.br/gerencias-regionais/spu-rs/acoes#portal-column-one>>. Acesso em: 15 maio 2013.

STROHAECKER, T. M. **A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul**: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa. 2007. Tese (Doutorado em Geociências). Curso de Pós-Graduação em Geociências, UFRGS. Porto Alegre, 2 V., 2007. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000594717&loc=2a6f472779741fda>>
Acesso em: 15 abr. 2011.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THIOLLENT, M. **Metodología da Pesquisa Ação**. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da ciência**. Campinas: Papirus, 2002.

VIEZZER, M. L. Pesquisa-ação-participante (PAP): Origens e avanços. In: FERRARO-JÚNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2005, p. 277-294.

ZERO HORA. **Acessibilidade na praia**. Esteira para cadeirantes é inaugurada em Capão da Canoa. Disponível em:

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2012/01/esteira-para-cadeirantes-e-inaugurada-em-capao-da-canoa-3624266.html>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que será em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: SABERES DE UM GRUPO DE *QUIOSQUEIROS* DE CAPÃO DA CANOA, RS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL.

Pesquisador Responsável: Carmen Etel da Silva

Telefone para contato do pesquisador(a): 51 9337-9087

JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS:

O motivo que nos leva a estudar o problema/questão da pesquisa é conhecer quem são os *Quiosqueiros* de Capão da Canoa, RS (sujeitos ocultos) que possuem saberes e no interior de seus quiosques produzem alimentos, comercializam bebidas e fazem o “veraneio acontecer”. Justificamos a pesquisa pelo desejo de compreender os desafios que se estabelecem entre o poder público e a sociedade, para a construção de um saber capaz de lidar com as questões ambientais do município. O objetivo deste projeto é: compreender a contribuição dos saberes populares de um grupo de *Quiosqueiros* ao processo de Educação Ambiental Não Formal no município de Capão da Canoa, RS. Os procedimentos de coleta de dados serão através de: entrevista individual, com perguntas prévias e escuta da história de vida do *Quiosqueiro* pesquisado, gravada em áudio/vídeo. A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO PARTICIPANTE OU DO RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo - SABERES DE UM GRUPO DE *QUIOSQUEIROS* DE CAPÃO DA CANOA, RS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL. Fui informado pela pesquisadora Carmen Etel da Silva dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas e recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Autorizo () Não autorizo () a publicação de eventuais fotografias que o(a) pesquisador(a) necessitar obter de mim, de minha família, do meu recinto ou local para o uso específico em sua dissertação ou tese.

Local e data: Capão da Canoa, RS / _____ / _____.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE B – Roteiro para entrevista

1 - Coleta de dados iniciais:

Nome:

Idade:

Local de nascimento:

2 - Esclarecimento dos objetivos da pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa social, com o objetivo de conhecer os *Quiosqueiros* de Capão, através dos relatos orais de suas histórias de vida. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir com a Educação Ambiental do município de Capão da Canoa, RS.

3 - Há quanto tempo reside em Capão?

Há quanto tempo está na atividade de *Quiosqueiro(a)*?

O que representa para o Sr(a). ser *Quiosqueiro(a)* em Capão?

4 - Como foi o início de suas atividades de *Quiosqueiro(a)* (a profissão, o quiosque, os alimentos, as bebidas e o lixo produzido)?

E a paisagem do local como se apresentava?

5 - Como eram ocupados os espaços pelos veranistas e pelos trabalhadores da beira-mar (havia disputas ou todos se acomodavam bem)?

6 - O Sr(a). lembra como surgiram os quiosques da zona de calçada e quem os construiu? Conte-me sobre isto.

7 - Nos últimos anos surgiram notícias de que os *Quiosqueiros* e a Prefeitura estão em dificuldades para acertarem as concessões dos espaços. Como tem sido a sua relação com o Poder Público para o funcionamento do seu Quiosque? E com os outros *Quiosqueiros* tem ocorrido da mesma forma?

8 - E sobre a licença ambiental e o modo como ela tem sido obtida, o que o Sr(a) me conta? Como o Sr(a). entende que o ambiente deve ser cuidado?

9 - O que o Sr(a). pensa que aconteceria no dia em que as licenças não fossem concedidas e os *Quiosqueiros* não pudessem trabalhar no veraneio? Como os veranistas e turistas fariam?

10 - Quais são as habilidades (saber fazer) e conhecimentos que Sr(a). entende que os *Quiosqueiros* devem possuir? Qual a importância disso para realizarem o trabalho?

11 - O que o Sr(a). considera como “ambiente”? Qual a importância do ambiente na sua atividade de *Quiosqueiro*?

12 - No último ano foram promovidos cursos e treinamentos para os *Quiosqueiros*. Quais mais lhe interessaram e foram considerados úteis para a sua atividade?


13 - O que o Sr(a). considera que os *Quiosqueiros* poderão articular entre si e com a comunidade para resolverem os problemas socioambientais de Capão?

14 - A partir do veraneio de 2012 pode-se observar que os quiosques do calçadão receberam um “novo visual”; foram pintados da mesma cor (azul escuro), incluindo telhado e paredes. Qual a razão desta padronização? O Sr(a). participou desta decisão? E a Associação Quiosque Legal também participou? Como se sentiu com esta mudança?

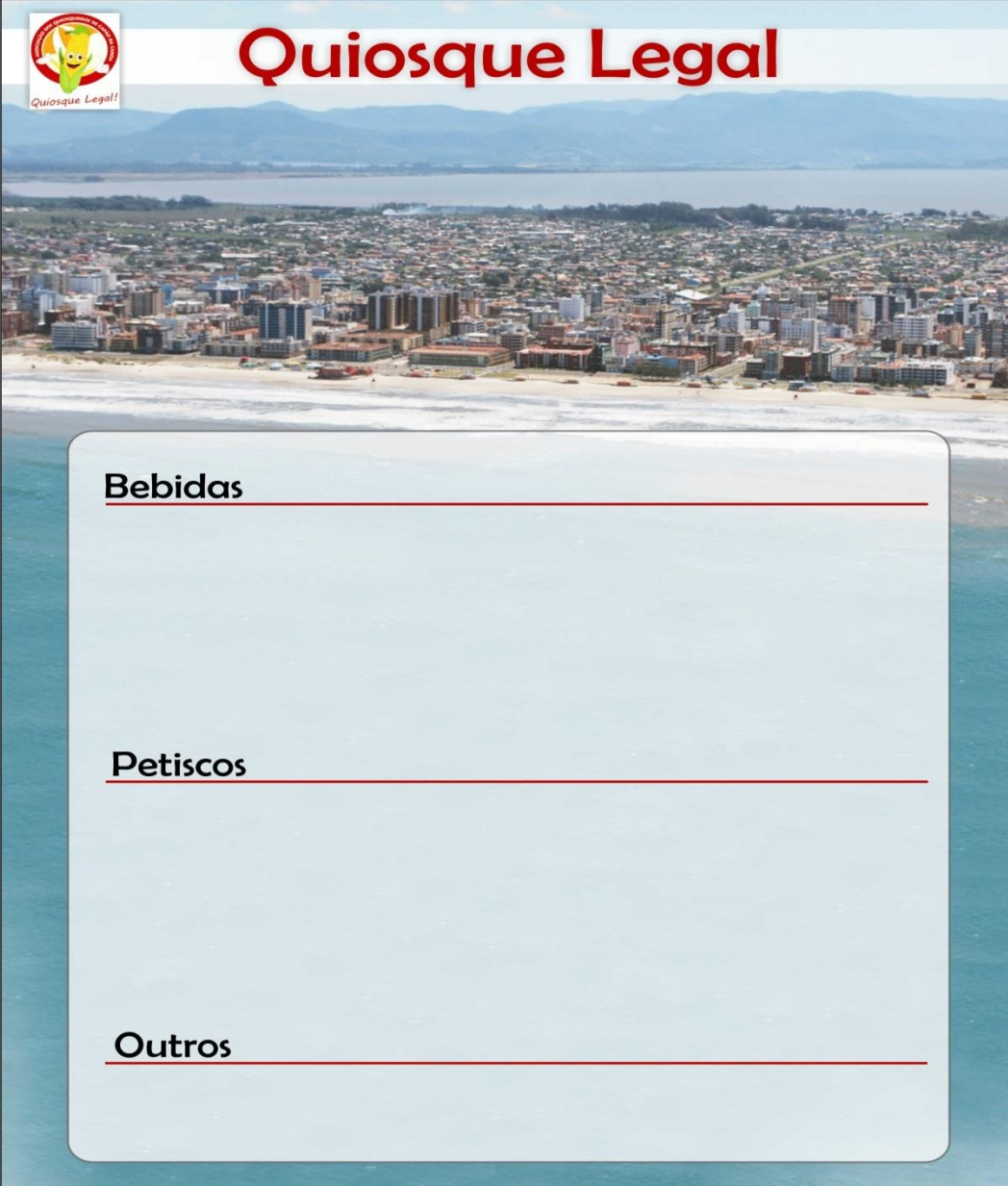
15 - Além de *Quiosqueiro(a)*, que outras atividades desempenha no período de inverno ou quando os quiosques estão fechados? Participa de algum grupo na comunidade? Conte-me sobre sua vida para além do Quiosque.

16 - Encerramento da entrevista com agradecimento ao entrevistado, valorizando a sua participação como uma contribuição para o aprendizado da pesquisadora e a possibilidade de melhorias na sua comunidade.

APÊNDICE C – Cardápio anverso



Quiosque Legal



Bebidas

Petiscos

Outros

APÊNDICE D – Cardápio verso

Quiosqueiros: saberes e histórias de vida



"Somos quiosqueiros e isso representa a nossa vida, aqui é como estar em casa".

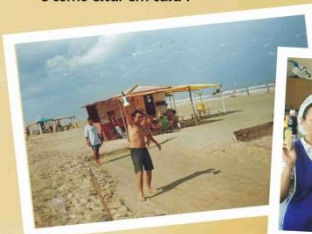


"Iniciei com minha mãe. Gosto do que faço e estou grata em poder falar da minha profissão. Alguém nos viu e deu atenção para a nossa história".

"No início não era fácil, o carrinho vinha para a praia em cima de uma carroça. Precisávamos vencer os cômodos para chegar até a clientela".



"Desejamos ser (re)conhecidos, construir boas parcerias e cuidar bem desse espaço que é de todos."



"Comecei empurrando o carrinho de milho com 10 anos de idade. Sigo nessa caminhada com muito orgulho".



"Em 2009, numa noite de maré alta, meu quiosque foi levado pelas ondas. Chorei muito, recolhi o que sobrou e sigo lutando por dias melhores".



"Acontece uma verdadeira amizade entre o veranista e o quiosqueiro. São laços para sempre. Aqui é a sala da nossa casa, devemos receber bem".



"Somos uma família de quiosqueiros. Unindo nossas forças podemos fazer melhor ainda".

"Precisamos crescer e nos conscientizar mais. Aqui cada um que chega trás a sua cultura e nós acolhemos a todos".

"Inverno e verão, faça chuva ou sol aqui eu passo o dia, preciso viver e me sustentar. Faço tudo com dedicação".



"Somos invisíveis? Fazemos o veraneio acontecer! Como seria sem a nossa presença?"



"Queremos atender ao nosso cliente cada vez melhor, é um compromisso com quem vem em busca de descanso e lazer".



"Esse lugar é um presente, um pedaço do paraíso entre o mar e a lagoa. Que meus netos, bisnetos e todos os que vierem tenham uma água boa".